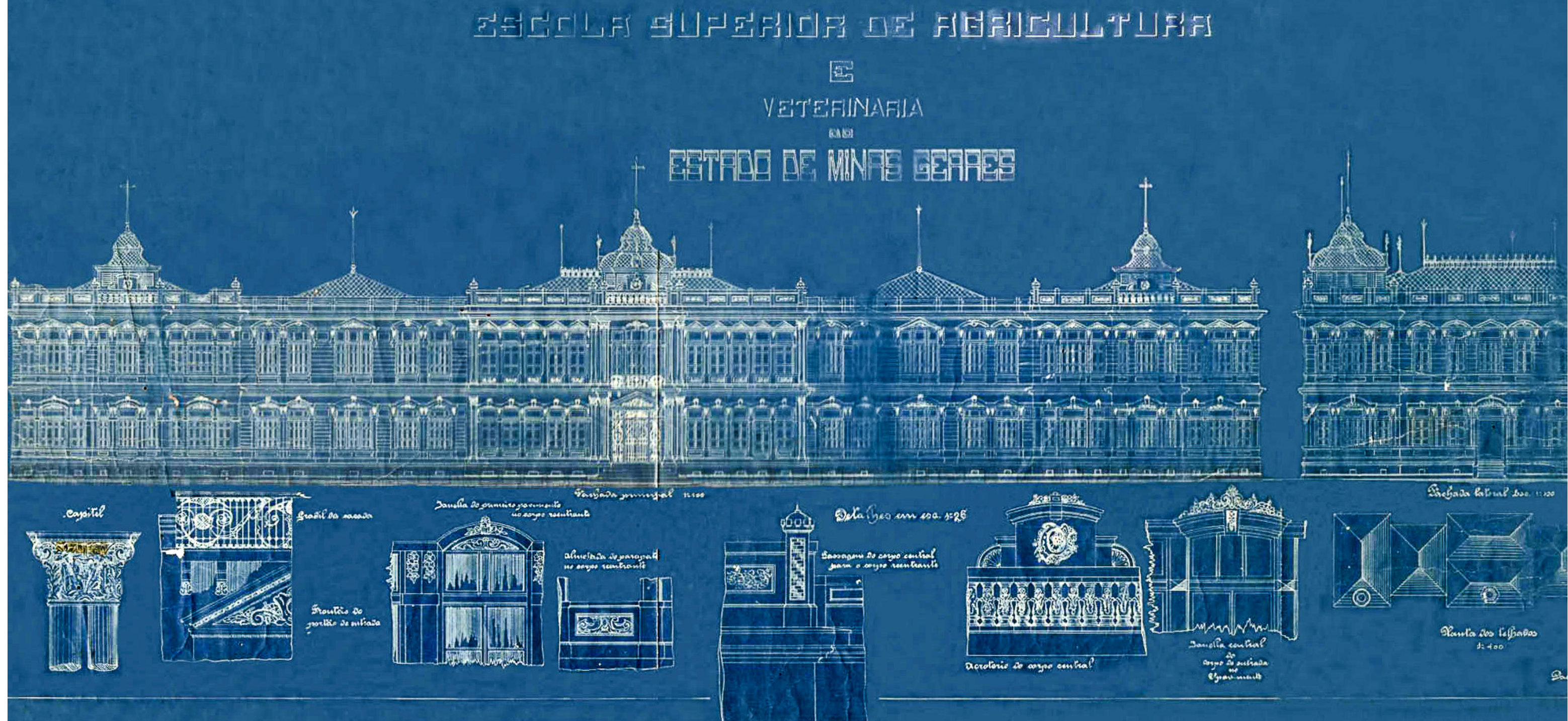


**Universidade Federal
de Viçosa**



“[...] projetado a princípio com uma única fachada, muito luxuosa, exigiu, por motivo de locação, quatro fachadas, de estilo nobre, simples e de acordo com os fins do Estabelecimento; internamente sofreu também diversas modificações, a fim de se evitarem corredores estreitos, escadas obstruindo os corredores, instalações sanitárias sem luz e ar directos, depósitos escuros, etc. Foi aproveitado no prédio principal, em toda extensão, utilíssimo porão, tendo havido pequeno aumento de custo (LISBOA, 1929, p. 6).”

“[...] A fachada primitivamente projectada foi modificada, tirando-lhe o aspecto monumental que se apresentava, dando-lhe linhas mais singelas e classicas, obedecendo o primeiro pavimento á ordem jonica e o segundo á coryntia (LISBOA, 1929, p. 14).”

Este livro é dedicado a todos aqueles que fizeram e fazem
parte da Universidade Federal de Viçosa.



Da Escola Superior de Agricultura e Veterinária Esav à Universidade Federal de Viçosa UFV	12
Os convênios e a construção universitária: Ford, Purdue e Rockefeller	74
A Universidade e a Sociedade	110
Movimentos e presença estudantil	146
Um século de história, muitos séculos de futuro	184
Bibliografia	216

Ficha Técnica

Coordenação de Conteúdo
Vanessa Lana

Organização
Vanessa Lana
Nanci Fernandes de Paula

Autoria
Angelo Adriano Faria de Assis
Dayana Debossan Coelho
Fábio Luiz Rigueira Simão
Luiz Gustavo Santos Cota
Nanci Fernandes de Paula
Patrícia Vargas Lopes de Araujo
Raquel dos Santos Sousa Lima
Vanessa Lana

Equipe Pesquisa
Beatriz Travenzoli Silva Luna
Bruna de Souza Toledo
Eduardo Luiz dos Santos
Gustavo Soares Sabione
Kailayne Andreia Maria da Silva
Lorena Coutinho da Costa
Thiago Vitorino Teixeira

Edição de Imagens e Fotografia
Daniel Sotto Maior Januário

Editoração de Desenvolvimento
Monique de Cássia Bertto
Rennan Lanna Martins Mafra
Vanessa Lana

Revisão de Texto
Leonardo Vinicius Macedo Pereira

Editora
Editora UFV

Impressão
Divisão Gráfica Universitária

Diretor Editora UFV
Brício dos Santos Reis

A construção deste livro foi realizada pela equipe da Universidade Federal de Viçosa, desde a criação da identidade visual do centenário, elaboração dos textos, fotografias, tratamento de imagens, revisão de conteúdo, revisão textual até a impressão.

Design e edição
Flávia Guimarães



REALIZAÇÃO

Comissão Organizadora do Centenário da UFV
Subcomissão Editorial, História e Comunicação
Monique de Cássia Bertto
Nanci Fernandes de Paula
Brício dos Santos Reis
Eduardo Luiz dos Santos
Rennan Lanna Martins Mafra
Vanessa Lana
Gustavo Soares Sabioni
Michele Micheleti de Mello
Lícia Felix de Andrade Ramalho
Shelline Silva Ferreira
Francisco Machado
Luiz Gustavo Santos Cota

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Reitor
Demetrius David da Silva

Vice-reitora
Rejane Nascentes

Chefe de Gabinete
Elilce de Figueiredo Rodrigues

Pró-Reitoria de Administração (PAD)
Leonardo de Assis Vidigal

Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD)
Bruno David Henriques

Pró-Reitoria de Ensino (PRE)
Cristiane Aparecida Baquim

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC)
José Ambrósio Ferreira Neto

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PGP)
Luiz Antônio Abrantes

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Raul Narciso Carvalho Guedes

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO)
Evandro Rodrigues de Faria

Centro de Ciências Agrárias (CCA)
Mário Luiz Chizzotti

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB)
Fabiana Cristina Silveira Alves de Melo

Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCE)
Júlio César de Oliveira

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH)
Karla Maria Damiano Teixeira

Diretor Geral do Campus Florestal
Antônio César Pereira Calil

Diretor Geral do Campus Rio Paranaíba
Renato Adriane Alves Ruas





Celebrar os cem anos da Universidade Federal de Viçosa é, antes de tudo, reconhecer a força de uma trajetória construída por gerações. É um momento único, que nos convida a olhar para o passado, compreender os caminhos percorridos, os desafios enfrentados, e celebrar as conquistas alcançadas. Mais do que uma comemoração, o centenário da UFV é uma oportunidade de preservar e compartilhar a história que moldou nossa identidade institucional.

A UFV sempre compreendeu que a excelência acadêmica também se sustenta na valorização da memória. Ao longo de sua história, a Universidade soube preservar documentos, fotografias, edifícios, símbolos e relatos que testemunham sua evolução desde os tempos da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (Esav). Esse compromisso permanente com a preservação histórica permite que cada nova geração compreenda as origens dos valores que continuam orientando nossa missão.

Este livro representa uma das mais importantes iniciativas das celebrações do centenário. Ao reunir acontecimentos, personagens, datas e transformações que marcaram a instituição ao longo de um século, a obra consolida uma narrativa coletiva construída por docentes, técnicos administrativos, estudantes, colaboradores terceirizados e parceiros que contribuíram para fazer da UFV uma referência nacional e internacional.

Ao percorrer estas páginas, o leitor encontrará muito mais do que uma sequência de fatos históricos. Encontrará a história de uma universidade que nasceu com o propósito de transformar a realidade da agricultura brasileira e que, ao longo de um século, ampliou sua missão, diversificou suas áreas de atuação e fortaleceu seu compromisso com a sociedade. Trata-se de uma trajetória marcada pela inovação, pela busca da excelência e pela capacidade de se renovar sem perder de vista seus princípios fundadores.

Preservar essa memória é também um exercício de responsabilidade com o futuro. Conhecer a história da UFV nos ajuda a compreender a dimensão do legado recebido e a refletir sobre os desafios que temos pela frente. As instituições que valorizam sua própria trajetória constroem bases mais sólidas para continuar avançando e para responder, com criatividade e compromisso, às demandas de cada tempo.

A realização desta obra somente foi possível graças ao empenho coletivo de inúmeras pessoas que contribuíram em diferentes etapas. Registro o nosso agradecimento aos servidores, estudantes e demais colaboradores envolvidos na organização, pesquisa, redação, revisão, fotografia, edição, produção gráfica, impressão e em todas as atividades que tornaram este projeto possível. A dedicação e o profissionalismo de cada um permitiram transformar a memória institucional da UFV em um patrimônio acessível às atuais e futuras gerações.

Neste momento de celebração, reafirmamos que um dos principais propósitos do centenário é justamente consolidar a trajetória que a Universidade construiu até aqui e, ao mesmo tempo, manter nossos olhares voltados para o futuro. Que esta obra inspire orgulho, pertencimento e reflexão, fortalecendo nossa convicção de que os próximos cem anos serão tão transformadores quanto aqueles que nos trouxeram até este momento histórico.

Demetrius David da Silva
Reitor da UFV (2019 - 2027)





A inauguração da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (Esav) aconteceu no dia 28 de agosto de 1926. Às 8 horas da manhã de um sábado, o primeiro trem chegou à estação, trazendo autoridades que participariam do evento. Dos vagões, desceram o fotógrafo Carlos Lima, que faria as imagens oficiais, e redatores de diversos jornais nacionais, estaduais e regionais. Às 9 horas da manhã, a comitiva presidencial chegou, com Arthur Bernardes e outras autoridades do Rio de Janeiro. A solenidade teve início em seguida, com a execução do Hino Nacional, entoado pela banda de música da Esav e pela fanfarra de cavalaria da Brigada Policial do Rio de Janeiro. No mastro, à frente da banda, a bandeira nacional foi hasteada por Peter Henry Rolfs. Em seguida, uma missa campal foi conduzida pelo vigário Álvaro Corrêa Borges junto com os padres Aristedes e Barreto, em um altar erguido nas escadarias do edifício Arthur Bernardes. O ato simbolizava a ascensão do poder religioso e político, e consagrava o conhecimento e o saber da Escola. Durante a cerimônia, peças musicais foram executadas, e, ao final, o vigário concedeu a bênção ao edifício, percorrendo suas dependências junto às autoridades federais, estaduais e municipais.

Pronto! A Esav estava inaugurada!

A história de criação e construção da Esav, no entanto, remonta a quatro anos antes da sua inauguração. No vale formado pelo córrego do Paraíso e pela bacia do ribeirão São Bartolomeu, a paisagem que hoje abriga a Universidade Federal de Viçosa (UFV) começou a ser transformada há mais de um século, em 1922. Dois anos antes, o governo de Minas Gerais havia expedido um decreto aprovando a criação de uma escola superior de agricultura na Zona da Mata mineira, destinada a modernizar o campo e a desenvolver a atividade rural na região. A nova medida, que gerou disputas entre cidades vizinhas, colocou em questão onde deveria se instalar a nova instituição.

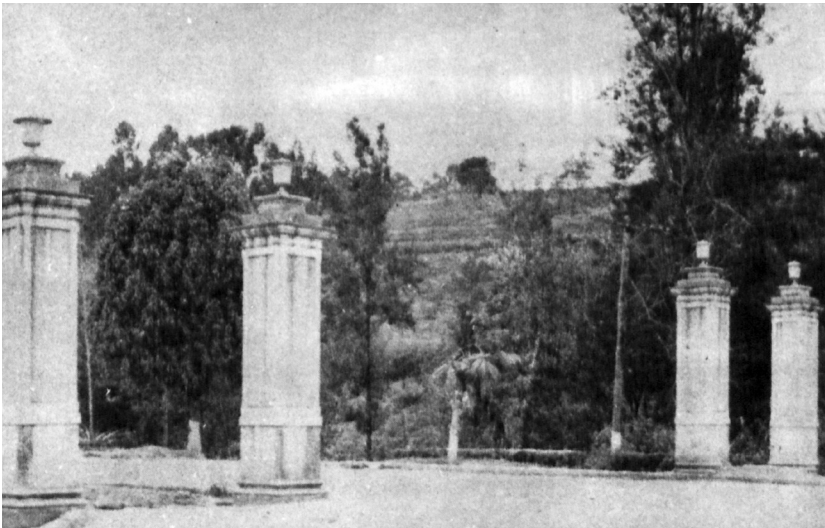
Em 12 de abril de 1921, o então governador mineiro, Arthur da Silva Bernardes, respondendo a um amigo e professor da cidade de Ubá, dizia que a escolha do local dependeria de um relatório técnico que considerasse fatores como clima, topografia e disponibilidade de terras. Acrescentava que o primeiro diretor da escola teria autoridade plena para indicar o local mais apropriado. Alguns meses depois, o relatório indicava Viçosa como o lugar escolhido. Mais tarde, uma frase atribuída a Bernardes condensaria com bom humor a memória social e política sobre a criação da Esav: “A escola pode ser instalada em qualquer lugar – desde que seja em Viçosa!”.



Comboio presidencial que trouxe Arthur Bernardes e autoridades para a inauguração da Esav

Em 10 de junho de 1922, a pedra fundamental do edifício que recebeu o nome de Arthur Bernardes inaugurou o que, para além de uma obra pública, seria um audacioso programa educacional, que associava ciência, agricultura e desenvolvimento econômico no interior de Minas Gerais. Erguido no epicentro de uma área de antigas fazendas, entre estradas precárias e terrenos de brejo, o prédio em estilo neoclássico, voltado para o sítio urbano de Viçosa, chamava a atenção de quem olhasse no horizonte, como se quisesse se comunicar com a cidade. O edifício imponente, que até hoje tem o ar dos tempos originais de sua construção, anunciava o nascimento de uma instituição cujos braços se estenderiam para o Estado, o País e o mundo. Seria um centro irradiador de modernização agrícola e social, muito além do espaço que a circunscrevia. Como toda grande instituição, a Escola de Viçosa, como passou a ser conhecida, acumularia conhecimento nascido dos sonhos dos estudantes e do trabalho cotidiano de seus servidores. Essa força permaneceu viva na memória preservada pelo edifício que marcou sua fundação, testemunhando o longo caminho que levou a Esav a se transformar no universo que hoje chamamos UFV - a Universidade Federal de Viçosa.

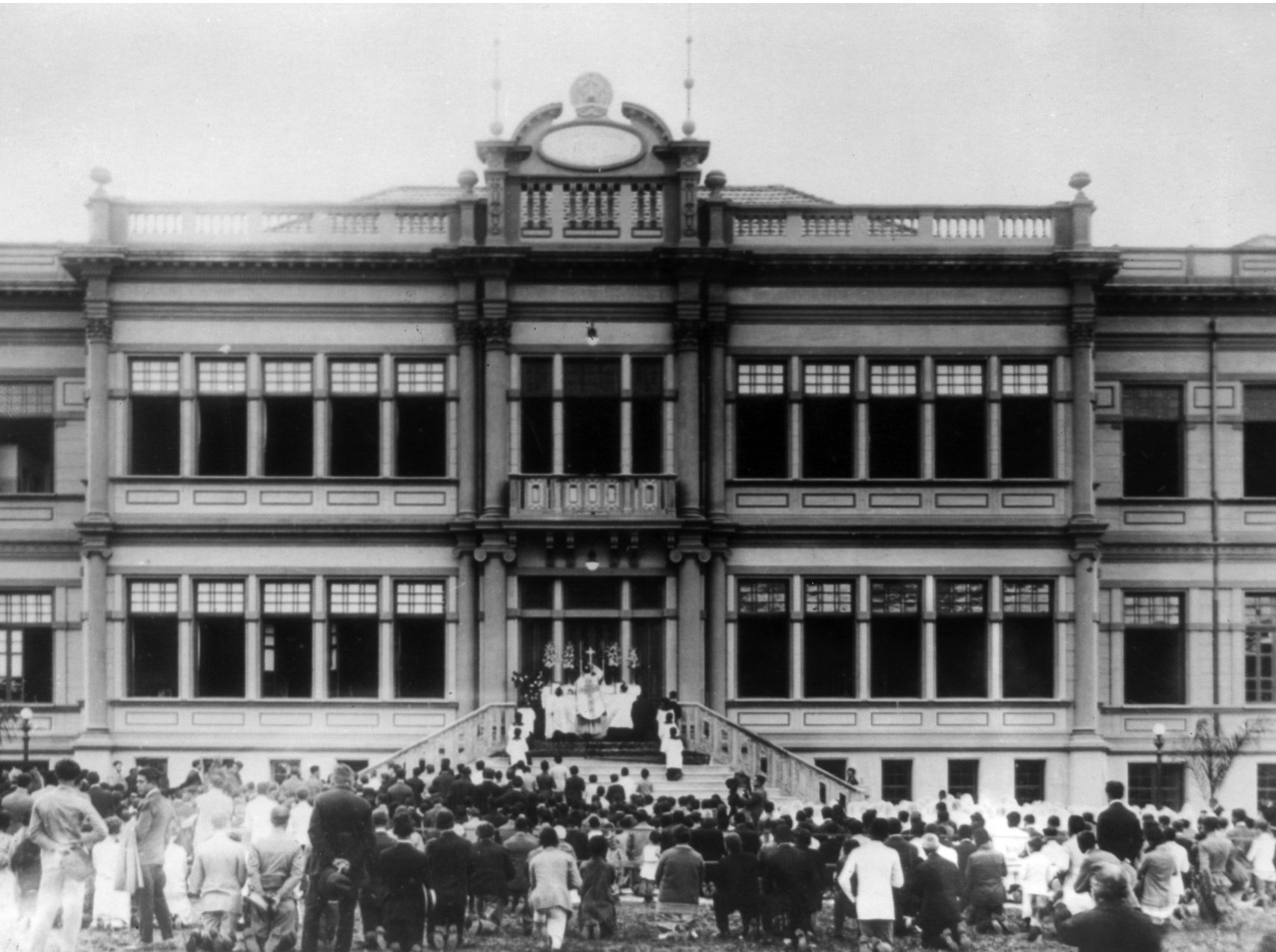
A proposta de instituição de ensino superior que chegou a Viçosa no ano de 1922 tinha relação com o modelo de universidades norte-americanas que, criadas com verbas e terras do governo voltadas à agricultura e às artes mecânicas, no começo do século XX, incorporaram, ao ensino, a pesquisa científica e a extensão universitária, dando origem à tríade que orientou instituições no mundo inteiro depois: ensino, pesquisa e extensão. Na entrada principal do Beardshear Hall, edifício da Escola de Agricultura da Universidade de Iowa, nos Estados Unidos, quatro colunas em estilo greco-romano guardavam a história dos *land-grant colleges*. Fundada em 1864, tal Escola foi pioneira na adoção de um regime didático voltado ao ensino prático desenvolvido por esse modelo de educação superior. Sua filosofia, em contraste com o modelo clássico pautado em estudos teóricos, criou, na época, um objetivo inovador: aproximar a ciência das necessidades diretas do produtor rural.



Quatro Pilastras na entrada do *State Agricultural College* (acima) e Quatro Pilastras da Esav (abaixo)



Notícia de inauguração da Esav



Missa campal de inauguração da Esav em frente ao Edifício principal



Visita dos Deputados Federais de Minas à Esav (ao lado do Barracão de Oficinas)



Peter Henry Rolfs

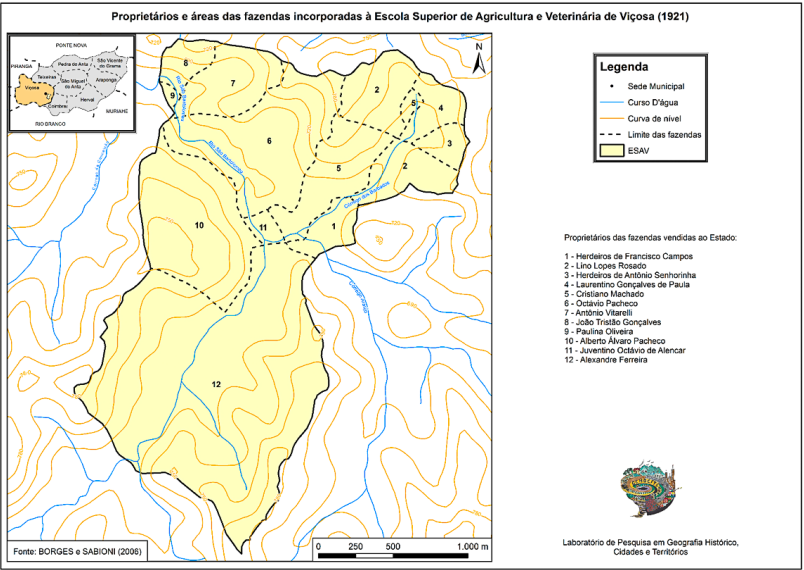
Uma das figuras emblemáticas que passaram pela Escola de Agricultura de Iowa foi a do professor Peter Henry Rolfs. Nascido em Le Claire, no interior do estado, Rolfs chegou a Iowa City em 1885 para cursar bacharelado em ciências e, em 1888, já tendo concluído a graduação, entrou para o curso de mestrado, concluído em 1891. Mais tarde, pela Universidade da Flórida, tornou-se doutor em ciências. Em 1920, no cargo de diretor da Universidade da Flórida, Rolfs aceitou o convite que mudaria sua trajetória nos anos seguintes: ajudar a fundar a Escola Superior de Agricultura e Veterinária em Viçosa.

Meses antes de Rolfs desembarcar no Rio de Janeiro, o procurador-geral do Estado de Minas Gerais, Fernando de Mello Vianna, cumpria os termos do decreto 5.806, de 1921, em que o governo estadual autorizava a desapropriação das terras escolhidas para encampar a nova instituição. A porção que englobava parte do vale do córrego do Paraíso e 12 fazendas compreendidas pela bacia do Ribeirão São Bartolomeu, na área conhecida como “Maria Luíza”, foi adquirida pelo Estado pelo valor de 294:700\$000,00 (duzentos e noventa e quatro contos e setecentos mil réis).

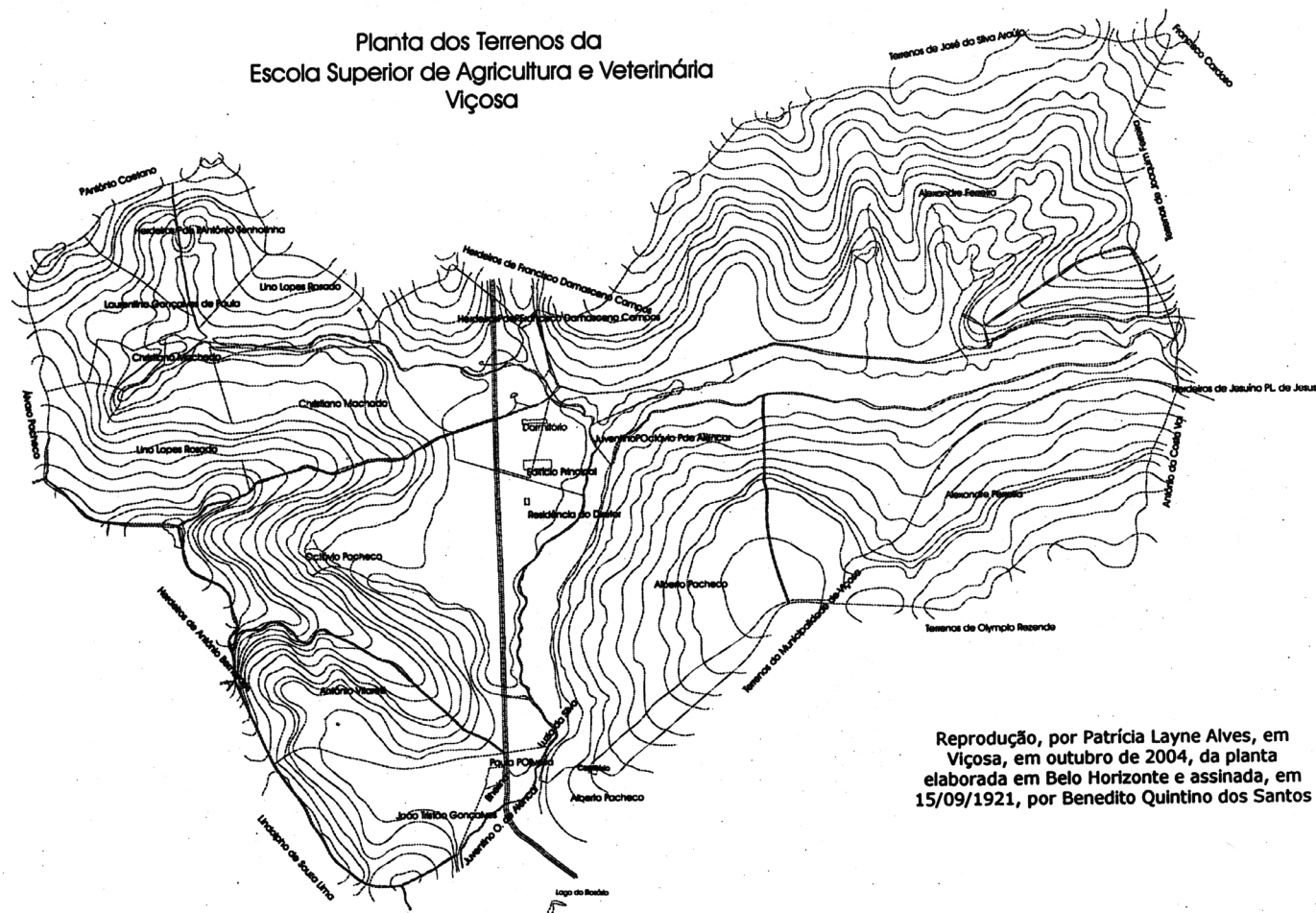
Uma comissão formada para delimitar o espaço onde se fariam as obras foi encabeçada por Peter Henry Rolfs. O reconhecimento dos terrenos e elementos naturais, como rios, campos, matos e morros, orientou o traçado da primeira planta baixa da escola. Assinada em 15 de setembro de 1921, a planta continha as divisões das fazendas, as curvas de nível e as edificações, além das primeiras linhas de planejamento do campus. Pelo desenho, a escola nasceria a partir de um traçado principal em formato de T, com os terrenos sendo cortados pela Estrada de Ferro Leopoldina, em uma trama férrea que se estenderia no sentido noroeste-sudeste por todo o campus, paralelamente à avenida principal, então nomeada como Avenida P. H. Rolfs.



Início das medições topográficas para a formação do território da Esav



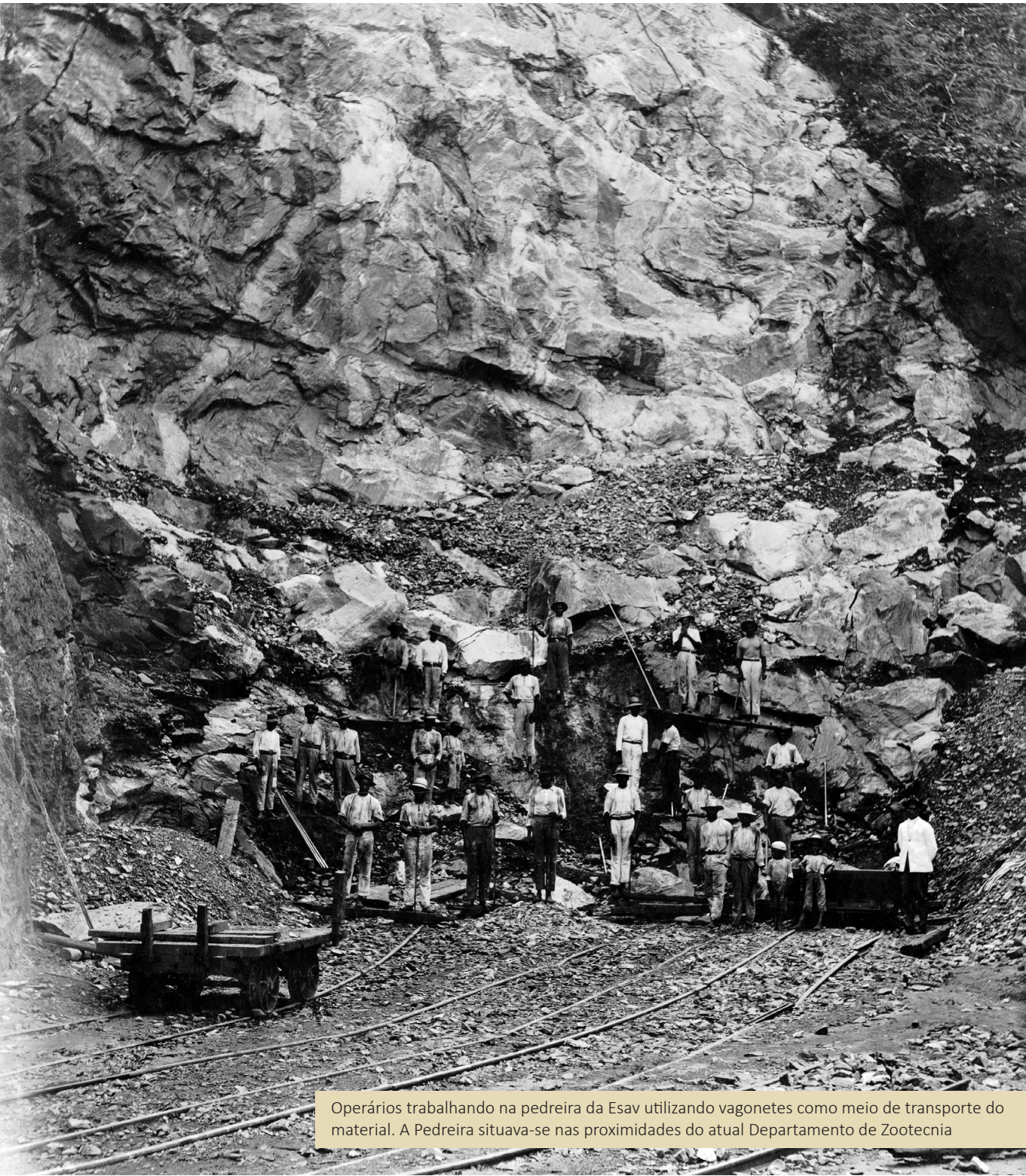
Proprietários e áreas das fazendas incorporadas a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1921)



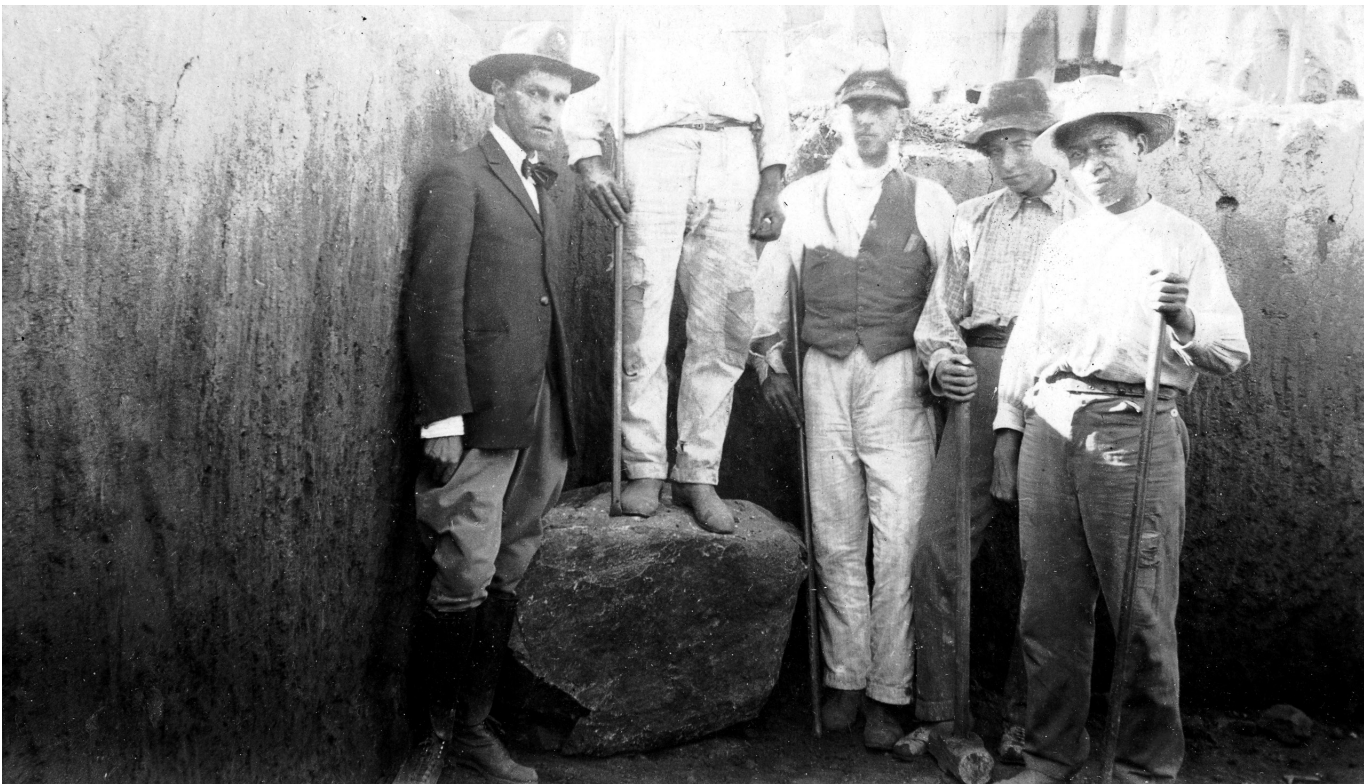
Primeira planta da Esav

Através desta espinha dorsal, o sistema viário do campus seguiria um fluxo ortogonal, condicionado apenas pelo relevo natural. Por recomendação da comissão técnica, Bernardes aprovou a criação oficial da Esav, tendo as obras sido iniciadas em 10 de junho de 1922. O lançamento da pedra fundamental do edifício Arthur Bernardes, popularmente depois chamado de “Bernardão”, contou com a presença de políticos, engenheiros, comissionários e operários. Além do edifício Arthur Bernardes, o projeto já previa a construção da residência do diretor (hoje Reitoria), do escritório do corpo técnico da construção, da garagem para equipamentos usados com gado muar para o preparo do terreno e de um barracão para armazenamento de materiais de construção.

Durante as obras, houve esforço contínuo do governo para atenuar os gastos, sendo o próprio edifício Arthur Bernardes, o mais suntuoso, reprovado em primeira planta devido ao alto custo prospectado. O suprimento de madeira bruta, vindo das matas do Rio Doce por negociação direta com os produtores, evitava custos altos também. As pedras, retiradas de uma região a cerca de dois quilômetros acima da escola, onde se abriu uma pedreira, também foram fato de economia. Os tijolos foram produzidos por três olarias que a instituição mesma passou a abrigar.



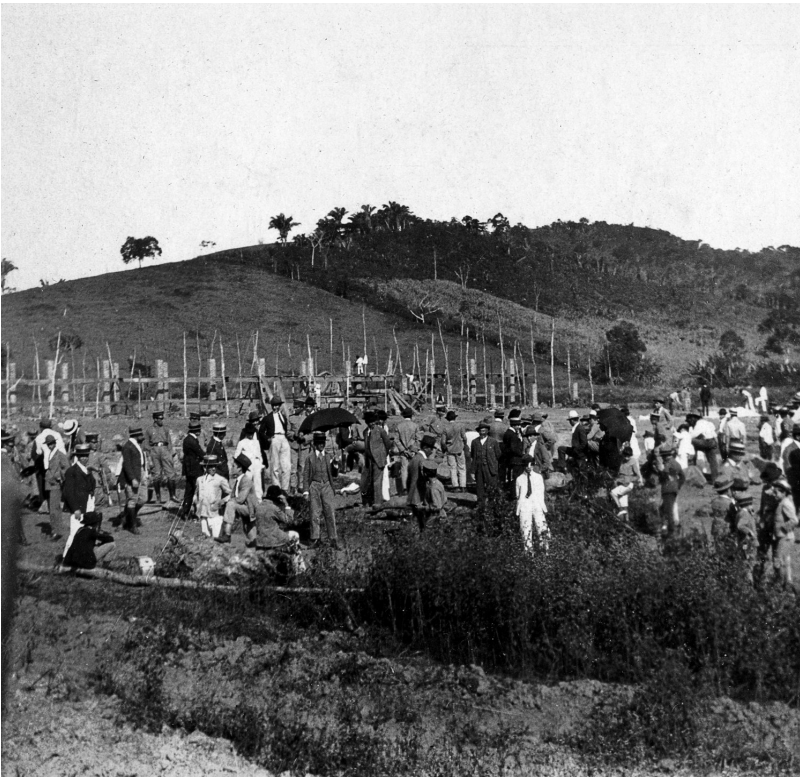
Operários trabalhando na pedreira da Esav utilizando vagonetes como meio de transporte do material. A Pedreira situava-se nas proximidades do atual Departamento de Zootecnia



Pedra angular (fundamental), ladeada por operários da construção da Escola e pelo engenheiro Mário Machado (à esquerda)

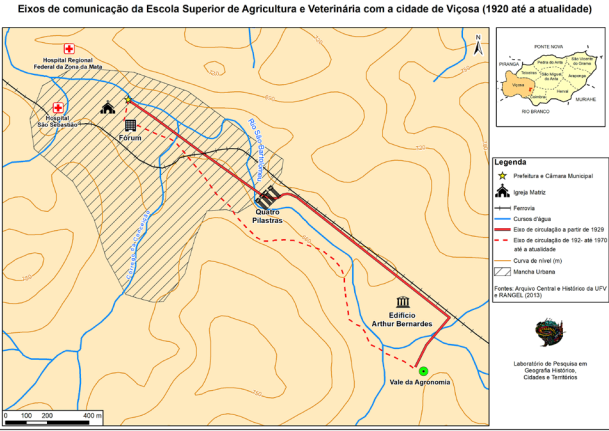
O tecido construtivo da Esav foi se espalhando sobre os terrenos de brejo situados nos limites com a cidade. A abertura da Avenida P. H. Rolfs criava uma extensão retilínea, com duas vias paralelas em sentidos opostos, caminhando ao lado da linha férrea. A Avenida passou a ser ladeada por palmeiras imperiais e magnólias, que constituíam símbolos de esplendor e imponência na paisagem da Escola.

Antes da instalação da Esav, a estrada que dava acesso às fazendas da região se localizava um pouco abaixo do cemitério da cidade, atual via que liga Viçosa à cidade de Paula Cândido. O trecho, que seguia até a casa do diretor, cortava o campus, desembocando no Vale da Agronomia, perto de onde hoje está o Supermercado Escola. Visando criar uma via de integração da Esav com o sítio urbano de Viçosa, João Carlos Bello Lisboa, engenheiro-chefe da comissão construtora, propôs aterrar a área de oito metros de profundidade que formava uma depressão entre o leito do ribeirão São Bartolomeu e a entrada da Esav. Para realizar a obra, foram construídos bueiros nas vias e removida parte da terra que compunha o morro da Ladeira dos Operários. A Avenida P. H. Rolfs, então, passou a demarcar a expansão da Escola em direção à cidade.



Público presente na celebração de lançamento da pedra fundamental do Prédio Principal

Paralela à Avenida P. H. Rolfs, no interior do campus, uma estação ferroviária, a “estaçãozinha”, fazia a ligação entre a estrada de ferro Leopoldina e o espaço da nova instituição. O projeto, confeccionado pelo Escritório Técnico da *Leopoldina Railway* e executado por Bello Lisboa, foi concebido para receber materiais e pessoas no canteiro de obras e, depois, no cotidiano da nova instituição. Além de permitir a visita de técnicos e autoridades, a estação funcionou como veículo de propaganda, simbolizando a ligação da Escola com o restante do Estado e do País. Pela ferrovia, transportavam-se correspondências (telegramas, cartas, jornais etc.), mercadorias e pessoas. Dentre os produtos escoados, na época da construção da escola, destacavam-se culturas experimentais, como algodão, arroz, aveia, batata-doce, batata-inglesa, café, cana-de-açúcar, cebola, centeio, frutas, milho, trigo e outros. Os trabalhos de experimentação relatados pela *Revista da Sociedade Mineira de Agricultura* na época incluíam sementes, grãos, doces e aves.



Os dois eixos de comunicação da Esav com a cidade (o de 1920 até 1970 e a partir de 1929 até a atualidade)



Parada de trem, estaçãozinha da Esav



Fotografia tirada no “pé” do morro dos Operários. Nota-se, à esquerda, o bueiro do Ribeirão São Bartolomeu em funcionamento e, no detalhe, a utilização de bovinos e muarés no aterramento. À direita, a futura localização das Quatro Pilastras



Vista da área central dos terrenos para futura instalação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária - Esav

A Esav, nos anos de construção, já expunha suas culturas nas cidades de Juiz de Fora e Belo Horizonte. Eis um dos pioneirismos da instituição: desenvolver campos de policultivo antes mesmo de sua inauguração. Isso seria o sinal da importância dada à diversificação desde a base da Escola e criava um entreposto de troca de experiências e venda de produtos, como café e milho, também escoados pela Leopoldina para outras partes do Brasil e do exterior. Com isso, a Escola, em vias de construção, pôde criar meios de renda para a sua própria subsistência.



Exposição de produtos da Esav em Juiz de Fora. Produtos expostos: mudas, sementes, grãos, doces e aves



Exposição de produtos da Esav em Belo Horizonte



Exposição de produtos agrícolas como fubá, milho desintegrado, farelo de arroz e cana



Campo de cultura da Agronomia



Operários trabalhando na etapa final do aterro no Córrego dos Barbados. Ao fundo da imagem nota-se a construção do barracão das oficinas e das obras do Prédio Principal



Bello Lisboa ao lado de operários na construção do Bueiro São Bartolomeu

A instalação da Escola nas primeiras décadas republicanas impulsionou profundas transformações em Viçosa, exigindo a adequação da cidade a novos planos urbanísticos cujos efeitos podem ser observados até hoje na paisagem urbana. Na época, além do aterro de áreas alagadiças e do arrasamento de encostas – a exemplo da Ladeira dos Operários –, o que facilitava a circulação dos ventos, foram abertas vias estratégicas que integravam a Escola ao tecido urbano da cidade, como a Avenida da Reta, nome dado pelos primeiros estudantes à Avenida P. H. Rolfs.

Paralelamente, diversas obras de infraestrutura foram executadas, destacando-se a construção do bueiro da Conceição, na Avenida da Reta, responsável por ligar a Esav à Praça do Rosário, bem como o bueiro do córrego dos Barbados, especialmente no trecho que cruza a estrada de Viçosa a São Miguel do Anta. Nesse contexto, evidenciava-se o papel da Esav não apenas como instituição de ensino, mas como agente ativo no planejamento e na gestão urbana de Viçosa.

A instituição, que realizou investimentos significativos em obras voltadas à modernização dos espaços urbano e rural de Viçosa, redesenhou boa parte do município por meio da aquisição e do parcelamento de terrenos, da implantação de campos de experimentação e cultivo, da abertura de vias e estradas, bem como da instalação de infraestruturas essenciais – tais como abastecimento de água potável, fornecimento de energia elétrica, sistemas de tratamento de esgoto, bueiros, edificações residenciais e outros equipamentos urbanos. Somava-se a esse conjunto de intervenções a transferência do leito ferroviário para a área central da cidade, ação que reforçou a integração entre a instituição e o espaço urbano. No total, foram executadas 77 obras sob a responsabilidade da comissão de construção da Esav, abrangendo desde edifícios de grande porte, como o próprio edifício Arthur Bernardes, até serviços de terraplanagem, residências destinadas a professores e operários, abrigos para máquinas e animais, entre outras instalações.



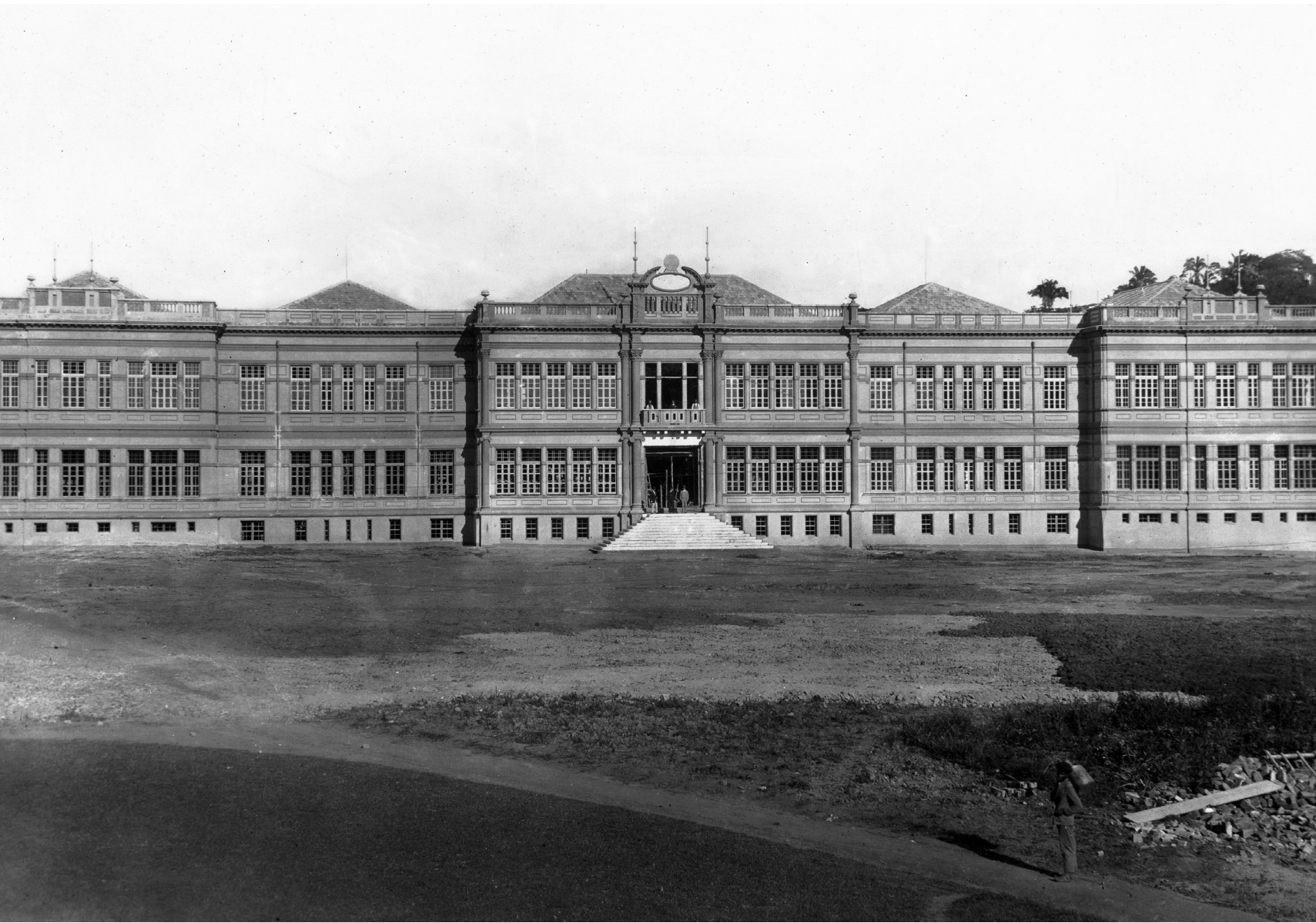
Alunos da primeira turma de Engenheiros Agrônomos da Esav. Eram chamados de “os sete”. Da esquerda para direita, Barreto, Antônio Secundino de São José, Soares, Geraldo Gonçalves Carneiro, Geraldo Francisco Corrêa, Paulo Pena de Salvo e Henrique Floriano Galante Sauer

A *Escola de Viçosa* passou a ser vista como o principal elemento de identidade e projeção da cidade. O município passou a ser apresentado nos discursos políticos como a “capital do ensino agrícola”, uma espécie de centro irradiador de conhecimento, progresso e modernidade para toda a Zona da Mata. Esse novo papel elevou o *status* político e econômico de Viçosa, atraindo investimentos, visitantes, estudantes e a atenção dos governos estadual e federal.

Os primeiros cursos ofertados pela instituição destinavam-se à formação elementar em agricultura e floresta, com início em agosto de 1927. Na ocasião, a Esav acolheu 25 estudantes que viviam na instituição em regime de internato. Também em 1927, a Escola iniciou suas atividades com os cursos Fundamental e Médio, voltados à formação básica e intermediária de quadros técnicos para o meio rural (posteriormente extintos em 1947 e 1959, respectivamente). Esses cursos tinham um papel estratégico: criar uma base de trabalhadores qualificados que pudessem aplicar técnicas agrícolas e zootécnicas, manejar culturas e animais, organizar propriedades e servir de elo entre o saber científico da escola e a realidade concreta das fazendas.

Em 1928, a primeira turma do curso superior de Agricultura ingressou na Esav. Na aula inaugural, em 1928, o professor alemão Hermann Rehaag apresentou o programa de sua disciplina e deu o pontapé inicial a um processo que, ao completar cem anos, pode-se dizer que já concluiu dezenas de aulas magnas e algumas milhares de horas de aula. A partir de 1930, passaram a ser oferecidos cursos avulsos de natureza técnica, como Mecânica, Laticínios, Apicultura e Silvicultura. O curso superior de Medicina Veterinária começou em 1932, tendo a primeira turma de médicos-veterinários colado grau em 1935.

Esboço da Esav reportado a Arthur Bernardes



Prédio principal, aparentemente terminado (fachada voltada para a cidade)

Em sua tônica posta como instrumento de modernização, da agricultura no Estado de Minas Gerais, a Esav ligava a ciência ao solo, à nutrição e ao manejo de animais. Naquele contexto de estruturação, o professor Hermann Rehaag foi responsável pela organização de laboratórios de ensino de zootecnia e pela aquisição de animais para a pesquisa no campus. Rolfs, que havia assumido a direção da escola desde a sua inauguração, estendeu à instituição o mesmo paradigma educacional a partir do qual se formou, na Escola de Agricultura da Universidade Iowa: o modelo dos *land-grant Colleges*. Como registra um documento da Congregação, órgão colegiado que administrava a Esav, em 1930, a nova instituição de ensino dedicava-se “aos fazendeiros mineiros [e] de modo especial [à] educação agrícola de seus filhos [para o] aumento da riqueza dos fazendeiros pela aplicação de métodos mecânicos modernos, pelo aperfeiçoamento das culturas existentes e pela introdução de novas espécies de plantas e animais”.

Rolfs, desde o começo, condicionou a contratação de professores ao domínio científico da matéria lecionada, mas também à familiaridade do docente com a vida no campo. Para o professor e diretor fundador da escola, bons profissionais do ensino eram aqueles que podiam atuar dentro e fora da sala de aula. O então diretor declarava que não utilizaria o sistema de concurso público para a admissão de professores. Na época, escreveu que os candidatos às cadeiras docentes da Escola de Viçosa só seriam contratados depois de demonstrarem preparo, vontade e competência para “instruir e inspirar com desejo de aprender alunos mal preparados”. Certa vez, anotou que era preciso achar “professores muito hábeis, sendo que a habilidade no concurso muitas vezes não indicava a capacidade do candidato como professor”.

Em 1935, na solenidade de formatura da primeira turma de bacharéis em Veterinária, o professor João Carlos Bello Lisboa, diretor da Esav ao fim da gestão de Rolfs, celebrou a virada decisiva que entendia como “um trabalho de verdadeira revolução”. Para ele, a Esav era evidência concreta da superação dos velhos métodos de ensino, presos a uma escola “passiva, teórica, livresca e arcaica”, dizia. O modelo que, como Rolfs, Lisboa defendia era o que se resumia na expressão “aprender fazendo”, no lema de que “só devem ensinar os que sabem também fazer”.

Esse modo de perceber o processo acabou eternizado em um dos epítetos da instituição: as Quatro Pilastras. Postas à porta principal do campus, apresentam-se como elementos simbólicos centrais - um portal à universidade. Construídas em 1929, elas receberam, no ano seguinte, por sugestão do professor João Moojen de Oliveira, as inscrições “Estudar”, “Saber”, “Agir” e “Vencer”, cujas iniciais formam o acrônimo Esav. Nessa imagem, que evoca o poder simbólico dos *land-grant Colleges*, os verbos conservam a ideia central do tipo de ensino defendido por Rolfs: “saber para agir”. A exemplo das quatro colunas que demarcam a entrada da Escola de Agricultura de Iowa, as Quatro Pilastras juntavam a herança do método americano ao ensino prático incorporado pela Esav.

Há ainda uma simbologia adicional. As palavras “estudar”, “saber”, “agir” e “vencer” aparecem grafadas em latim (*ediscere, scire, agere, vincere*) na parte frontal das pilastras, voltadas a quem entra. À primeira vista, isso pode sugerir uma entrada distante ou solene demais, em uma sociedade cuja língua já não é a dos romanos, embora nela se apoie. No verso das pilastras, porém, os mesmos verbos surgem em português, voltados para o interior do campus. Para os estudantes que ali ingressam e se formam, o “conhecimento útil e prático” sinaliza a transformação operada pela escola e a difusão do saber por meio de seus egressos.

Esse ideal, somado ao método de ensino prático adotado desde o início, foi resumido por estudantes e professores da época como o “espírito de Rolfs” ou o “espírito esaviano”. A ciência, segundo esse entendimento, não servia apenas à indústria e aos laboratórios urbanos, como afirmou Arthur Bernardes, mas também à agricultura e à vida no campo. Ao discursar na cerimônia de inauguração da Esav, já como presidente da República, o idealizador da Escola afirmou que a instituição estava “destinada a, em 20 anos, revolucionar a lavoura mineira, porque não forma bacharéis em agricultura, mas autênticos agricultores”. Para o governo de Minas Gerais, essa visão tinha um claro sentido estratégico: fixar a população no campo em um contexto em que o ensino superior se concentrava sobretudo em medicina, direito e engenharia. Bernardes insistia que a vida rural podia ser fonte de progresso e satisfação, pois “os fazendeiros, ele dizia, em regra não pensam assim, mas com eles mais facilmente se encontra a felicidade”.

Todos esses preceitos ajudavam a sedimentar o ideal sobre o qual se assentou a criação da Esav: na instituição, em que se apostavam fichas numerosas, o conhecimento não teria um fim em si mesmo, mas um potencial extensionista. A concepção da extensão universitária ultrapassou os muros da Escola para encontrar a realidade em suas demandas, retornando à instituição na forma de experiência acumulada. Em 1927, no *Primeiro Anuário da Esav*, publicado pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, registrava-se a presença constante de visitantes à instituição. De fato, isso cumpria seus compromissos de base. Dizia o documento que os agricultores em visita à Esav saíam “muito mais interessados do que se lhes fossem mostradas as mesmas coisas com mais ideia de ostentação do que de incutir conhecimentos agrícolas úteis”. Raramente se passava uma semana sem que a Escola recebesse “a visita de um agricultor com o fim de realizar o que é essencialmente o ‘Curso Breve’ de um dia em agricultura ou em outra especialidade de zootecnia, pomologia [ramo da botânica dedicado às árvores frutíferas e seus frutos], horticultura ou agronomia”. O próprio Rolfs certa vez observou que tudo aquilo havia sido instituído para “auxiliar os estimados e honrados agricultores de Minas Gerais”.



Vista panorâmica da área central do campus. À direita, o Prédio Principal; ao centro, o Prédio de Química; e, à esquerda, o Alojamento



Vista panorâmica do Edifício Principal

Mas nem tudo era um mar de rosas! Entre 1935 e 1941, um período de instabilidade e dificuldades financeiras marcou a história da Esav. Nas atas da Congregação, registravam-se problemas com salários defasados e atraso nos pagamentos, más condições de trabalho, falta de material e ausência de pessoal. Era comum os professores e técnicos apresentarem pedidos de exoneração dos cargos. A questão era tão urgente que Rolfs mobilizou-se nos Estados Unidos para conseguir docentes para a instituição. Em carta endereçada a João Carlos Bello Lisboa, diretor da escola no período, o professor americano dizia: “Caro Dr. Lisboa, acabo de retornar de Iowa e Illinois... Lousiana e Flórida, fiz muitas investigações para contratar professores do tipo dos que precisamos na Escola de Viçosa [mas] todos que têm a preparação suficiente e experiência já estão recebendo um salário maior do que podemos pagar aí”.

Os problemas não pararam por aí. A Lei estadual nº 146, promulgada em 1936, marcou um ponto de inflexão na trajetória da instituição ao cassar sua autonomia e subordiná-la à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. À época, o Governo do Estado de Minas Gerais estava sob a liderança de Benedicto Valladares Ribeiro, aliado ao então presidente da República Getúlio Vargas. Em 1942, tendo Israel Pinheiro à frente da Secretaria de Agricultura, ocorreu o desmembramento institucional da Esav por meio do Decreto-Lei nº 824. Na ocasião, o curso de veterinária foi transferido para a Escola Superior de Veterinária do Estado de Minas Gerais.

Neste momento, há relatos de que os professores comercializavam sementes e mudas selecionadas, espécies nobres (por vezes exóticas) para gerar fundos para a Esav. Diversas cartas trocadas entre os diretores da época e autoridades do Ministério da Agricultura, presidentes de associações comerciais e agricultores independentes de Viçosa e de outras partes do Brasil registraram as transações. O quadro de dificuldades só foi resolvido quando a instituição começou a ganhar mais projeção nacional. Isso começou a acontecer na década de 1940 e alimentou originalmente um desejo de elevar a Esav à categoria de universidade.

Com os novos horizontes abertos no período, a Esav deu origem à Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (Uremg). Em 13 de novembro de 1948, foi assinada pelo então governador do Estado de Minas Gerais, Milton Soares Campos, a Lei nº 272 que criou, com personalidade jurídica própria, a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, que incorporava a Escola Superior de Agricultura, a Escola Superior de Veterinária, a Escola Superior de Ciências Domésticas, a Escola de Especialização, o Serviço de Experimentação e Pesquisas e o Serviço de Extensão. Em 1949, pelo Decreto nº 3.212, de 15 de dezembro, a Uremg foi declarada instalada e com sede na cidade de Viçosa.

Os Estatutos da Uremg foram aprovados em 25 de maio de 1950, pelo Decreto nº 3.292. No documento, eram destacadas, como finalidades principais da Instituição, a

aquisição e a disseminação de conhecimentos relativos à produção, à indústria e à defesa agropecuária, através de uma conjunção de trabalhos de ensino, experimentação, pesquisa e extensão. Para essa finalidade, a Universidade estaria composta de estabelecimentos de ensino, serviço de experimentação e pesquisa e serviço de extensão, sendo facultada a colaboração com instituições não universitárias do mesmo gênero. Os Estatutos pontuavam que, a qualquer tempo, e com a observância das normas aplicáveis, a Universidade poderia incorporar outros estabelecimentos de ensino, de qualquer modalidade ou grau, institutos especializados, assim como firmar acordos com entidades e organizações oficiais, pessoas físicas e jurídicas para a mais completa realização de seus fins.

Dentre as perspectivas de formação, eram destacadas as áreas da ciência agrícola, da ciência veterinária e da ciência doméstica, tanto na formação de especialistas quanto na realização de trabalhos junto a interessados nesses ramos. Os cursos universitários a serem ofertados estavam nas seguintes categorias: cursos superiores, visando a formação de profissionais para o exercício das atividades especificadas em lei; cursos de especialização, com a finalidade de aperfeiçoar conhecimentos; e cursos de extensão, destinados a difundir conhecimentos da técnica, nas modalidades de extensão popular e de atualização cultural.

A Uremg seria administrada pelo Conselho Universitário e pelo Reitor, dispondo de uma Secretaria Geral, encarregada do registro e controle do movimento econômico e financeiro da Instituição. Os Estatutos regulavam sobre o “Fundo Universitário”, instituído



Reunião na Uremg

no documento de criação da Uremg com o objetivo de garantir o seu regular funcionamento. O Fundo era composto por apólices estaduais, hectares de terras devolutas, bens sobre a jurisdição da Escola Superior de Agricultura e bens móveis e semoventes da Escola Superior de Veterinária do Estado de Minas Gerais, de taxas, contribuições e quaisquer outras rendas do patrimônio da Uremg, bem como por doações, subvenções e legados. Era permitido à Universidade o recebimento de doações, não somente para a constituição de fundos especiais, mas também para a ampliação de instalações ou o custeio de atividades específicas a cada uma das Escolas ou Serviços da Instituição.

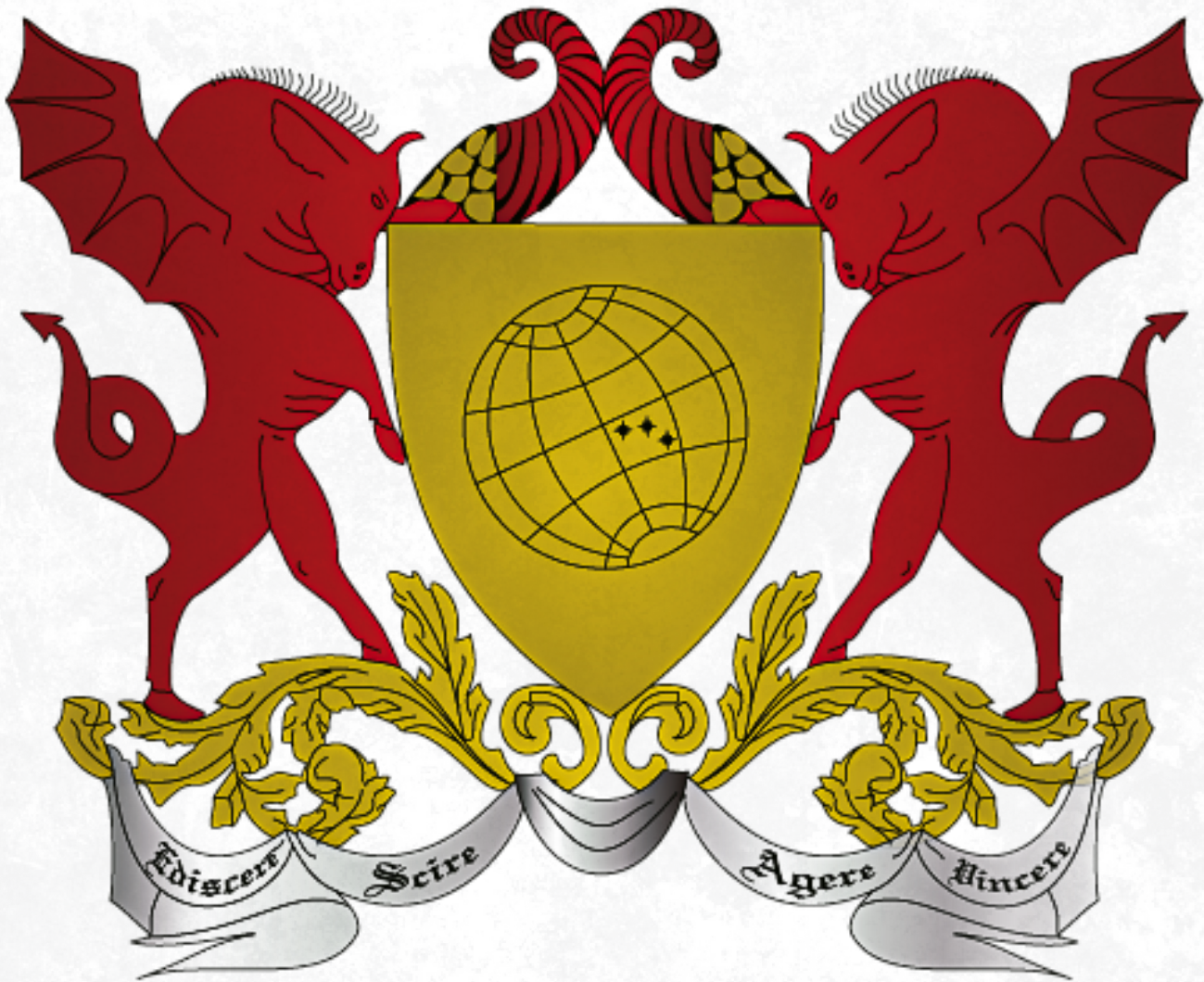
Em vistas a zelar pelas boas condições físicas e de saúde de seus alunos e servidores, os Estatutos mantinham, na estrutura universitária, a Divisão de Educação Física e Desportos e a Divisão de Saúde. Postulava, ainda, a existência de uma biblioteca para atender a todas as unidades universitárias e uma Divisão de Publicidade, com a finalidade de imprimir e publicar trabalhos técnicos e de divulgação, assim como preparar fichas e impressos necessários à Instituição.

A criação da Uremg representou reforço e ampliação dos ideais esavianos na defesa do compromisso social da universidade, solidificando a Instituição no rol do ensino, da pesquisa e da extensão em âmbitos nacionais. Um dos pontos marcantes desse processo de solidificação foi a criação de elementos simbólicos que representassem a universidade e dessem consistência identitária à mesma. A construção do imaginário social se expressa por diferentes elementos, e os símbolos se tornam particularmente poderosos pela possibilidade de comunicar interesses, aspirações e identificações coletivas, sendo de importância singular na construção de um conjunto de valores sociais, culturais e políticos. Nesse sentido, como demanda dos estudantes, o Conselho Universitário deliberou sobre a realização de um estudo a respeito dos símbolos que representariam a universidade e, em 1952 foi oficializado o brasão, símbolo da Uremg, que permaneceu após a federalização em 1969.

O brasão foi idealizado pelo professor José Marcondes Borges e desenhado pelo professor Alfred Beck Andersen. A simbologia expressava os valores e atributos que ficariam perpetuados na memória institucional. Das cores, o metal ouro representava a riqueza, a sabedoria, a inteligência; o sable (preto) era o símbolo da terra; a prata vinha como símbolo da pureza de intenções; e o vermelho, símbolo da vitória. A representação do globo remetia à palavra universidade e a estrela, próxima ao Trópico de Capricórnio, indicava a posição geográfica da instituição (em 2017, o Brasão foi atualizado com a inclusão de mais duas estrelas no globo terrestre, que representam, estimativamente, as posições geográficas dos campi UFV Florestal e Rio Paranaíba). O formato de escudo clássico trazia majestade ao brasão, juntamente aos touros alados - exprimindo a vitória e o anseio dos seus acadêmicos, tendo na base o mote *Ediscere, Scire, Agere, Vincere* (Estudar, Saber, Agir, Vencer), representativo das letras iniciais da Esav.



Brasão em uma de suas primeiras versões



(Leitura do Brasão da Universidade Federal de Viçosa – Acervo do Museu da UFV)

“Escudo antigo em campo de ouro ostentando o globo terráqueo de ‘sable’.

Como suportes dois búfalos de ‘goles’ ou touros alados – figura quimérica desde a época clássica da Heráldica – é o sinal da força.

Sobre um paquife de ouro, intercalado por um listel de prata, ostentando a divida seguinte, em latim: ‘*Ediscere, Scire, Agere, Vincere*’.

Como timbre duas cornucópias de ‘goles’ espargindo frutos de ouro”. (Sophia Jobim Magno de Carvalho)

Além da Vila Giannetti, ao longo da história da UFV, foram construídas também seis outras chamadas de “vilas dos operários”, quais sejam: Vila Mattoso, Vila Sete Casas, Vila Dr. Secundino de São José, Vila Dona Chiquinha, Vila Araújo e Vila Chaves.

Anterior à institucionalização da Uremg, em 1947, uma comissão de professores da Esav enviou um ofício à Secretaria da Agricultura, Indústrias, Terras, Viação e Obras Públicas, destacando que, na cidade de Viçosa, não havia casas de aluguel em número suficiente que pudessem abrigar todos os professores da Escola. Destacavam, ainda, o distanciamento que esses mantinham de suas famílias como algo prejudicial à continuidade dos trabalhos. A criação da Uremg reforçou essa demanda e veio atrelada à construção de um conjunto de casas, impulsionada pelo então Secretário da Agricultura do governo Milton Soares Campos, o engenheiro Américo Renê Giannetti. O projeto pautava-se pela construção de 40 residências, de modo que, inicialmente, foram erguidas 26 casas e, posteriormente, esse número foi dobrado, integralizando o total de 52 edificações. O projeto arquitetônico foi de Cláudio Jorge Gomes de Souza, dialogando com os princípios do urbanismo modernista e do modelo das cidades-jardins, com ruas largas, áreas verdes, jardins e arborização.

O espaço construído foi denominado de “Vila dos Professores”, assim se mantendo até 1954 quando, na ocasião do falecimento de Américo René Giannetti, foi nomeada de “Vila Giannetti”, em homenagem ao engenheiro. A mudança do nome foi proposta na reunião da Congregação em 17 de setembro de 1954, pelo professor José de Alencar, e aceita por unanimidade. A função de moradia da Vila se estendeu até 1991, quando a mesma teve sua finalidade alterada pela Resolução n.º 06, de 13/08/1991 do Conselho Diretor (Condir), passando a abrigar projetos de extensão e órgãos “parceiros”, empresas públicas e privadas, com escopos de trabalho em parceria aos projetos desenvolvidos pela universidade. Atualmente, a Vila Giannetti é composta por 49 casas efetivamente ocupadas por diferentes setores da UFV e por outros órgãos administrativos parceiros.



Vista parcial da Vila Giannetti



A década de 1950 marcou um processo de ampliação, fortalecimento e construção de identidade institucional na Uremg. Nos anos 1950, a Lei n. 1.254 dispôs sobre o sistema federal de ensino superior no País, elencando-o como supletivo dos sistemas estaduais e subvencionando estabelecimentos educacionais que, no formato da lei, poderiam ser incluídos gradativamente na categoria de estabelecimentos mantidos pela União. Dentre esses, constava a Universidade Rural de Minas Gerais. Tratava-se de um momento de federalização de várias universidades e escolas no Brasil, que passariam a integrar o Ministério da Educação e Saúde, na Diretoria de Ensino Superior.

Essa condição foi debatida em Congregação na Uremg, em 14 de janeiro de 1952. O primeiro ponto destacado era de que a instituição não teria sido consultada sobre os indicativos dessa mudança. Dentre outros pontos, foi salientado que o nome da instituição aparecia no documento como Universidade Rural de Minas Gerais, e não como Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Após os debates, uma comissão interna viajou para o encontro do Senador Mello Vianna no Rio de Janeiro e, após um período de discussões e lobby político, a lei n. 2.470 de 28 de abril de 1955, determinava que a Uremg passasse à condição de entidade subvencionada, sendo estipulada na lei a subvenção mínima a ser anualmente consignada pela União à Instituição.

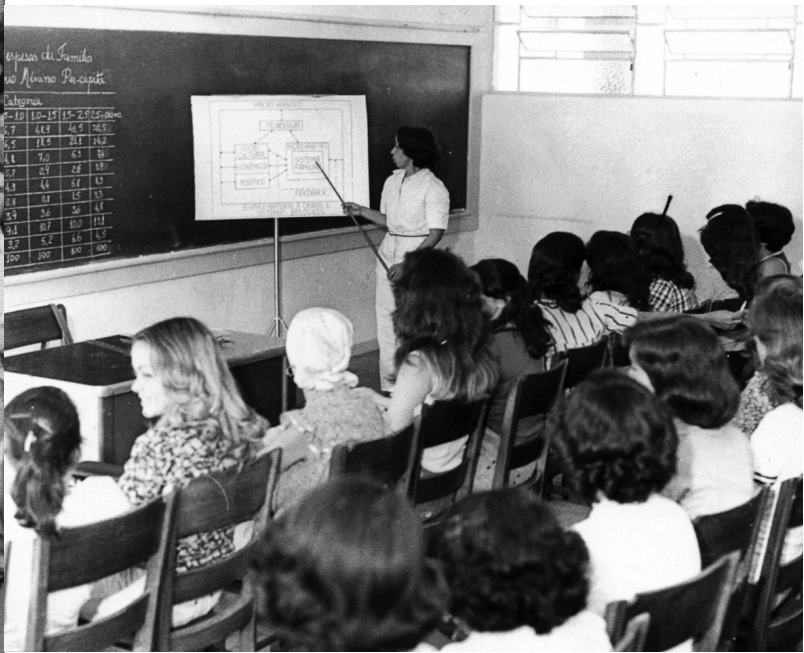


Visita de Juscelino Kubitschek à Uremg em 1952

No processo de expansão da Uremg, o Curso Superior de Ciências Domésticas foi criado pelo Decreto Estadual n. 272, em 13 de novembro de 1948. A Escola Superior de Ciências Domésticas (ESCD) foi criada em 1 de agosto de 1952, sendo a primeira do gênero no Brasil, com o curso de Administração do Lar. Anos depois, em 1954, teve início o curso superior em Economia Doméstica.

A ESCD também foi concebida na linha dos *land-grant colleges*. Junto ao modelo de formação pautado por ensino, pesquisa e extensão, previa-se o regime de coeducação, isto é, a educação para filhos e filhas de produtores rurais. As professoras dirigiam jipes Willis pelas estradas da zona rural, calçavam botas sete léguas e levavam conhecimento e técnicas às famílias rurais. Anita Dickson, vinda da Universidade de Purdue, foi uma das pioneiras e contribuiu no coração da organização do curso. Assim como Rolfs, ela defendia o diálogo entre a teoria e a prática, preconizando que as “nobres obrigações de esposa e mãe” também eram desafios da mulher do campo, e isso dependia de uma formação prática e técnica.

Em 1955, a Lei Estadual n. 1360 incorporou a Escola Média de Agricultura de Florestal (Emaf) à Uremg. A Emaf teve sua origem em 1939, como Fazenda Escola de Florestal, dedicada à formação de capatazes e administradores de fazendas e ao oferecimento de cursos rápidos para fazendeiros. A partir de 1943, a Escola passou a ministrar o ensino primário e profissional agrícola. Com o Decreto n. 2.740, de 26 de maio



Aula teórica, à esquerda, e prática, à direita - Escola Superior de Ciências Domésticas

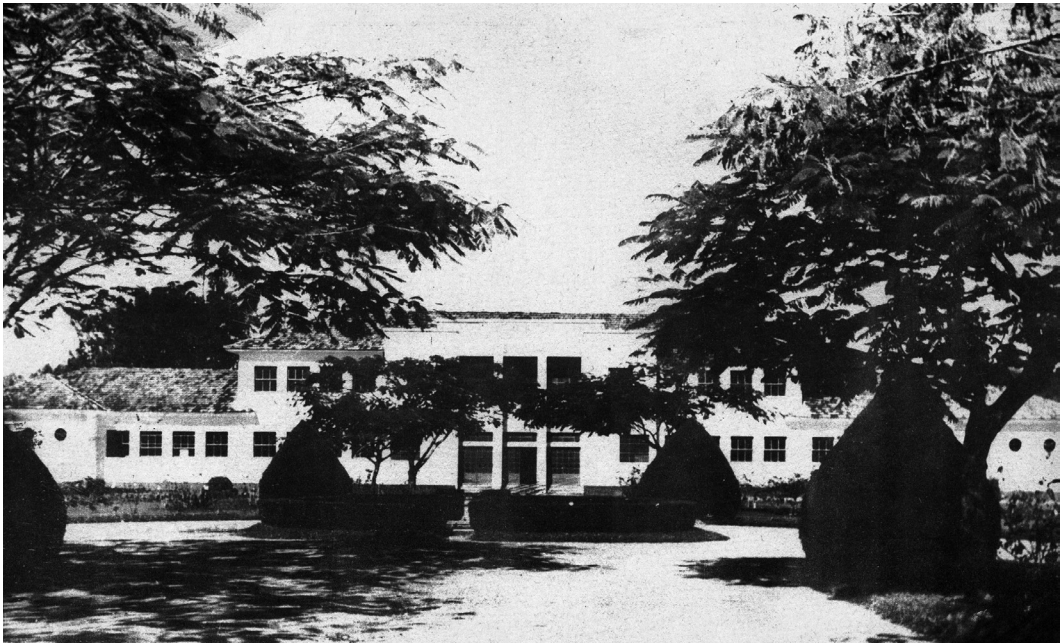


Miss Anita Dickson

de 1948, a instituição foi rebatizada como Escola Média de Agricultura de Florestal. E, por fim, um novo regimento da Escola foi aprovado em 1982, passando a denominá-la de Centro de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal (Cedaf), com a oferta de cursos técnicos em Agropecuária, Secretariado e Assistente de Administração.

Nesse ímpeto de expansão, buscando primar pelo fortalecimento da extensão em seu modelo educacional, o ano de 1958 marcou o surgimento do Centro de Ensino e Extensão – CEE, com a oferta de cursos de Extensão Rural, Economia Doméstica e Crédito Rural Supervisionado. Em 1953, haviam sido iniciadas as aulas do Curso Técnico de Agricultura, com formação em três anos, funcionando até o ano de 1967.

A década de 1960 evidenciou ainda mais o processo de expansão dos cursos e a consolidação da Uremg como referência no ensino universitário brasileiro. Em março daquele ano foi criada a Escola Nacional de Florestas, voltada a oferecer o curso de Engenharia Florestal. Em 14 de novembro de 1963, a Escola foi transferida para a Universidade Federal do Paraná. No ano seguinte, em 21 de fevereiro, foi criada e instalada, em Viçosa, uma nova configuração de tal formação, a partir da instalação da agora chamada



EMAF



CEE - Construção e expansão



À direita, o prédio principal, o Alojamento e o Prédio da Química. À esquerda, o prédio da Economia Doméstica, a Biblioteca em construção e o CEE



Etapa final da construção da Biblioteca Central

Escola Superior de Florestas, que retomou, no contexto da instituição, a possibilidade de oferta do curso de Engenharia Florestal. A Escola foi estruturada a partir dos departamentos de Administração Florestal, Conservação Florestal, Dendrologia e Ecologia, Silvicultura e Tecnologia de Produtos Florestais. A atuação desses departamentos foi fundamental para a consolidação do ensino e da pesquisa florestal no Brasil.

Os anos 1960 foram marcados também por construções importantes na Uremg e na história da Universidade. Destas construções, podemos destacar os prédios dos Departamentos de Biologia e de Economia Rural, do Centro de Ensino e Extensão, da Biblioteca Central e do Restaurante Universitário (RU). O edifício da Biblioteca Central tinha, em sua planta, a medição de 5.000 m², desmembrando-se por dois pavimentos, com capacidade total para abrigar 240.000 volumes, podendo comportar ainda um terceiro pavimento com capacidade para acomodar mais 120.000 volumes.



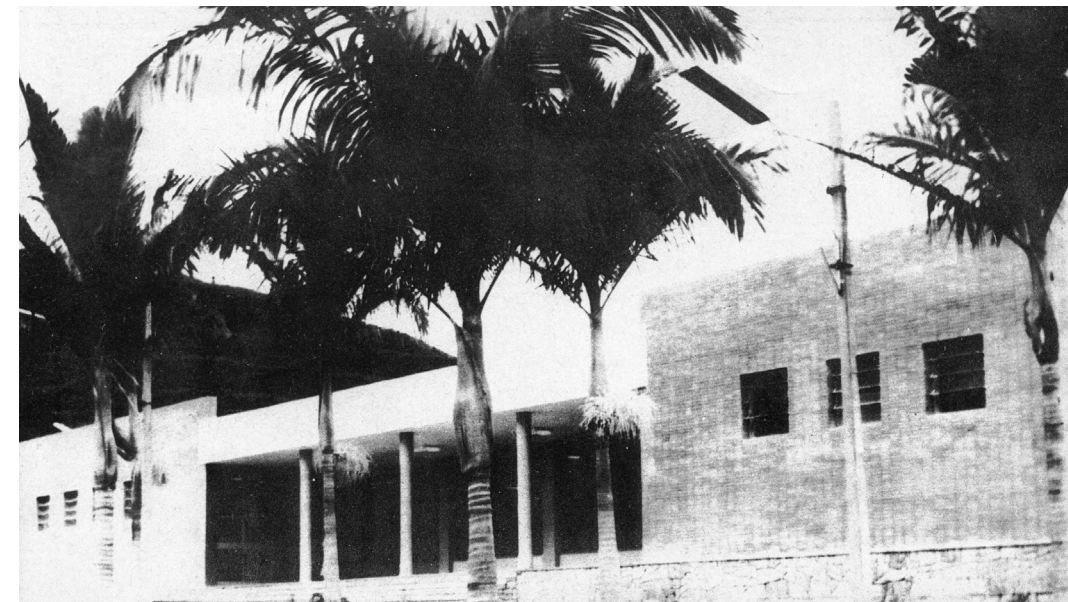
Biblioteca Central – vista interna

A inauguração do RU consolidou um novo marco na política de assistência estudantil, que se tornou um dos alicerces da formação universitária - presente desde os tempos da Esav aos estudantes internos -, assegurando e ampliando a oferta de alimentação diária, elemento este fundamental à construção dos pilares de permanência universitária.

Importante destacar que, no ensino em nível de pós graduação, a Uremg foi pioneira no País, com a criação dos cursos de pós graduação *stricto sensu* em ciências agrárias no início da década de 1960 - período em que também foi criado, em 30 de junho daquele ano, o Instituto de Economia Rural, que substituiu o Departamento de Economia Rural. O sistema de pós-graduação adotado foi baseado no modelo norte-americano do *Master of Science* ou *Magister Science* (M.S.), com os cursos de Horticultura e Economia Rural, oferecidos a partir de 1961. Em 1962, a formação em pós-graduação também se estendeu aos Departamentos de Agronomia e Zootecnia.

Em 1963, teve início o curso de pós-graduação em Fitopatologia, no Departamento de Defesa Fitossanitária. Em 1965, foram inaugurados o Laboratório de Sementes Hortícolas e o Banco de Germoplasma, bem como o prédio do Laboratório de Análise de Solos do Instituto de Fitotecnia. Em 1968, foi criado o mestrado em Extensão Rural.

No Decreto nº 8.143 de 1º de fevereiro de 1965, a Uremg foi reestruturada, obtendo autonomia administrativa, econômica, educacional e didática. Nessa reestruturação, a instituição foi dividida em Institutos, com a incorporação do de Economia Rural e a criação dos de Biologia e Química, Engenharia Rural, Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Zootecnia.



Vista parcial do restaurante universitário

Em 22 de novembro de 1965, foi aprovada, no Conselho Universitário da Uremg, a criação da Central de Experimentação, Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro (Cepet), com doação de área experimental por produtores e empresários da cidade de Capinópolis e região e com apoio financeiro da Fundação Ford. A Cepet veio com o objetivo de apoiar produtores rurais em desafios advindos de suas atividades agropecuárias, apresentando-se como espaço de experimentação a inovações técnico-científicas desenvolvidas pela Universidade.

O ano de 1965 foi marcado também pela criação do Colégio Universitário (Coluni), pelo Decreto Estadual n.8484, de 26 de março. A primeira turma teve início em março de 1966, com 78 estudantes, e ocupou o segundo andar do Edifício Arthur Bernardes. Inspirado no modelo dos colégios universitários previsto na legislação educacional do período e discutido no contexto das reformas de base, o colégio foi concebido como instância intermediária entre o ensino secundário e a universidade, funcionando inicialmente apenas com a terceira série do colegial e com função propedêutica. A sua inserção na cultura institucional da Uremg - marcada pela formação de quadros especializados e pela valorização do desempenho escolar - fez do Coluni um espaço de distinção acadêmica desde sua origem.

Os anos 1960 também foram marcados pelo surgimento de associações dos servidores da Universidade. Em 22 de outubro de 1961, foi criada a Associação dos Operários da Uremg. Os docentes se organizaram a partir de 1963, quando foi fundada a Associação dos Professores da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (Apuremg), lutando pela regularidade do pagamento de seus salários. Após a federalização da instituição, a entidade passou a se denominar Associação dos Professores da Universidade Federal de Viçosa



Instalações do Centro de Experimentação, Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro/UFV



(Aspuv) - constituindo-se, desde 1990, como uma Seção Sindical da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), passando a denominar-se ASPUV Seção Sindical.

O final da década de 1960 representou o início de uma nova fase na organização institucional. A Universidade Federal de Viçosa (UFV) foi instituída, na forma de fundação, em 1969, por meio do Decreto-Lei nº 570, de 8 de maio, no governo do Presidente Arthur da Costa e Silva. Inaugurava-se naquele momento a terceira (e ainda vigente) etapa de sua trajetória histórica. No mesmo ano, o Decreto nº 64.825, de 15 de julho, veio disciplinar a constituição da nova Universidade, delineando a arquitetura administrativa com traços mais sintéticos do que aqueles que orientavam, até então, a Uremg.



Fachada parcial do CAP-Coluni

d) Elaborar projetos específicos que visem levar a Universidade ao cumprimento de seus objetivos;

e) Assegurar a continuidade dos estudos e planejamento da Reforma Universitária.

VI — Da Comissão de Assistência e Orientação do Estudante

Art. 27. A Comissão de Assistência e Orientação do Estudante, órgão central de direção, supervisão e orientação estudantis no campo social, caberá a interligação do corpo discente da Universidade.

Parágrafo único. Compete à Comissão de Assistência e Orientação do Estudante, além das atribuições que lhe forem fixadas no Estatuto da Universidade, traçar diretrizes próprias no setor de assistência social e orientação do estudante.

TÍTULO III

CAPÍTULO ÚNICO

Das Órgãos Suplementares

Art. 28. Os Órgãos Suplementares da Universidade são:

- I — Biblioteca Central;
- II — Imprensa Universitária;
- III — Restaurante Universitário;
- IV — Planetário.

Parágrafo único. A Universidade poderá, mediante alteração estatutária, criar outros órgãos suplementares ou readaptar os existentes.

TÍTULO IV

CAPÍTULO ÚNICO

Das Disposições Gerais

Art. 29. Os cargos de magistério serão distribuídos pelas Unidades e Subunidades que passam a constituir a estrutura da Universidade, com a remoção e readaptação dos respectivos ocupantes.

Art. 30. Para os efeitos do Artigo 6º do Decreto-lei número 53 de 13 de novembro de 1966, as atuais Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, Direito, Ciências Econômicas, Medicina, Odontologia, Farmácia e Biotecnologia e Escola de Engenharia Industrial serão absorvidas pelas Unidades da Universidade, sendo os cargos redistribuídos pelos Centros e respectivos Departamentos.

Parágrafo único. Fica assegurado aos atuais Diretores das Unidades mencionadas neste artigo, as vantagens pessoais decorrentes dos mandatos, sem prejuízo da implantação da Reforma Universitária.

Art. 31. Os cargos de magistério ficam desvinculados das designações fixas de cátedras e disciplinas, devendo o conteúdo que a elas corresponde constituir matéria departamental a ser disciplinada no respectivo Regulamento.

Art. 32. A implantação da nova estrutura estabelecida neste Decreto deverá estar concluída até 31 de dezembro de 1969.

Parágrafo único. O Reitor adotará todas as medidas necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo. — *Edson Dutra*, Ministro da Educação e Cultura.

Parágrafo único. A Universidade terá sede e foro na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A Universidade fica incorporada à Universidade Rural de Minas Gerais, criada pela Lei estadual nº 272, de 13 de novembro de 1948, e integrante do sistema federal de ensino superior.

Art. 3º A Universidade adquirirá personalidade jurídica a partir da inserção do texto do presente Decreto no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, observado o disposto no artigo 26 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 4º O patrimônio da Universidade será constituído:

- a) dos bens e direitos pertencentes à Universidade Rural de Minas Gerais, com essa denominação ou com a de "Universidade Rural do Estado de Minas Gerais", transferidos, pelo Governo do Estado de Minas Gerais, nos termos do Convênio firmado entre a União e o Estado de Minas Gerais e publicado no Diário Oficial de 8 de maio de 1969;
- b) das dotações consignadas, ou que vierem a ser consignadas, nos Orçamentos da União, do Estado de Minas Gerais, ou de outras entidades públicas, federais ou estaduais, em favor da Universidade Rural de Minas Gerais, com essa denominação ou com a de "Universidade Rural do Estado de Minas Gerais", bem como em favor da Universidade Federal de Viçosa;
- c) de dotações e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, de pessoas de direito público e de entidades internacionais;
- d) de rendas provenientes da prestação de serviços;
- e) de rendas provenientes de seus bens e produtos;
- f) de rendas eventuais.

Parágrafo único. Os bens e direitos da Universidade serão utilizados ou aplicados exclusivamente na consecução de seus objetivos, podendo, para esse fim, ser alienados, com aprovação do Presidente da República, em face de parecer do Ministro de Estado da Educação e Cultura.

Art. 5º Para manutenção e desenvolvimento da Universidade, o Orçamento da União consignará, anualmente, recursos sob a forma de auxílio global.

Art. 6º A Universidade será dirigida e administrada por um Conselho Diretor, constituído de 6 (seis) membros e respectivos suplentes, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e notória competência, com mandato de 6 (seis) anos, sendo:

- a) três membros de livre escolha do Presidente da República;
- b) um membro indicado pelo Ministério da Educação e Cultura;
- c) um membro indicado pelo Governo do Estado de Minas Gerais;
- d) um membro indicado pela Associação de Ex-Alunos da Universidade.

§ 1º Todos os membros serão designados pelo Presidente da República.

§ 2º Os membros e suplentes do primeiro Conselho Diretor serão de-

§ 6º A função de Conselheiro é considerada de natureza relevante.

§ 7º O Conselheiro perceberá jêlão de presença e, se residente fora da sede da Universidade, fará jus a transporte e diárias, sendo o jêlão e as diárias fixadas pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura.

Art. 7º Compete ao Conselho Diretor:

- I — Aprovar o Orçamento anual da Universidade;
- II — Regular a modalidade de regime de trabalho do Pessoal da Universidade, nos termos da legislação vigente;
- III — Apreciar propostas do Conselho Universitário, no sentido da criação de nova Unidade, encaminhando-as à aprovação dos órgãos competentes.

IV — Aprovar a celebração de acordos e convênios.

V — Aprovar o quadro de pessoal e suas alterações, bem como fixar salários, vantagens e outras compensações de seus corpos dirigentes, docente, técnico e administrativo, tendo em vista os recursos existentes.

VI — Aprovar a prestação de contas apresentada anualmente pelo Reitor.

VII — Criar Fundos especiais.

VIII — Elaborar, anualmente, o plano de aplicação dos Fundos e rendas próprias da Universidade.

IX — Aprovar a criação de Centros Regionais.

X — Fixar taxas e emolumentos.

Art. 8º O Conselho Diretor reunir-se-á:

- I — Ordinariamente, para:
 - a) apreciar as contas e o relatório do exercício anterior;
 - b) aprovar o Orçamento analítico do exercício em curso;
 - c) aprovar a proposta orçamentária para o exercício seguinte, a ser encaminhada aos órgãos competentes da União.

II — Extraordinariamente, quando convocado pelo Reitor ou pela maioria de seus membros.

Parágrafo único. O Conselho deliberará pela maioria de seus membros.

Art. 9º O funcionamento do Conselho Diretor será disciplinado em regimento, por ele próprio elaborado e aprovado.

Art. 10. Competem ao Reitor todos os atos relativos a pessoal, ressalvadas as exceções da lei federal.

Art. 11. O regime jurídico do pessoal da Universidade será o da Consolidação das Leis do Trabalho, observado o disposto no artigo 37 da Lei nº 5.540, de 28 de dezembro de 1968.

Art. 12. O Estatuto da Universidade, organizado com observância do disposto na citada Lei nº 5.540 e no Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, terá vigência a partir de sua aprovação, pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 13. Nos termos do Artigo 11 da mesma Lei 5.540, a Universidade será constituída das seguintes Unidades:

- I — Instituto de Ciências Exatas.
- II — Instituto de Ciências Biológicas.

V — Centro de Experimentação, Pesquisa e Extensão de Capinópolis.

Art. 15. O Colégio Universitário e a Escola Média de Agricultura de Florestal, administrados pela Reitoria, terão regimentos próprios, aprovados pelo Conselho Diretor.

Art. 16. A administração superior da Universidade será constituída dos seguintes órgãos:

- I — Reitoria.
 - II — Conselho Universitário.
 - III — Coordenação do Ensino, Pesquisa e Extensão.
- Art. 17. A organização e o funcionamento das Unidades, dos órgãos suplementares e dos órgãos da administração superior, observada a legislação federal do ensino, constarão do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade, completados pelos Regimentos de cada um destes Órgãos.

Art. 18. A Universidade prestará contas, anualmente, nos termos do Título X do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 19. Conforme o disposto no art. 7º do Decreto-lei nº 570, de 8 de maio de 1969, a Universidade gozará dos privilégios legais atribuídos às entidades de utilidade pública.

Art. 20. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

DECRETO Nº 64.826 — DE 15 DE JULHO DE 1969

Suprime cargos vagos nos Quadros de Pessoal do Ministério da Justiça

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 83, item II da Constituição e nos termos do artigo 2º, item IV, do Ato Institucional nº 8, de 2 de abril de 1969, decreta:

Art. 1º Ficam suprimidos nos Quadros de Pessoal do Ministério da Justiça os cargos vagos das seguintes séries de classes e classes singulares:

QUADRO DE PESSOAL — PARTE PERMANENTE

Pedreiro
A-101-8-A

2 vagas
Decorrentes das promoções de Waldemar Bastos e Aurélio Corral de Castro.

Copeiro
A-404-4

1 vaga
Decorrente da aposentadoria de João Francisco de Oliveira.

Carpinteiro
A-601-8-A

4 vagas
Decorrentes do enquadramento de José dos Santos Morgado, no Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Departamento de Polícia Federal, de acordo com a Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, e das promoções de José Soares, José Antônio da Oliveira

Embora mais concisa, essa engrenagem preservava o desenho orgânico herdado da Uremg, revelando a permanência de uma tradição administrativa que se ajustava ao novo tempo sem romper com suas raízes. Ao longo das décadas seguintes, contudo, a Universidade reformulou seus estatutos, redesenhando competências e fluxos de gestão. Marco decisivo foi a Resolução nº 14 de 20 de setembro de 1996 do Conselho Universitário (Consu), que promoveu ampla reorganização administrativa e instituiu a Pró-Reitoria de Administração e a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, em uma divisão dos Órgãos Auxiliares de Administração; a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, em substituição à Secretaria Geral de Planejamento; a Pró-Reitoria de Ensino, com as funções do Conselho de Graduação; a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, assumindo as atividades dos Conselho de Pós-Graduação e do Conselho de Pesquisa; e, por fim, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, substituindo o Conselho de Extensão.

Com a federalização, as trajetórias dos servidores foram atravessadas por novas normas, enquadramentos e reconfigurações de carreira. Cargos foram redefinidos, funções reorganizadas, direitos gradualmente consolidados. Nesse movimento, a vida funcional dos servidores passou a se inscrever nas engrenagens do serviço público federal, trazendo consigo expectativas de estabilidade e reconhecimento, mas também os desafios próprios das transições institucionais. Cada mudança administrativa refletia-se não apenas em documentos e portarias, mas na experiência concreta de homens e mulheres que tiveram suas vidas profissionais redesenhadas.

O Estatuto de 1970, o primeiro da Universidade Federal de Viçosa, organizou a vida institucional como um corpo orgânico, cujas partes se articulavam em harmonia funcional. No vértice, os Órgãos de Administração Superior: o Conselho Diretor, o Conselho Universitário, a Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão e a Reitoria, instâncias de deliberação e condução. Ao lado deles, os Órgãos Suplementares (Centro de Planejamento e Desenvolvimento, Serviço de Registro Escolar, Biblioteca Central, Imprensa Universitária e o Centro de Experimentação, Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro-Cepet), sustentáculos do cotidiano acadêmico. Seguiam-se os Órgãos Auxiliares de Coordenação, reunindo os conselhos de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão; e os Órgãos Auxiliares de Administração, compostos pela Divisão de Assistência e pela Divisão de Administração. Por fim, os Órgãos de Ensino, Pesquisa e Extensão, nos quais se realizava, em essência, a missão universitária.

A federalização levou à ampliação do campus universitário através da criação de novos cursos de graduação e pós-graduação e foi responsável por atrair a força de trabalho do entorno da cidade, fomentando as atividades do setor da construção civil. Naquele momento, duas construções se destacavam na cidade: a ampliação e a pavimentação da Avenida P.H. Rolfs (que, desde então, passou a ser o principal eixo de ligação da universidade com os bairros); e a abertura da BR-120, inserida no projeto de integração de Viçosa às



Fachada do Departamento de Economia Rural



Fachada do Departamento de Arquitetura

principais capitais do país. Parte do fluxo migratório atraído pela Universidade era formado por funcionários, servidores, professores e estudantes. A federalização ampliou a procura por habitação no município. Entre os anos 1970 e 1980, grande parte do território da cidade se transformou em área urbana.

Durante a década de 1970, surgiram 14 cursos de graduação, reforçando a diversidade de atuação da UFV, que se consolidou ao longo dos anos. No ano de 1971, foram criados os cursos de Ciências Biológicas (Licenciatura), Matemática (Bacharelado) e Química (Licenciatura). Nos anos de 1972 e 1973, iniciaram-se os cursos de Pedagogia e Zootecnia, respectivamente. Já em 1975, surgiram os cursos de Cooperativismo, Educação Física (Licenciatura), Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, Engenharia Agrícola, Física (Bacharelado e Licenciatura) e Letras. No ano seguinte iniciaram-se os cursos de Administração e Ciências Econômicas. E, fechando os anos 1970, em 1977 foram criados os cursos de Nutrição e Engenharia Civil.

A expansão universitária seguiu ao longo da década de 80. No ano de 1980 surgiu o curso de Engenharia de Alimentos. Nos anos seguintes, houve uma complementação de cursos já existentes, em modalidades de formação: em 1982, a modalidade bacharelado do curso de Ciências Biológicas e de licenciatura em Matemática; em 1983, a opção de bacharelado do curso de Química. Em 1985, iniciou-se o curso de Ciências da Computação e, em 1986, a modalidade do curso de bacharelado em Educação Física.

Nos anos 1990, houve uma nova leva de cursos, sendo criados, em 1991, os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Direito e Secretariado Executivo Trilíngue. Após um período de fortalecimento dos cursos já existentes, houve um hiato de novos cursos e, em 1997, surgiu o curso de Ciência e Tecnologia de Laticínios. Em 1999, foram criados os cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Ambiental e Engenharia de Produção.

Os anos 2000 tiveram início com a criação de seis cursos: Agronegócio, Comunicação Social - Jornalismo, Dança, Engenharia Elétrica, Geografia (Bacharelado e Licenciatura) e História (Bacharelado e Licenciatura). Na sequência, no ano de 2001, surgiu o curso de Bioquímica. Nos anos de 2003 e 2004, os cursos criados foram Educação Infantil e Ciências Contábeis, respectivamente. Em 2006, outros dois novos cursos iniciaram suas atividades: Engenharia Mecânica e Engenharia Química. Os cursos de Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) e de Enfermagem surgiram em 2009, e, em 2010, o curso de Medicina. Em 2014, iniciou-se o curso de Educação do Campo e, em 2017, foi estabelecido o curso de Serviço Social, fruto de uma reestruturação do antigo curso de Economia Doméstica.



Sala de aula em 1977

Os cursos de graduação também foram impactados pelo movimento de fortalecimento da infraestrutura da instituição e pelo investimento na pesquisa científica, tornando-se assim sementes para novas áreas de estudos para a pós-graduação. Com o advento da federalização, houve um processo de reorganização institucional. No entanto, no que se tratava da pós-graduação, a UFV se manteve fortemente ancorada nas Ciências Agrárias, de acordo com a vocação histórica e agrícola da instituição e em reflexo das ações estabelecidas por meio do convênio com a Universidade de Purdue. Foram criados cursos de mestrado em campos das Ciências Biológicas e das Ciências Exatas, ainda com o viés do ensino voltado para a agricultura, como Fisiologia Vegetal (1969), Engenharia Agrícola (1970), Ciência e Tecnologia de Alimentos (1974), Ciência Florestal (1975), Genética e Melhoramento (1976), Fitopatologia (1977), Solos e Nutrição de Plantas (1977), Meteorologia Aplicada (1981), Agroquímica (1983) e Entomologia (1985).



Estudantes em frente ao PVA



Estudantes na Biblioteca



Aula Prática de Bioquímica



Computador Central 1980



Laboratório de Pós-Graduação

Com o avanço das pesquisas realizadas e a consolidação dos cursos de mestrado, no ano de 1972, iniciou-se a primeira turma de Doutorado na UFV, com o curso de Zootecnia e Economia Aplicada, sendo seguido pelos cursos de Fitopatologia, em 1978, e de Genética e Melhoramento, no ano seguinte. Em 1989 foi criado o doutorado em Engenharia Agrícola. Com o crescente número de cursos de mestrado e doutorado, a partir de então os cursos foram se organizando em programas e diversificando a sua área de atuação. A UFV passou a contar com cursos abrangendo quatro grandes grupos das ciências: as agrárias, as biológicas e da saúde, as exatas e tecnológicas, e as humanas, letras e artes.

Em um primeiro movimento que destoava do eixo predominantemente agrícola, e que apontava para novas possibilidades de atuação acadêmica, a instituição inaugurou, em 1991, o mestrado em Engenharia Civil, na área de Ciências Exatas e o curso de Pós-Graduação em Economia Doméstica em 1992, hoje Política Social, inserido no campo das Ciências Humanas. Com isso, a Pós-Graduação da UFV passou a refletir não apenas a tradição que a originou, mas também a abertura a outros modos de pensar e produzir conhecimento. Sempre guiados pelos princípios que orientaram os cursos pioneiros, esses desdobramentos ampliaram o horizonte institucional e novos programas de pós-graduação foram instituídos, como os de Botânica em 1995, de Medicina Veterinária em 1996 e de Ciência da Nutrição e Física em 2001. Em 2005 foi criado o Mestrado em Administração. Em 2006, despontaram Biologia Animal, Economia Aplicada e Estatística Aplicada e Biometria, seguidos, em 2007, por Educação Física. O ano de 2008 trouxe Matemática e Tecnologia e Celulose do Papel, enquanto Letras e Educação iniciaram suas trajetórias em 2009 e Arquitetura e Urbanismo, em 2010.

A década seguinte consolidou esse percurso expansivo: em 2011, nasceram Agroecologia, Defesa Sanitária e Ecologia. Em 2013, juntou-se o programa de Ensino de



Aula de campo

Física – Profis. O ano de 2014 marcou o início do programa de Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania e do Profiap - Administração Pública em Rede Nacional (abrangendo os três campi). Em 2016, os programas de Engenharia Química, Ciências da Saúde e Multicêntrico em Química de Minas Gerais ampliaram ainda mais esse mosaico do conhecimento, seguidos pelo Profqui - Química em Rede Nacional, em 2017, e pelo programa da Geografia, em 2018.

Mesmo em tempos desafiadores, o crescimento não cessou: em 2024, emergiram os programas de Ciência da Computação e de Biologia Celular e Estrutural. Em 2025, somaram-se o doutorado em Letras, o mestrado em Tecnologias Sociais e Direitos Fundamentais e o mestrado em Comunicação e Regionalidades, reafirmando o compromisso permanente com a pluralidade do saber e com a construção contínua do futuro acadêmico. Em 2026 teve início o mestrado em Engenharia Elétrica.

Com a expansão dos cursos, Viçosa passou a acolher um fluxo cada vez mais intenso de pessoas vindas de diferentes regiões do país e também do exterior. Neste processo de crescimento da instituição, não se ampliava apenas o número de matrículas, mas a diversidade de trajetórias que ali se encontravam. Contudo, abrir as portas não bastava. Desde seus primórdios, a instituição compreendeu que, tão decisivo quanto o acesso, era o cuidado com a permanência de seus estudantes. Nesse sentido, no ano de 1963, foi construído o edifício de moradia estudantil feminina, ao lado do Departamento de Engenharia Florestal (DEF), e, em 1964, com a inauguração do edifício, as mulheres passaram a ocupar efetivamente o espaço.

A federalização da instituição iniciou um processo de expansão das estruturas voltadas à assistência estudantil. Com o aumento do número de estudantes, houve a construção de novas moradias estudantis. Já em 1970 foram inaugurados os alojamentos “Novo”, com 184 vagas de moradia, e “Novíssimo”, projetado para 192 moradores.

Com o já histórico crescimento das atividades de pesquisa, refletido também na ampliação da pós-graduação, foram inaugurados, em 1982, duas novas moradias estudantis: “Pós” e “Posinho”, respectivamente, para 360 e 180 moradores. Destinados inicialmente para estudantes de mestrado e doutorado, os edifícios tinham configuração diferente dos anteriores, constituindo-se por pequenos apartamentos com três quartos (podendo cada quarto ser ocupado por até nove pessoas), dois banheiros, sala, cozinha e área de serviço. O avanço no número de graduandos logo redirecionou a ocupação dos prédios.

Anos mais tarde, em 2018, a segunda unidade do Restaurante Universitário, em Viçosa, foi inaugurada. Mais do que edifícios, investimentos em moradia estudantil e alimentação foram respostas concretas ao crescimento do número de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, expressão de uma universidade que, ao se expandir, precisou reinventar seus próprios modos de acolher, sustentar e formar.



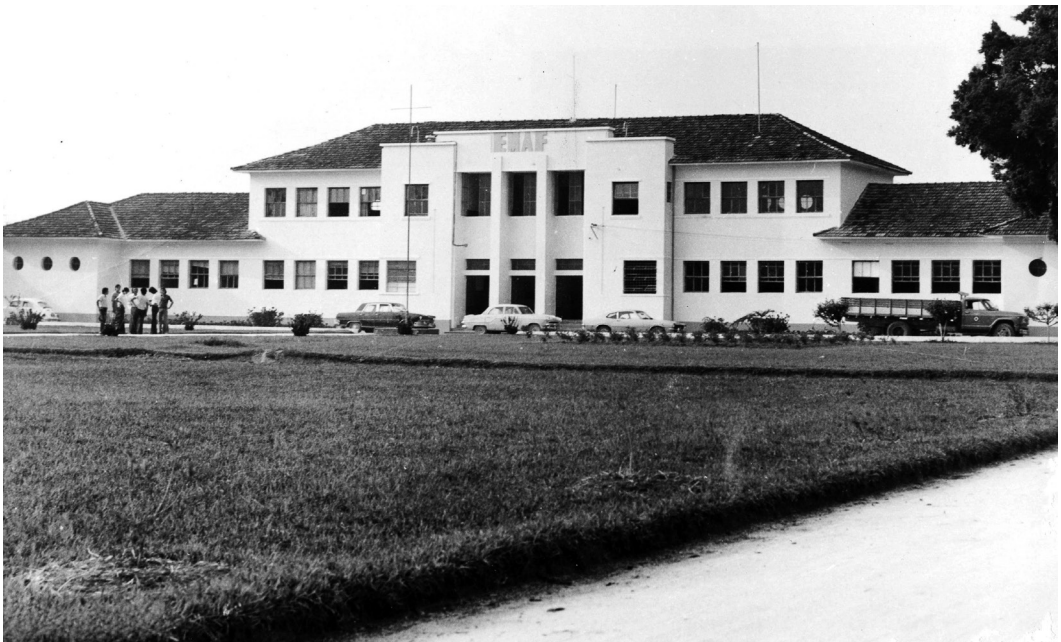
Moradias Estudantis



De forma orgânica, houve a disposição dos diversos setores e unidades distribuídos conforme a natureza de suas atribuições. Tal ordenamento acompanhou, também, o movimento de expansão territorial da Universidade, que estendeu sua presença para além da sede. Deslocando então o olhar para o atual Campus Florestal (CAF), situado na região metropolitana de Belo Horizonte, reencontramos as marcas de uma história que antecede a sua própria consolidação como campus universitário. Sua origem remonta à Escola Média de Agricultura (Emaf), incorporada à Uremg em 1955 e que, em 1969, passou a integrar a Universidade Federal de Viçosa. Em 1981, a escola passou a ser denominada como Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal (Cedaf), núcleo formativo voltado à qualificação técnica e ao desenvolvimento do campo.

Em consonância com a história do campus sede, com o passar dos anos, o espaço ampliou horizontes e vocações. Em 2006, a partir de então integrado à Universidade pelo status de campus, Florestal consolidou-se como território plural de formação, ultrapassando os limites do ensino técnico integrado ao ensino médio e dos cursos subsequentes. Passou a ofertar cursos superiores de tecnologia, graduações e, mais adiante, programas de pós-graduação, aperfeiçoando-se como centro irradiador de conhecimento e reafirmando seu compromisso acadêmico e social em seus contextos de atuação.

Os primeiros cursos de nível superior oferecidos no Campus Florestal foram Agronomia, Administração e Tecnologia em Gestão Ambiental, no ano de 2006. Após três anos, houve uma nova leva de cursos, de modo que, em 2009, foram criados os cursos de:



EMAF

Matemática (licenciatura), Física (licenciatura), Química (licenciatura), Ciências Biológicas (licenciatura) e Engenharia de Alimentos. Em 2010, iniciou-se o curso de Educação Física (licenciatura) e, em 2016, o curso de Ciências da Computação. Dez anos depois, em 2026, mais dois novos cursos foram criados: Matemática Aplicada e Computacional e Engenharia Ambiental e Sanitária. Seguindo a trajetória de desenvolvimento em pesquisa científica e em pós graduação, no ano de 2011, foi criado o curso de mestrado profissional em Matemática em Rede Nacional. Logo em seguida, em 2013, teve início o curso de Manejo e Conservação de Ecossistemas Naturais e Agrários, e, por fim, em 2020, o curso de Educação em Ciências e Matemática.

Reafirmando sua vocação expansiva e alargando os horizontes de sua presença acadêmica, a universidade inscreveu-se em novos territórios ao criar, em 2006, o Campus Rio Paranaíba (CRP). Localizado na cidade de mesmo nome, na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, representa uma área de expressiva força agrícola e estratégica relevância econômica, o que favoreceu a aproximação da formação superior com as dinâmicas produtivas e sociais da região.

Assim, no segundo semestre de 2007, iniciaram-se os cursos de Agronomia e Administração, inaugurando uma trajetória que se ampliaria nos anos seguintes. Em 2008, vieram Nutrição, Ciências e Tecnologia de Alimentos e Sistemas de Informação, diversificando o campo formativo e dialogando com demandas contemporâneas. Em 2009, consolidando a presença da universidade na região, tiveram início as primeiras turmas de Ciências Biológicas (com ênfase em Conservação da Biodiversidade), Ciências Contábeis, Química (com ênfase em Química Ambiental), Engenharia Civil e Engenharia de Produção, e, por fim, no ano de 2026, a criação do curso de Ciência de Dados e Inteligência Artificial e



Laboratório no campus Rio Paranaíba

a aprovação do curso de Medicina, compondo um conjunto de saberes que articula ciência, técnica, inovação e responsabilidade socioambiental.

A pós-graduação também conquistou o seu espaço no crescimento do Campus Rio Paranaíba. No ano de 2011, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Agronomia - Produção Vegetal e, em 2014, o Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional iniciou suas atividades.

Com toda uma movimentação de estudantes e a necessidade de crescimento e organização de suas unidades, os três campi também passaram por transformações com a criação de novos prédios de sala de aula, laboratórios e campos para pesquisa, para atender todas as novas demandas de seus alunos e de seu corpo técnico. Eles aparecem vinculados à sustentação das atividades administrativas, técnicas e operacionais que garantem o funcionamento cotidiano da universidade.

Na representatividade dos servidores técnico-administrativos, a história da UFV foi marcada pela criação de três associações. A Associação dos Servidores Administrativos da Universidade Federal de Viçosa (Asav Sindical) foi fundada em 1984, com o objetivo de defender os direitos da categoria. Nascida em período de desarticulação da ditadura civil-militar, em meio ao movimento das “Diretas Já”, a Asav representou um novo passo em relação à organização democrática dos trabalhadores. A Associação também desenvolve ações culturais e esportivas, especialmente em sua sede social.



Campus Rio Paranaíba



Sala de aula do curso de Sistemas da Informação

O Sindicato dos Servidores da Universidade Federal de Viçosa (Sinsuv) foi criado em 1990, com o objetivo de representar todo o conjunto de servidores da UFV, prestando “solidariedade aos trabalhadores em suas justas lutas, tentando buscar o melhor para cada categoria”. E, criada em 2007, a Associação de Profissionais de Nível Superior da Universidade Federal de Viçosa (Atens-UFV) é uma Seção Sindical do Atens Sindicato Nacional, tendo como objetivo central representar os interesses e defender os direitos da categoria, a partir dos princípios de democracia, independência e autonomia.

Os servidores da universidade, em todas as suas categorias, são agentes fundamentais na construção material e simbólica da UFV, para que a mesma possa cumprir sua missão formativa a seus estudantes. De modo singular, a atuação do corpo técnico extrapola o campo da execução prática, constituindo-se como elemento estruturante da própria identidade institucional, e faz parte da força vital que molda os campi e os sustenta.

São eles, os seus integrantes, que, nos bastidores das decisões e dos feitos acadêmicos celebrados, asseguram o funcionamento cotidiano da universidade, seja nos gabinetes e nos arquivos, seja nas oficinas, nas obras e nos corredores onde a rotina se faz permanência. São presença constante e necessária, que compõem a espinha dorsal administrativa e que, em muito, permitem à instituição existir. Com eles, a grandeza da universidade não repousa apenas nos que a dirigem ou que nela ensinam e estudam, mas também naqueles que, com trabalho contínuo e silencioso, garantem sua permanência no tempo.

Ao longo de sua história, a UFV acumulou um importante patrimônio documental, com diferentes suportes de documentos produzidos, em sua maioria, pela própria Instituição. Tais materiais se destacam por seu caráter histórico, científico, cultural, memorial e probatório, tendo despertado atenções ao longo dos anos para a importância de organização e salvaguarda. Em 1985, a Portaria nº 535 sistematizou as ações de manutenção e perpetuação da memória institucional, instituindo o Arquivo Central, responsável pela execução das ações de recolhimento, identificação e organização do acervo documental da UFV.



Eleição na ASAV em 1985



Evento do Dia do Trabalho



Pesquisadores com acervo fotográfico

Desenvolvendo projetos ligados à manutenção da memória da Universidade, o Arquivo Central e Histórico (ACH-UFV), sediado na Vila Giannetti, é constituído por fundos documentais que se dividem de acordo com a trajetória da instituição. O acervo, que compreende documentos impressos, jornais e fotografias que registram a história da UFMG, foi a principal base de construção dessa narrativa do centenário que, nos próximos capítulos irá explorar as diversidades e pluralidades de agentes e espaços que, coletivamente, compuseram e compõem os 100 anos da Universidade Federal de Viçosa.



Universidade Federal de Viçosa

Sempre a Serviço da

Abere

Minere

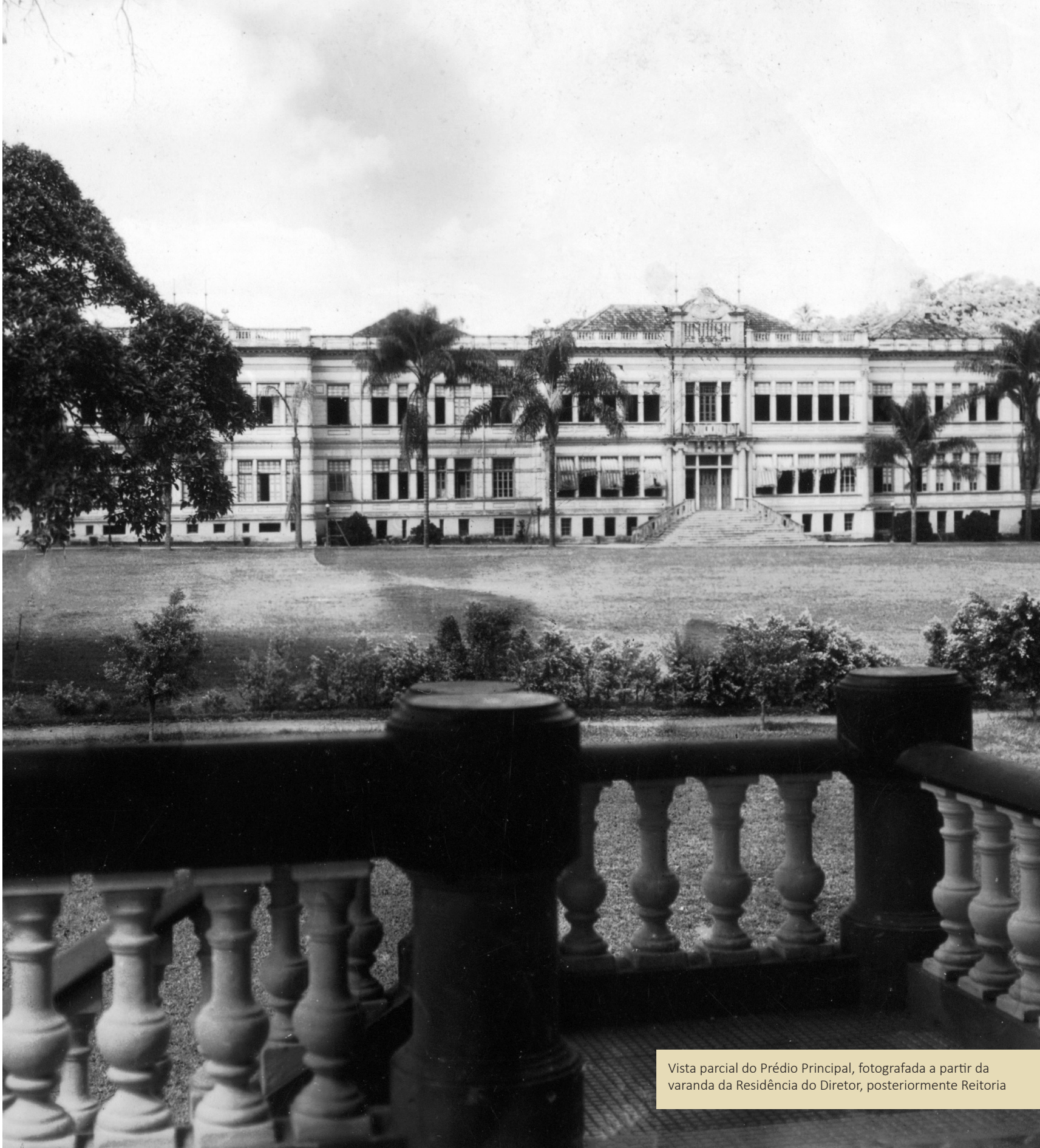


Ao longo de sua história, a UFV teceu convênios com diferentes instituições, associações e fundações de diversas nacionalidades, que foram e continuam sendo fundamentais tanto na estruturação da Universidade, do ponto de vista físico e acadêmico, quanto na formação e na consolidação de redes de pesquisa e intercâmbio científico. Tais parcerias não apenas se estabeleceram, mas se enraizaram e se tornaram parte da própria instituição, moldando seus espaços de ação, seus horizontes de pesquisa e suas formas de organização, configurando-se como vetores de estruturação e projeção acadêmica. Dessas parcerias, três se destacam na história da Universidade pela cooperação técnica e por investimentos humanos e de capital, que foram singulares na estruturação institucional. São elas: a Universidade de Purdue, a Fundação Rockefeller e a Fundação Ford.

Para percorrermos essa história, iniciaremos com uma análise do contexto mundial. No plano internacional do pós-Segunda Guerra, os Estados Unidos ampliaram suas estratégias de aproximação diplomática e cooperação técnica, especialmente com países da América Latina. A Política da Boa Vizinhança, iniciada na década de 1930, foi reforçada por programas de intercâmbio e assistência voltados sobretudo à agricultura e ao desenvolvimento rural. Enquanto a Europa recebia os recursos do Plano Marshall, países como o Brasil passaram a integrar o chamado *Ponto IV*, inaugurado em 1949, no governo do presidente estadunidense Harry Truman, com o intuito de expandir a influência através de auxílios econômicos nas áreas da saúde pública, educação e agricultura aos países em desenvolvimento. Era um programa de política externa para oferecimento de assistência técnica e científica a países, baseado em estratégias de cooperação técnica internacional.

No Brasil, os programas de cooperação técnica frutos do *Ponto IV* abrangeram diferentes setores, como educação rural e agrícola, escolas de produtividade industrial e de administração pública, iniciativas no setor da geologia e treinamentos de técnicos brasileiros no exterior. Por meio deste programa, foram firmados diversos convênios com universidades que impactaram diretamente no desenvolvimento da ciência e da tecnologia brasileira.

Mais do que uma iniciativa de auxílio, as ações de cooperação internacional integravam a estratégia da política externa norte-americana, ao associar a promoção do desenvolvimento econômico e da modernização institucional à difusão de modelos educacionais e tecnológicos estadunidenses. Neste contexto, a agricultura ocupava posição



Vista parcial do Prédio Principal, fotografada a partir da varanda da Residência do Diretor, posteriormente Reitoria

estratégica nas economias latino-americanas, o que tornou o ensino agrícola, a pesquisa e a extensão rural áreas privilegiadas de intervenção. Investir na modernização agrícola significava, simultaneamente, promover crescimento econômico e reforçar a influência política norte-americana na região. As universidades foram concebidas como espaços-chave para a difusão de modelos institucionais e científicos.

Desde a década de 1940, organismos vinculados ao governo norte-americano, como a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), passaram a investir em ciência, educação e formação de quadros técnicos. No Brasil, essas iniciativas estimularam a modernização agrícola, a capacitação profissional e a valorização do modelo educacional norte-americano, fatores que tiveram impacto direto sobre o desenvolvimento da UFV, ainda nos tempos da Esav.

Outra iniciativa decisiva para o fortalecimento do caráter extensionista do projeto foi a formalização de um convênio do governo de Minas Gerais com a AIA. Entre as ações conduzidas por esta entidade, estava a implementação da Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar). Concebida como uma agência de fomento, a Acar voltava-se ao oferecimento de crédito e de assistência técnica aos pequenos agricultores, no âmbito da cooperação técnica entre brasileiros e americanos, cujo objetivo era de estruturar um sistema de apoio técnico e financeiro capaz de intensificar e qualificar a produção agropecuária, ao mesmo tempo em que fortalecia os vínculos econômicos e sociais no espaço rural.

A Acar foi criada e inspirada no modelo americano de extensão rural, que não prestava serviço diretamente a universidades, mas a associações, seguindo uma tradição de relações entre os fazendeiros e instituições bancárias nos Estados Unidos. A entidade civil, sem fins lucrativos, foi estruturada de acordo com o modelo de difusão de inovações, que basicamente atribuía à extensão rural a missão de oferecer assistência técnica e financeira aos produtores rurais para que adotassem as inovações desenvolvidas em institutos de pesquisa agrícola. A novidade inserida na Acar foi a concessão de crédito supervisionado por serviço de assistência técnica. Nesse contexto, a atuação da Acar promoveu a operacionalização das ações junto às comunidades rurais por meio da implementação de um programa de extensão agrícola e de economia doméstica. A primeira sede da Acar no Brasil foi criada em Minas Gerais, em 6 de dezembro de 1948, depois de negociações de Nelson Rockefeller junto ao governo mineiro. Em 1975, a Acar se transformou em Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG)

Outra associação que também contribuiu para esse processo de extensão agrícola e cooperação científica foi a *Inter-American Educational Foundation* (IAEF) por meio da concessão de bolsas de estudo a estudantes e jovens profissionais brasileiros, destinados ao treinamento em instituições norte-americanas. A proposta era capacitar pessoal para atuar no Brasil, sobretudo nas áreas de recursos humanos e agricultura, fortalecendo

instituições consideradas estratégicas para o desenvolvimento rural. No período de vinte anos entre 1942 e 1962, cerca de 1.500 bolsistas brasileiros participaram dos programas da IAEF, sendo 777 na área de recursos humanos e 713 na área de agricultura. Com acordos de cooperação como este, algo já visível desde os primeiros anos da Esav, foi-se criando uma cultura de compromisso com os valores de troca de conhecimento entre brasileiros e estadunidenses.

Dentro do contexto acima apresentado, vamos percorrer as tessituras de diálogo entre a Universidade Federal de Viçosa e três dos principais convênios de estruturação da cultura universitária: Purdue, Rockefeller e Ford.



Reunião da Acar

Universidade de Purdue

A Uremg, como destacamos no capítulo anterior, surgiu após um período de transformação em que a instituição deixou de ser uma Escola Agrícola, a Esav, e passou a ser uma universidade estadual. Considerando o período de adversidades pelos quais a Esav vinha enfrentando neste momento de transição, a instituição que ali (re)nascia apresentava uma estrutura institucional ainda em fase de consolidação, com limitações administrativas e acadêmicas, típicas das escolas superiores agrícolas brasileiras do período.

A localização em uma região agrícola relevante, aliada à vocação clara para o ensino superior rural, além da existência de uma estrutura inicial voltada para a formação agrária e ao potencial de expansão como polo de referência nacional, faziam da Uremg uma verdadeira instituição-laboratório para experiências de modernização universitária no contexto brasileiro. Concebida como espaço estratégico de construção institucional, capaz de irradiar modelos, práticas e padrões organizacionais para outras instituições do país, a Universidade passou a ser vista como um possível centro difusor de inovação educacional e científica. Alinhada à lógica da cooperação técnica e aos interesses da política externa norte-americana, a instituição iniciou, a partir de 1952, juntamente à Escola de Ciências Domésticas, um relacionamento cada vez mais estreito com a Universidade de Purdue.



Entrega da flâmula da Universidade de Purdue

PROJETO PURDUE-UREMG ENTREGA TRATOR

Através de um pedido formulado pelo

eto PURDUE-UREMG,

idade Rural do Est

cator D-6, Caterpi

amente, em Cr\$ 40

no desenvolviment

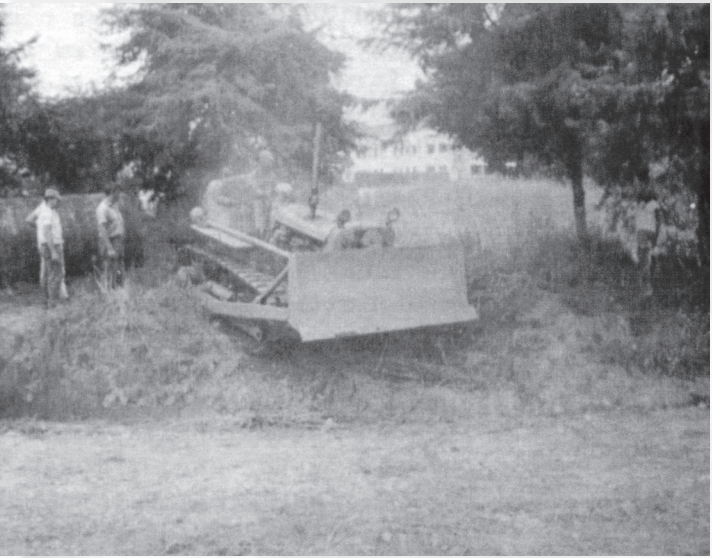
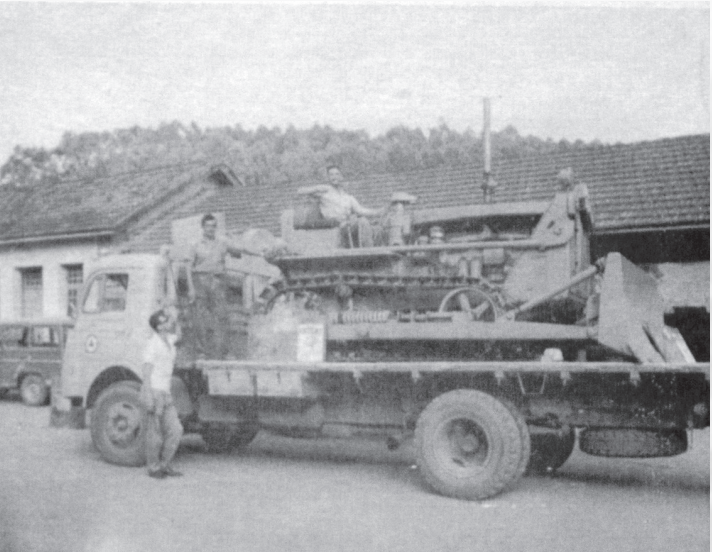
em andamento na U

la Diretoria Geral de Administração.

As três fotos mos

ante D-6, que se i

nte, ao conjunto m



O próprio cenário da estruturação da Universidade foi marcado pelo entrelaçamento de políticas de cooperação internacional e da influência norte-americana, como vimos no capítulo anterior. E, de algum modo, foi esse mesmo cenário o responsável por representar importante marco político e institucional no impulso e na sustentação da cooperação entre a Universidade de Purdue e a então Uremg.

A oficialização da parceria com a Universidade de Purdue se deu no ano de 1958, o que possibilitou a implementação de programas de pesquisa, a aproximação da Universidade com comunidades agrícolas e a melhoria das estruturas de apoio para a realização das ações em parceria. Nos relatórios do Projeto Purdue-Brasil, estão descritos como foram operacionalizadas as instalações dos professores e técnicos responsáveis pela execução dos programas de pesquisa, bem como as dinâmicas para a formalização do projeto de desenvolvimento da instituição e a operacionalização do plano de trabalho estabelecido para a realização das atividades propostas.

Constam nesses documentos que, no início do ano de 1959, os primeiros membros da equipe de Purdue chegaram ao Brasil. Depois de um período de estadia no Rio de Janeiro para a familiarização com a cultura brasileira e com o idioma, chegaram em Viçosa os quatro primeiros representantes de Purdue, sendo eles Ray M. Lien, da área de Engenharia Agrícola; Homer T. Erickson, da Horticultura; Helmut Kohnke, dos Solos; e Earline Weddle, da Nutrição. Estes profissionais se estabeleceram em casas na Vila Giannetti cedidas pela universidade para alojar a equipe de profissionais de Purdue que para cá vieram com suas famílias. Todo o mobiliário para estas residências e os materiais necessários para a execução das atividades acadêmicas eram também trazidos dos Estados Unidos.

Um impulso decisivo para a parceria entre as universidades veio com o Projeto 55 do Escritório Técnico de Agricultura (ETA), o *ETA 55*. O Projeto foi lançado durante a década de 1950, com o foco voltado para o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, nos moldes norte-americanos, que consideravam a construção do conhecimento a partir de três pilares: o ensino, a pesquisa e a extensão. Esse projeto promoveu um intenso intercâmbio acadêmico: professores brasileiros foram enviados à Universidade de Purdue para formação em cursos de mestrado e doutorado, enquanto docentes norte-americanos vieram para Viçosa com a missão de estruturar os estudos de pós-graduação. A Uremg já contava com estudos de especialização antes destas parcerias, mas que, no entanto, não atendiam aos objetivos e padrões do ensino de uma pós-graduação *stricto sensu*.

A importância da influência desse projeto sobre a Pós-Graduação revelou-se nas entrelinhas da própria história da instituição, reaparecendo de forma recorrente nas narrativas que associaram sua existência ao amadurecimento da pesquisa acadêmica. Não por acaso, o *Catálogo de Pós-Graduação da UFV 1986/1987*, no capítulo dedicado às Informações Gerais – Resumo Histórico, traz o seguinte registro:

Em 1958, a Uremg e a Universidade de Purdue assinaram convênio, permitindo a realização de vários projetos cooperativos entre os professores brasileiros e americanos, sobressaindo, entre esses, o do estabelecimento e manutenção de cursos de pós-graduação, dando origem, conseqüentemente, a um proveitoso intercâmbio entre as duas nações.

Foi a partir dessa cooperação que a Pós-Graduação na instituição começou a tomar contornos mais definidos, delineando-se como um projeto acadêmico estruturado. Em um primeiro momento, ainda em caráter experimental, foram oferecidos cinco cursos de especialização: Economia, Horticultura, Agronomia, Mecânica e Zootecnia. Com duração de cinco semanas, esses cursos eram realizados durante o período de férias dos estudantes, funcionando como um laboratório inicial para a construção de uma política institucional de formação avançada.



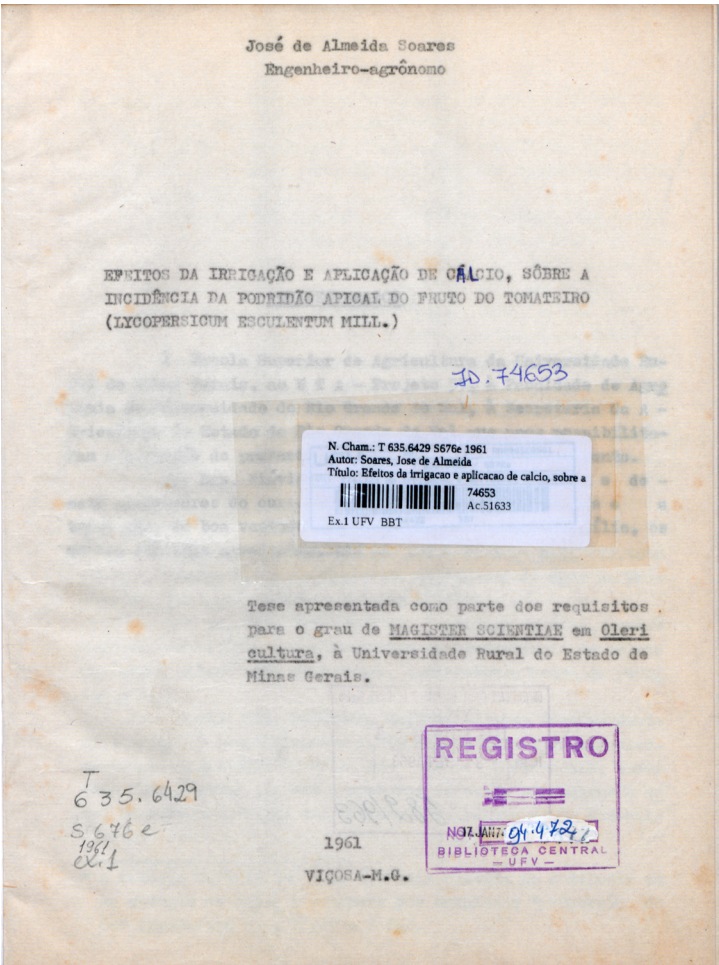
Reunião Projeto ETA 55 Purdue e Uremg

O êxito dessa experiência inicial não apenas validou o modelo como estimulou sua expansão. Logo em seguida, ainda com o caráter de experimentação, foi oferecido um novo curso de Horticultura, agora com duração estendida a quatro meses, aprofundando o modelo anteriormente testado. Os resultados alcançados por essas iniciativas abriram caminho para um marco decisivo: em 1961, a instituição oficializou seus dois primeiros cursos de Pós-Graduação com o título de *Master of Science* - ou *Magister Science* - (M.S), Hortaliças e Economia Rural e, no ano seguinte, foi instituído o curso de mestrado em Zootecnia.

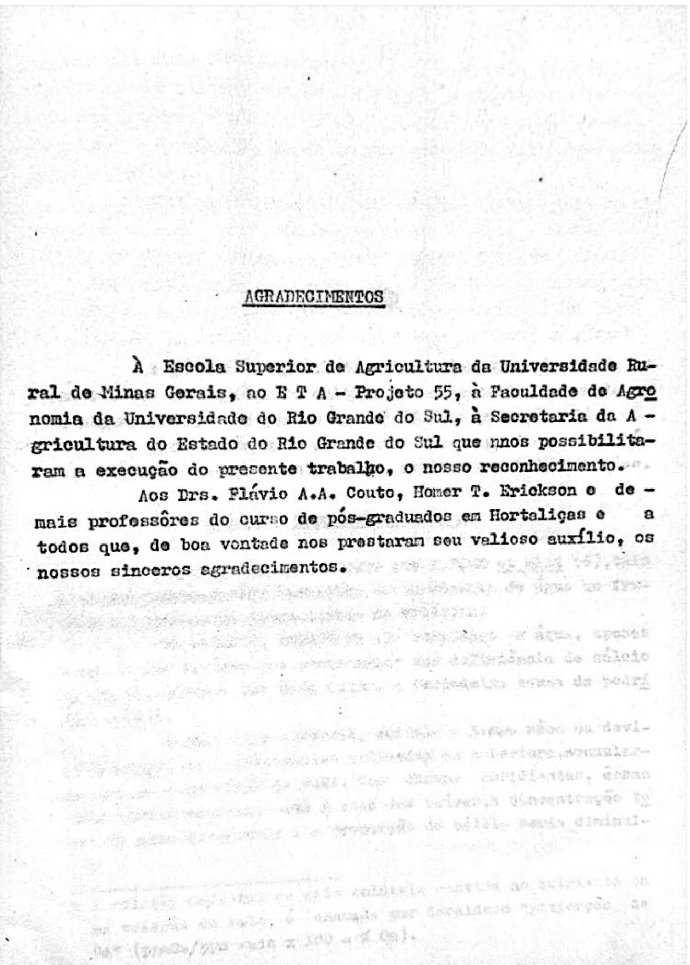
As matrículas dos primeiros estudantes de mestrado aconteceram em março de 1961, nos cursos de Hortaliças e de Economia Rural. Após terem cursado dois semestres, que envolveram a participação em disciplinas, a realização de seminários e o envolvimento ativo em pesquisas, em dezembro de 1961, foi defendida a primeira tese de “Magister Scientiae” em Olericultura, com o título “Efeitos da irrigação e aplicação de cálcio sobre a incidência da podridão apical no fruto do tomateiro”. Neste mesmo ano, ainda foram defendidas mais quatro teses. Ao longo dos anos, o número de cursos foi crescendo e a universidade se tornou referência no ensino em nível de pós-graduação em ciências agrárias no Brasil.



Turma do curso de Especialização em Hortaliças (Olericultura)



Primeira tese defendida



Agradecimentos

A parceria entre a Uremg e a Universidade de Purdue assumiu um papel central no processo de modernização do ensino agrícola no Brasil, ao fortalecer a noção de equilíbrio entre ensino, pesquisa e extensão, tripé que, aliado à inovação tecnológica, continuou a sustentar o projeto de desenvolvimento da UFV. Esta concepção de universidade pressupunha a articulação entre a formulação de programas de estudo, a realização sistemática de pesquisas e a difusão e a aplicação de seus resultados junto à comunidade e aos produtores agrícolas, fazendo do conhecimento um agente ativo de transformação social e produtiva.

A cooperação entre as duas instituições possibilitou, ainda, a criação e o aprimoramento de laboratórios, a definição de linhas de pesquisa mais sistemáticas e a formação de um corpo docente e científico qualificado, sendo parte dele treinado nos Estados Unidos. A capacitação de professores e técnicos da Uremg, por meio de programas de treinamento, estágios e estudos no exterior, promoveu a modernização do ensino e da pesquisa, permitindo a adaptação do modelo norte-americano ao cenário educacional brasileiro.

A transferência sistemática de métodos de ensino, pesquisa e extensão, incluindo currículos, práticas laboratoriais, organização de departamentos e modelos de gestão universitária, estruturou a pesquisa aplicada na Uremg, orientada por metodologias científicas e voltada para problemas concretos da agricultura. Neste contexto, a extensão deixou de ser uma atividade acessória e passou a ser compreendida como meio de difusão do conhecimento científico e técnico produzido pela Universidade. O Projeto Purdue-Viçosa promoveu a adoção de práticas que aproximavam a universidade dos problemas concretos da agricultura brasileira, fortalecendo a circulação do saber para além do espaço acadêmico e reforçando o papel social da instituição.



Laboratório de Pesquisa Uremg

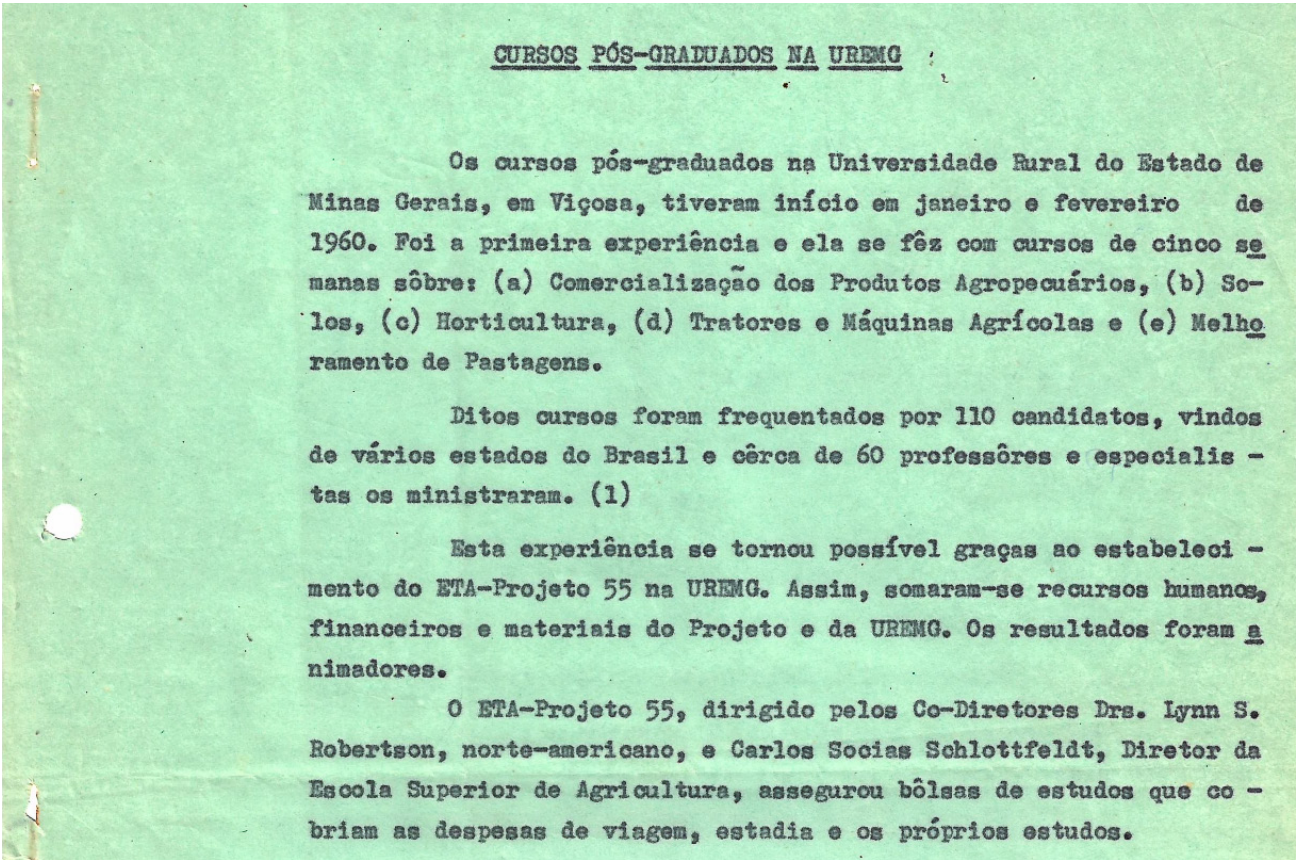


Projeto de extensão comunitária - Uremg



Congresso Nacional de Ciências Domésticas

A consolidação da extensão foi um dos resultados mais duradouros do convênio, contribuindo para transformar a Uremg em uma instituição comprometida com a aplicação social do conhecimento. Como elo entre a universidade e as comunidades agrícolas, ocorreu a implantação de ações voltadas para o desenvolvimento do curso de graduação em Ciências Domésticas - desenvolvimento este que, além de promover a formação profissional, também tinha o intuito de difundir conhecimentos sobre alimentação, higiene, saúde, economia e organização do lar, todos estes entendidos como elementos essenciais para a elevação dos padrões de vida no campo e para o sucesso das políticas de modernização agrícola. Além disso, refletia uma concepção ampliada de desenvolvimento, na qual a transformação da agricultura não poderia ocorrer apenas no plano técnico-produtivo, mas deveria envolver também a reorganização da vida familiar e social rural. Nesse sentido, o curso de Ciências Domésticas contribuiu para consolidar o papel social da universidade, alinhando-se aos objetivos mais amplos da cooperação internacional norte-americana.



Histórico da Pós-Graduação Uremg

Destaca-se aqui a importância do convênio com as instituições norte-americanas para o desenvolvimento da pós-graduação na Uremg. No ano de 1964, surgiu, no Brasil, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Técnico-Científico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o Funtec do BNDE. No entanto, a Uremg só passou a configurar o rol dos contemplados neste fundo em 1968, ou seja, sete anos mais tarde da concessão do primeiro título de mestre na Uremg. Desse modo, foi por meio da parceria com a Universidade de Purdue que foi possível o oferecimento e o pioneirismo da pós-graduação no país, uma vez que o primeiro título de mestre concedido do Brasil é atribuído a José de Almeida Soares, em 1961.

Desse modo, a Pós-Graduação da Universidade Federal de Viçosa figurou entre as experiências pioneiras do país. Vinte anos depois, em 1981, ao rememorar esse percurso, a UFV deu início à publicação da série *Catálogos de Teses de Pós-Graduação da Universidade Federal de Viçosa*. No texto de apresentação, o então presidente do Conselho de Pós-Graduação, Bairon Fernandes, sintetizou esse trajeto ao afirmar que: “Pode-se afirmar

que a U.F.V, primeira instituição a implantar pós-graduação em Ciências Agrárias no Brasil, alcançou essa meta de 1961, graças ao resultado de muitos anos de experiência acadêmica e científica, assíduas e objetivas”.

A partir de 1965, com várias ações já implementadas e com resultados atingidos de forma satisfatória, o projeto de desenvolvimento da pós-graduação passou a contar com outros recursos sob a supervisão da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), responsável pela gestão dos programas assistenciais norte-americanos voltados ao desenvolvimento econômico e social. A agência desempenhou papel fundamental na administração dos convênios entre universidades, concebidos como instrumento para impulsionar a modernização agrícola e institucional nos países parceiros.



Central de Processamento de Dados - Uremg

Ao longo dos anos, à medida que a instituição se expandia e ganhava densidade acadêmica, novos cursos foram sendo criados, acompanhando, em um primeiro momento, a lógica dos saberes já consolidados. Muitos desses cursos nasceram como desdobramentos naturais de áreas existentes. Foi nesse movimento que ocorreu a divisão do curso de Microbiologia do Solo, que deu origem à Microbiologia do Solo e às Técnicas Microbiológicas, em 1966; a criação do Mestrado em Biologia, em 1967; do Mestrado em Administração do Lar, em 1968; e, no ano seguinte, do curso de Extensão Rural.

Nem todos, porém, encontraram estabilidade duradoura. Alguns desses cursos não se consolidaram, enquanto outros, ao longo do tempo, foram redefinidos e/ou renomeados, acompanhando as transformações do campo científico e das demandas institucionais. Foi o caso dos cursos de Fisiologia Vegetal e Microbiologia Agrícola, que emergiram do desdobramento do curso de Biologia, em 1969.

No plano administrativo, a parceria UFV-Purdue também possibilitou investimentos na reorganização estrutural, burocrática e acadêmica, com a criação de estruturas mais eficientes de gestão universitária, planejamento institucional e integração entre ensino, pesquisa e extensão. Dentre estas ações, estavam a reorganização da universidade em departamentos e a estruturação das instâncias decisórias, baseada na eficiência administrativa e na especialização de funções, o que resultou em uma estrutura mais coerente capaz de sustentar a expansão da pesquisa, da pós-graduação e da extensão rural. Esse processo resultou em maior autonomia acadêmica, científica e administrativa, consolidando a instituição como referência nacional no ensino agrícola superior.

Como desdobramento desse percurso, a universidade conquistou projeção nacional e sólido reconhecimento institucional, tornando-se expressão concreta do impacto do Projeto Purdue-Viçosa na construção universitária e no desenvolvimento do setor agrícola brasileiro. O sucesso desta cooperação abriu caminho para a atuação articulada de diversos organismos nacionais e internacionais, empresas e instâncias governamentais, que passaram a participar ativamente do fortalecimento científico e estrutural da instituição. Os programas de pós-graduação foram surgindo e se estruturando com base nesses investimentos financeiros e intelectuais. Das primeiras iniciativas em estudos e pesquisas, ergueram-se alicerces sólidos que sustentaram, ao longo dos anos, uma diversidade de novos programas, como descrito no capítulo 1.

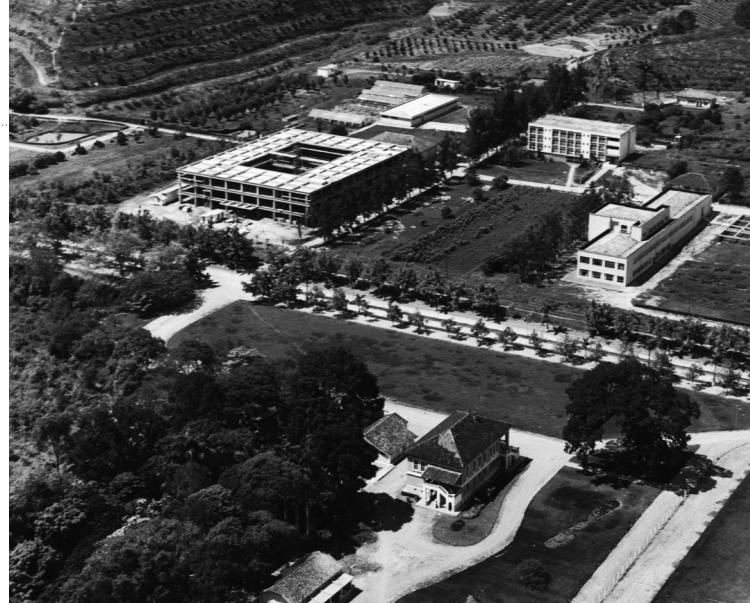
Fundação Rockefeller

A Fundação Rockefeller foi fundada pelo milionário John D. Rockefeller com dinheiro adquirido na extração, no refino e no transporte de petróleo da *Standard Oil Company*. O magnata se aproximou de seu assessor, Frederick Gates, e, juntos, firmaram um acordo envolvendo seu filho, John D. Rockefeller Jr., para dar vida à nova instituição - com a unificação de outras instituições pertencentes à família. Desde fins do século XIX, a família Rockefeller já desenvolvia, nos Estados Unidos, ações filantrópicas voltadas para questões tidas como de interesse social. Para além do território norte-americano, a Rockefeller se propunha a promover o bem-estar e a contribuir para o avanço da “civilização” entre os povos dos Estados Unidos e de nações estrangeiras. Entre os seus princípios, defendia que os benefícios oferecidos não contemplariam diretamente indivíduos, mas sim, instituições governamentais.

A atuação da Fundação em diferentes territórios ocorreu principalmente através de divisões especializadas em áreas como Saúde Internacional, Ciências Médicas, Ciências Naturais, Ciências Sociais e Humanidades. Com a concessão de financiamentos, as instituições locais deveriam auxiliar no desenvolvimento dos projetos da agência internacional e se comprometerem a, posteriormente, assumirem a execução das ações e a replicarem o modelo em outros espaços dos seus territórios. Esse modelo de atuação foi importante para a propagação de estilos de pensamento e de uma cultura científica norte-americana em escala global.

Até 1913, as ações da Fundação ficaram restritas aos Estados Unidos. Mas, a partir desse período, os especialistas que combatiam as endemias perceberam que não havia fronteiras para a doença e era necessária uma ação mais globalizada para controle das enfermidades no continente. A partir de 1914-1915, a Fundação Rockefeller iniciou as suas primeiras missões médico-sanitárias em outros países através da criação do *International Health Board* (Junta de Saúde Internacional). Essa junta foi concebida com o objetivo de expandir o trabalho de erradicação da ancilostomíase para países afetados pela doença.

No âmbito educacional, os Rockefeller destinaram seus recursos tanto para a expansão da produção e do ensino científico, quanto para a realização de um projeto educacional nos Estados Unidos. Deste projeto, entre 1889 e 1910, o empresário John D. Rockefeller contribuiu com cerca de US\$ 35 milhões para a criação e a expansão da Universidade de Chicago. Em 1903, foi criado o *General Education Board* (Junta Geral de Educação), fundado com a participação do herdeiro John Rockefeller Jr. e voltado para a atuação nos estados sulistas, tendo recebido como incentivo inicial cerca de US\$ 1 milhão.



Registros da expansão universitária

O papel que a Fundação Rockefeller desempenhou durante todo o século XX, com o financiamento de iniciativas em diferentes campos do conhecimento, tornou-a uma das mais importantes agências filantrópicas internacionais da história mundial. Enquanto agência filantrópica internacional, teve, na América Latina, um *locus* especial para o estabelecimento de redes entre a Fundação e os agentes locais. Entre muitas outras dimensões da atuação da Rockefeller na formação de redes na América Latina, é possível indicar a sua colaboração com os estados nacionais latino-americanos para reformas e erradicação de doenças, assim como para o desenvolvimento de pesquisa científica. A política da Fundação para instituições na América Latina era, normalmente, acompanhada do financiamento de pesquisadores para formação internacional, pesquisadores estes que, ao retornar ao local de origem, contribuiriam para multiplicar agentes nos moldes internacionais.

Seguindo esses princípios, a primeira comissão da Rockefeller chegou ao Brasil em São Paulo, em 1915. Segundo dados dos relatórios oficiais da Fundação, o Brasil teria sido o maior beneficiado em investimentos na América. Dentre os US\$13 milhões que foram aplicados em programas sanitários e de educação nos países americanos, US\$ 7 milhões foram direcionados para o desenvolvimento do ensino, de pesquisas científicas e de campanhas sanitárias no território brasileiro. No Brasil, além das questões relacionadas ao controle de endemias, a Rockefeller teve um papel importante no incentivo à produção do conhecimento científico, investindo na educação e na extensão de pesquisas. Nesse contexto, visualizamos uma ampla parceria entre a Rockefeller e a Universidade Federal de Viçosa ainda na primeira metade do século XX.

Um aspecto relevante da política científica da Fundação Rockefeller foi o investimento em pesquisas na área de agronomia, biologia e zoologia, com concessão de bolsas de estudos nas universidades dos Estados Unidos e com o estabelecimento de centros de pesquisas em universidades latino-americanas. O tipo de assistência preconizado era o de estabelecimento de “fazendas modelo” para demonstração e supervisão de técnicas de produção, de pesquisas em melhoramentos para a agricultura local, de estabelecimento de instituições educacionais e de pesquisa, e de envio de técnicos para a resolução de problemas pontuais.

No setor agrícola, um dos destaques na passagem de especialistas dos EUA no Brasil e no estabelecimento de cooperações técnicas e científicas ocorreu nas relações com a Universidade Federal de Viçosa, principalmente no período da Uremg. Como parte do acordo de cooperação internacional, uma de suas finalidades era a viabilização de intercâmbio científico de pesquisadores, com bolsas de estudo e extensão para treinamento técnico, em uma relação dialógica entre as instituições.

Pelos Estatutos aprovados em 1950, era permitido à Uremg o recebimento de doações, não somente para a constituição de fundos especiais, mas também para a ampliação de instalações ou o custeio de atividades específicas a cada uma das Escolas ou Serviços da instituição. Tais recursos seriam direcionados e administrados pelo Fundo Universitário. O intercâmbio de professores também era amparado pelos Estatutos da instituição que deliberavam pela possibilidade de concessão de dispensa aos profissionais, por tempo determinado, para efetuar estudos e pesquisas nos assuntos de sua especialidade, no País ou no exterior, sem prejuízo de direitos e vantagens. Anualmente, seriam instituídas bolsas de estudos para professores, pesquisadores e técnicos, de acordo com os recursos dispostos.

São muitos os exemplos do intercâmbio Rockefeller/UFV, registrados em correspondências oficiais. Em 4 de fevereiro de 1952, Harry M. Miller Jr enviou uma correspondência ao diretor da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, Joaquim Matoso, informando a concessão de uma bolsa de intercâmbio para o professor Fábio Ribeiro Gomes, no México, para trabalhar com teoria e experimentação por seleção vegetal.

Um dos elementos de justificativa da Fundação para o oferecimento de bolsas estava relacionado ao aprendizado e ao aperfeiçoamento de novas técnicas. Em 19 de novembro de 1952, uma correspondência para o diretor da Escola Superior de Agricultura tinha como intuito certificar se o senhor Alexis Dorofeeff estava sendo professor integral do curso de Solos e Fertilização. O integrante da Fundação Rockefeller afirmou na mesma carta que o uso de fertilizantes era uma técnica nova no Brasil e ressaltou a importância de se ensinar a mesma para os jovens alunos. Já no fim da carta, era pontuado que a Fundação oferecia uma viagem para estudos na University Board, para aqueles que tivessem o interesse em aprender novas técnicas e aperfeiçoar o conhecimento. Alguns anos depois, em 18 de agosto de 1955, Flora M. Rhind informava ao diretor, Carlos S. Schlottfeldt, que a bolsa de Otto Andersen havia sido renovada por mais doze meses, para que ele pudesse concluir seu Ph.D. na Universidade da Califórnia.

No rol das ações em educação, além da concessão de bolsas, destacaram-se também a prestação de auxílio técnico a bibliotecas, à fundação de escolas técnicas e rurais com instalações para aulas práticas, à reelaboração, junto a profissionais locais da educação, de currículos escolares, e à concessão de equipamentos em laboratórios de pesquisa. Na cooperação Rockefeller/UFV, em 21 de dezembro de 1955, John Mc Kelvey Jr., da Fundação, enviou uma carta para Carlos S. Schlottfeldt, diretor da ESA, informando sobre os fundos concedidos para a compra de equipamentos de laboratórios básicos e para o pagamento dos funcionários pelos próximos três anos.

Algumas regras para a aplicação e o controle das doações feitas pela Fundação ficaram explicitadas em correspondência entre Carlos S. Schlottfeldt e John McKelvey Jr, em 22 de setembro de 1956. No documento, estavam determinadas seis regras: as doações seriam feitas em três partes iguais, sendo uma por ano; haveria comitê formado por quatro professores encarregados de supervisionar a aplicação das verbas; cada quota anual deveria ser depositada em um banco, em Viçosa; as concessões da Rockefeller deveriam ser oferecidas mensalmente; e, por fim, deveria haver a concessão de 25 bolsas para intercâmbio científico, com a possibilidade de atuação por um ou por três anos.

Em um acordo entre Uremg, AIA e Acar, desenrolou-se o financiamento, pela Rockefeller, da compra de equipamentos e da mobília do espaço original da Escola Superior de Ciências Domésticas. Diante da repercussão da criação do curso, jornais locais divulgaram a parceria com a Rockefeller pelos financiamentos feitos para o bom funcionamento do mesmo. Em 29 de outubro de 1960, Geraldo Oscar Domingues Machado, Reitor da Uremg, enviou uma carta para Lewis M. Roberts, da Rockefeller, agradecendo pelos investimentos feitos na Escola Superior de Ciências Domésticas com a doação de aparelhos e a construção de salas de aula e laboratórios. Com isso, o curso teria ganhado reconhecimento por parte do Estado, que gastou cerca de 8.750.000 cruzeiros para finalizar e equipar o dormitório das novas alunas. Atrás disso, havia a ideia de que a Rockefeller estava ajudando a melhorar as vidas de muitas famílias, ideal difundido pelos próprios americanos.

Registros da expansão universitária



Os investimentos na cooperação UFV/Rockefeller foram contínuos. Em correspondência encaminhada ao Reitor da Uremg, em 1966, professor Edson Potsch Magalhães, a Fundação Rockefeller comunicava a doação de US\$ 57.000 para o desenvolvimento da Escola Superior de Ciências Domésticas e para os custos de coleta e avaliação de espécies de plantas alimentícias nativas no Instituto de Fitotecnia e no Departamento de Horticultura.

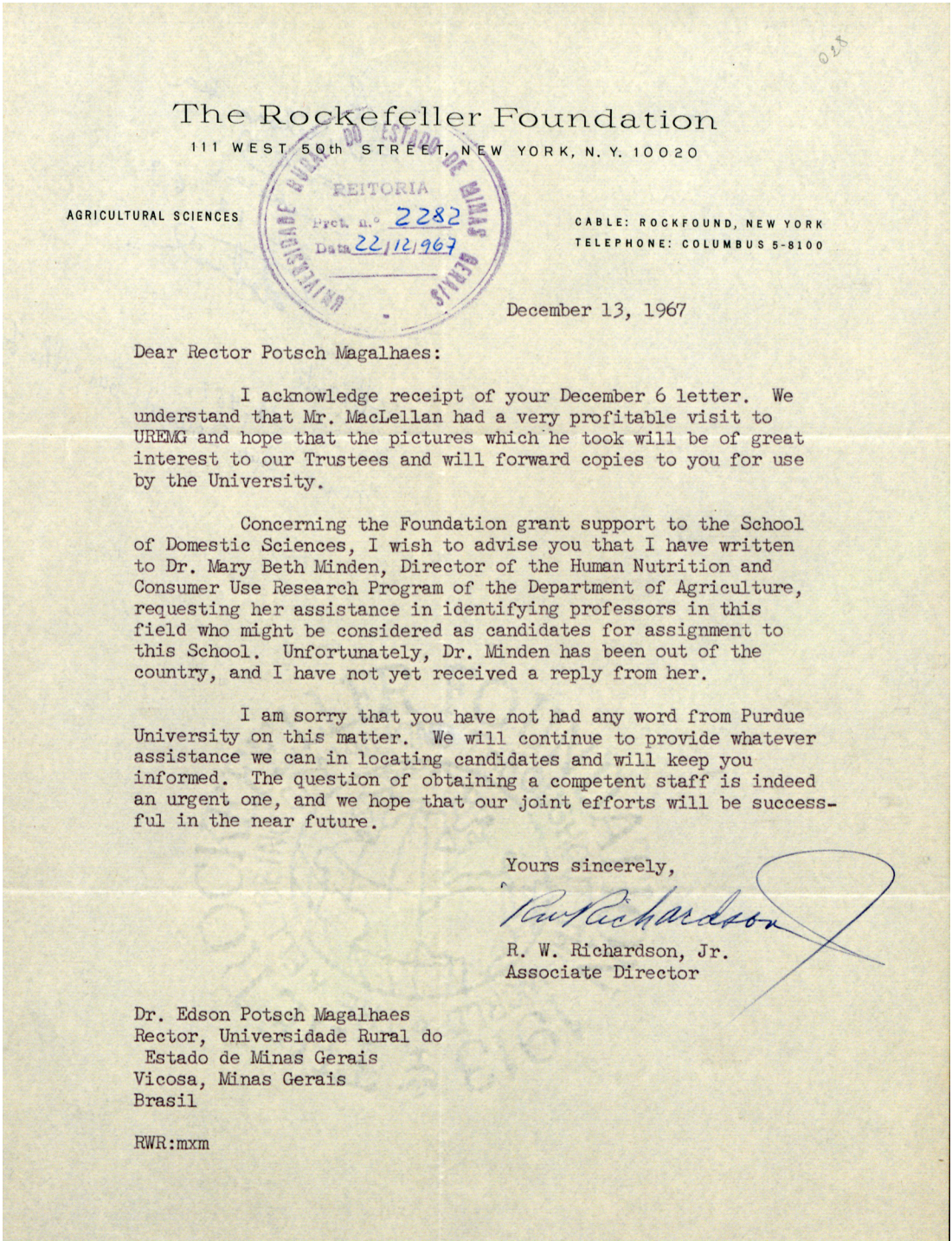
Um dos espaços da Uremg no qual a Rockefeller teve uma atuação direta com a concessão de financiamentos foi o alojamento feminino. Em carta enviada pelo então reitor da Uremg, Edson Potsch Magalhães, na data de 8 de julho de 1966, ao Dr. Richardson da Fundação Rockefeller, foi citado o recibo de um cheque no valor de US\$ 25.000 dólares de concessão da Fundação Rockefeller para cobrir as compras locais de mobílias e equipamentos para o dormitório feminino da Escola de Economia Doméstica. Naquele contexto, as mulheres moravam no antigo prédio onde funcionava a Reitoria e, com a inauguração do novo edifício, em 1964, passaram a ocupar o espaço.

Um elemento singular da atuação da Fundação Rockefeller fora do território norte-americano foram os registros visuais dos trabalhos de cooperação técnica desenvolvidos. A Fundação produziu e permutou, com as instituições parceiras, uma ampla gama de material iconográfico relativo às suas áreas de interesse e de atuação. As fotografias eram peças importantes na lógica de funcionamento da Rockefeller e foram amplamente produzidas, acumuladas e sistematizadas pela mesma. As fotos apresentavam aspectos de instalações internas e externas, encontro e visita de professores, atividades em laboratório, entre outras.

Particularmente na Uremg, temos importantes registros sobre a visita do fotógrafo Byron MacLellan que, em trocas de correspondências com a gestão universitária, informou a realização de visitas no Brasil, nas áreas de educação em agricultura e veterinária, com o objetivo de registrar uma série de imagens das instituições e laboratórios com os quais a Fundação estava cooperando. Em uma dessas correspondências, foi destacado que a visita de Byron à Uremg tinha sido muito proveitosa e que as fotos seriam de grande interesse, tanto para a Fundação, quanto para a Universidade. Foram diversos os cenários visualizados e registrados pelo fotógrafo, que mostram o processo de expansão e consolidação da estrutura universitária, principalmente nos anos 1950 e 1960.



Escola Superior de Ciências Domésticas



Carta de R. W. Richardson Jr., da Fundação Rockefeller, para Edson Potsch Magalhães, reitor da Uremg, informando que Mr. MacLellan visitaria a instituição para fotografá-la



Vista paronâmica do campus

Fundação Ford

Em 1964, um relatório produzido pela Fundação Ford, com base em Nova York, nos Estados Unidos, marcou o início formal da aproximação com a Uremg. Intitulado *Uma avaliação das necessidades da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais*, o documento, hoje preservado pelo *Centro Arquivístico da Fundação Rockefeller*, avaliava as demandas institucionais da Uremg, indicando caminhos para a sua expansão acadêmica e administrativa, no contexto da modernização universitária brasileira. Esse primeiro diagnóstico integrou um conjunto mais amplo de documentos internos reunidos, posteriormente, na pasta de proventos, na qual a Fundação acompanhou os programas de apoio vinculados à Uremg e ao Estado de Minas Gerais.

Criada em 1936, nos Estados Unidos, a Fundação Ford consolidou-se, ao longo do século XX, como uma das mais importantes agências filantrópicas internacionais voltadas ao financiamento de iniciativas educacionais, científicas e institucionais no mundo. Diferentemente de outras fundações privadas estadunidenses – cuja atuação se concentrou em áreas específicas, como saúde pública e agricultura – a Fundação Ford desenvolveu estratégias de cooperação internacional voltadas ao fortalecimento institucional de universidades, à formação de quadros acadêmicos qualificados e à modernização administrativa do ensino superior. Essa orientação tornou-se particularmente evidente a partir da década de 1960, quando o ensino superior passou a ocupar posição central nas políticas de desenvolvimento econômico e social e na circulação internacional de modelos universitários, em um contexto marcado por disputas ideológicas e geopolíticas durante a Guerra Fria.

Na América Latina, a intensificação da atuação da Fundação Ford esteve associada à ampliação de programas de cooperação educacional e científica voltados à formação de pessoal técnico e intelectual para a consolidação de instituições consideradas estratégicas em projetos nacionais de desenvolvimento. No Brasil, esse movimento coincidiu com a expansão do sistema federal de ensino superior, com o debate em torno da reforma universitária e da crescente valorização da pesquisa científica e da pós-graduação como eixos estruturantes da vida universitária. Nesse cenário, a Uremg destacou-se como espaço privilegiado para os trabalhos de cooperação com a Fundação Ford, em razão de sua tradição acadêmica nas ciências agrárias e de sua trajetória de diálogo com modelos universitários norte-americanos.

A cooperação formal entre a Fundação Ford e a Uremg teve início em um ano emblemático, tanto para a história política brasileira, quanto para os rumos da atividade universitária no País. A documentação preservada no Arquivo Central e Histórico da UFV registra que, em 26 de novembro de 1964, o então reitor, Edson Potsch Magalhães, comunicava oficialmente a chegada de representantes da Fundação Ford a Viçosa,

acompanhados de professores de universidades americanas, com o objetivo de discutir possibilidades de cooperação acadêmica e institucional. Um mês depois, em dezembro de 1964, pela Resolução 644/64, o Governo do Estado de Minas Gerais formalizou um convênio que teria duração de cinco anos, sendo renovado posteriormente para mais cinco.

O acordo, que marcou o início de um ciclo de relações sólidas entre a Fundação Ford e a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, se estenderia, com diferentes modalidades de apoio, até meados da década de 1970, envolvendo visitas técnicas, intercâmbios acadêmicos, avaliações institucionais e programas de formação docente. Em 13 de novembro de 1965, o agente representante da Fundação, Stacey Widdicombe, confirmou, por meio de carta a Edson Potsch, a data de sua visita à Uremg com o objetivo de detalhar os termos do convênio e de discutir os setores que poderiam ser priorizados no apoio institucional. Na oportunidade, o Widdicombe ficaria mais dias a fim também, ele diz, de “(...) examinar o excelente progresso que vem sendo alcançado sob o apoio da Fundação e discutir (...) problemas que possam ter surgido”.

Pouco depois, em 23 de dezembro de 1965, em outra correspondência, Widdicombe agradecia formalmente à Reitoria pela hospitalidade recebida durante a sua permanência em Viçosa, sinalizando não apenas para a formalização do convênio, como também para a relação de confiança que, naquele momento, se estabelecia entre a Fundação e a Uremg. De maneira amistosa, observou que sua experiência na instituição era como “um retorno de um ex-aluno”, que ficava “muito à vontade” no espaço que visitava e saía impressionado com “todas as mudanças que ocorreram na Universidade desde [a] última visita, em março de 1963”.

No começo do ano de 1966, a administração da Uremg preparava a agenda anual de visitas de consultores e especialistas da Fundação Ford, interessados em avaliar *in loco* a estrutura acadêmica, administrativa e financeira da instituição. Na época, a Fundação não previa investimentos em obras de infraestrutura, mas buscava compreender o funcionamento interno da Universidade, seus departamentos, suas práticas administrativas e suas perspectivas de crescimento para avaliar suas demandas. Uma declaração do professor Reynold E. Carlson, representante da Fundação, em 1965, dizia que a agência “normalmente tem relutância em financiar facilidades físicas”, mas que, diante das necessidades da Uremg, seriam consideradas exceções. Recursos financeiros diretos foram destinados para a construção da primeira biblioteca da universidade (inaugurada em 1969), o financiamento de instalações e laboratórios para pesquisa e extensão e apoio à criação da Central de Experimentação, Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro (Cepet), em Capinópolis.

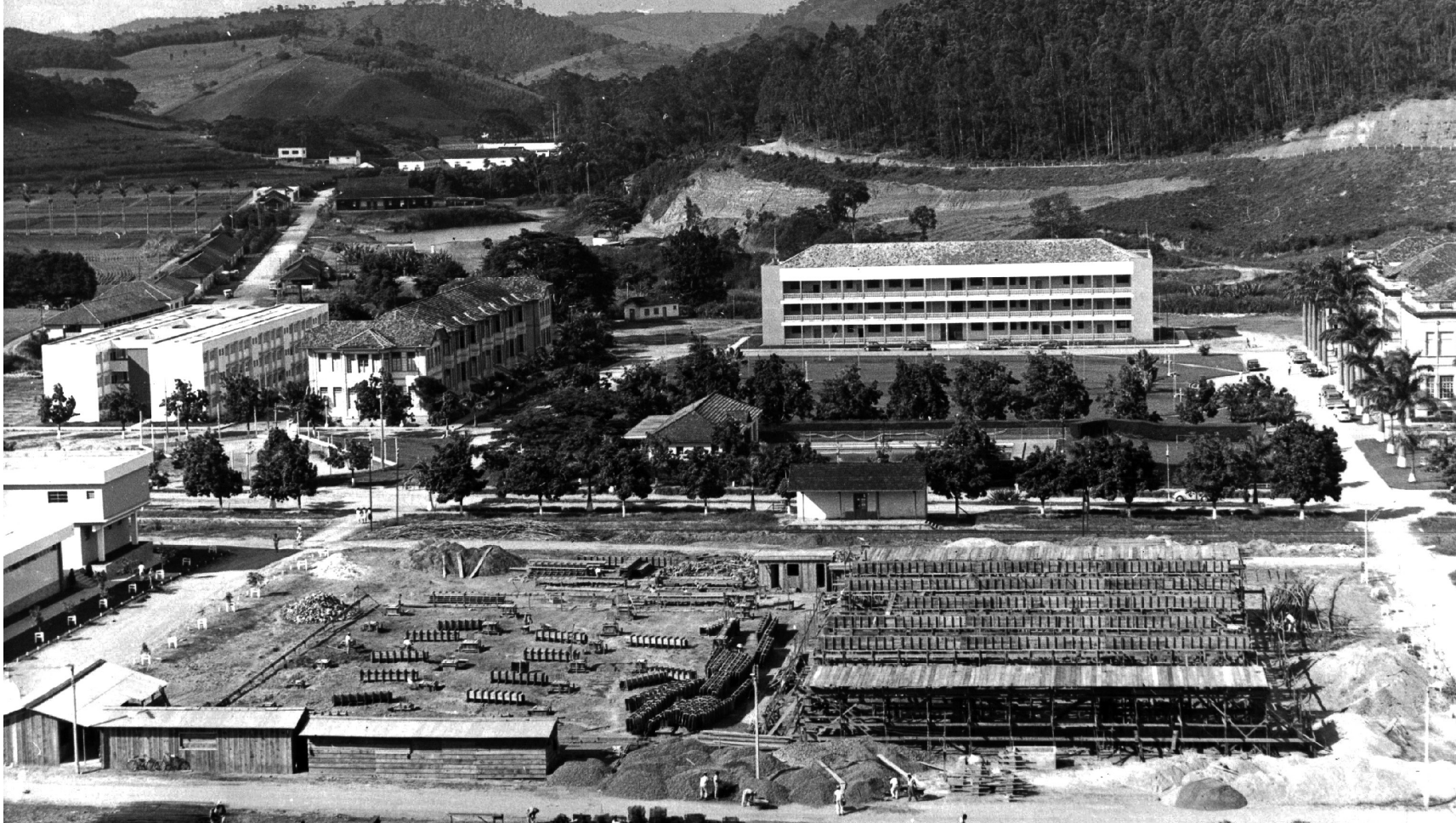
Em março de 1966, a cooperação ganhava um tom ainda mais estratégico. Widdicombe parabenizava o professor Edson Potsch Magalhães pela recondução ao cargo

de reitor, interpretando a decisão política como reconhecimento da liderança exercida em Viçosa. A nomeação, dizia Widdicombe, “reflete o trabalho extraordinário que [o professor Potsch] vem realizando na Universidade” e o reconhecimento da sua liderança. O momento também marcava a preparação da visita ao Brasil dos especialistas em agricultura da Fundação Ford, quais sejam, F. F. Hill e Lowell Hardin, para ajudar a “definir diretrizes de longo prazo para o trabalho na área da agricultura”, tendo Viçosa como “a primeira grande parada que fariam”. A programação previa dois dias inteiros na Uremg e, em seguida, uma passagem pelo Triângulo Mineiro, onde conheceriam “o local do futuro Centro de Extensão e Pesquisa”. O conteúdo da carta de Hardin ao reitor revela o pano de fundo institucional da cooperação: ele reconhecia o peso das múltiplas funções assumidas pela direção universitária e apontava a fragilidade estrutural do País em termos de quadros qualificados, observando que a saída de técnicos “mais uma vez [evidenciava] o problema contínuo de não dispor de pessoal qualificado suficiente em reserva para que as instituições e os programas [avançassem] independentemente das mudanças de pessoal”. Isso se referia à saída de um funcionário e à ausência imediata de substituto à altura.

Poucos dias depois, em 22 de março de 1966, a Fundação Ford articulava a circulação de especialistas entre projetos financiados no Brasil. Robert A. Mayer informava que Morris Gelfand, consultor da Fundação junto à Universidade de Brasília (UnB), “deixaria Brasília em 25 de abril para Viçosa, onde permaneceria até 6 de maio”. Isso reforçava a ideia de que a Uremg havia se tornado um polo de circulação de saberes técnicos e diagnósticos institucionais no Brasil. O movimento revelava também a formação de uma rede de assessorias técnicas na qual Viçosa aparecia como espaço privilegiado à experimentação de modelos universitários.

A presença da Fundação Ford na UFV marcou a atividade de cooperação internacional e se inseriu no cotidiano universitário, conectando formação de pessoal, pesquisa e condições materiais de trabalho. Na Vila Giannetti, casa 52, a Ford tinha seu ponto de referência. Na época, a residência chamava-se “Casa da Ford”. No dia a dia do campus, a Ford acompanhava a execução de projetos, solicitava relatórios periódicos, promovia reuniões de avaliação e mantinha interlocução direta com a Reitoria e setores estratégicos da universidade. A dinâmica, que refletia uma concepção de cooperação internacional, envolvia planejamento de médio e longo prazos, definição de prioridades acadêmicas e fortalecimento da capacidade de desenvolvimento institucional da própria Universidade.

No plano acadêmico, os setores mais beneficiados pelos recursos financeiros e técnicos da Ford foram as ciências agrárias, a economia rural, a administração universitária e a formação de quadros técnicos para projetos de desenvolvimento agrícola e rural no País. Os recursos concedidos pela Fundação foram aplicados principalmente na formação de docentes no exterior, por meio de bolsas de estudo, estágios avançados e programas



Vista panorâmica do pátio de obras da Biblioteca Central. Ao fundo, a piscina, o prédio da Química, os alojamentos e o Edifício Principal



Prédio da Biblioteca Central em construção



Biblioteca Central, prédio com primeiro pavimento concluído



Cepet Capinópolis

de aperfeiçoamento em universidades norte-americanas, bem como no apoio a projetos acadêmicos e à infraestrutura necessária ao desenvolvimento da pesquisa. As bolsas permitiram que docentes tivessem contato com centros internacionais de pesquisa, novas metodologias científicas e modelos avançados de organização universitária. Ao retornarem ao Brasil, os docentes e técnicos brasileiros passavam a atuar como agentes difusores, criadores e multiplicadores de novos saberes e métodos, que visavam contribuir para a atualização curricular, a introdução de novas disciplinas e a consolidação de práticas de pesquisa sistemáticas.

Embora os documentos disponíveis nem sempre apresentem valores individualizados por ação ou por setor, estudos sobre a atuação da Fundação Ford no Brasil indicam que, entre meados da década de 1960 e o início da década de 1970, a Fundação destinou milhões de dólares a projetos educacionais no País, abrangendo universidades, centros de pesquisa e programas de formação avançada. No caso da Universidade Federal de Viçosa, as correspondências registram apoios de médio e longo prazo, compatíveis com os padrões internacionais da Fundação Ford. No relatório dos 40 anos da Fundação, registrava-se que, só no período entre 1965 e 1968, em apenas dois projetos, mais de 6,5 milhões de dólares foram investidos na Uremg. Como relata o documento, os valores revelam uma “injeção maciça de recursos num período curto de tempo para o desenvolvimento de uma nova instituição de ensino superior voltada para a pesquisa e o ensino da agricultura”.

Quando comparados aos orçamentos universitários brasileiros da década de 1960, esses recursos de fato representavam aportes expressivos, capazes de produzir impactos estruturais duradouros. Mais do que valores em dinheiro, a importância do apoio da Fundação Ford residiu na continuidade dos investimentos, na articulação entre formação de pessoal e reorganização institucional. Essa lógica de financiamento, fundamentada em compromissos institucionais de longo prazo, contribuiu para consolidar a Universidade como um dos principais centros nacionais de ensino e pesquisa nas áreas agrárias e afins, em um momento decisivo da história brasileira.

A cooperação com a Fundação Ford também dialogou com processos mais amplos de reorganização institucional vividos pela Uremg na segunda metade da década de 1960. Esse período foi marcado pela ampliação do número de cursos, pela diversificação das áreas de atuação e pela crescente demanda por formação em nível de pós-graduação. Um marco decisivo nesse contexto foi a própria federalização da Uremg, que aconteceu em 1969. Ao se tornar Universidade Federal de Viçosa, a ligação com a Ford continuou. Foram realizadas mudanças administrativas, acadêmicas e financeiras, exigindo a reorganização de setores, a adequação às normas do sistema federal de ensino superior e a ampliação das atividades de pesquisa e pós-graduação. A presença da Ford nesse período contribuiu para criar condições favoráveis à adaptação da universidade ao novo status institucional, especialmente no que se refere à valorização da formação de pesquisadores, à ampliação

da cooperação internacional e à racionalização da gestão universitária. Já como UFV, a instituição surgiria nas cartas da Fundação não mais como projeto em implantação, mas como obra reconhecida.

Em 1976, Eduardo Venezian, representante da Ford no Brasil, lamentava em carta enviada ao então reitor, Antônio Fagundes de Souza, não ter conseguido comparecer às comemorações do cinquentenário da UFV, mas registrava “a [sua] satisfação e admiração pelo desenvolvimento magnífico que vem alcançando essa instituição nos últimos anos”. Observava, também, concluindo a correspondência, que era forte o seu desejo de ver a Fundação Ford “continuar colaborando – ainda que em escala limitada – para a consecução desse objetivo”.

A continuidade das relações institucionais entre a Fundação Ford e a UFV é evidenciada pelas correspondências trocadas ao longo da década de 1970. Em 19 de setembro de 1970, o assessor da Fundação Ford, G. Edward Schuh, comunicou ao reitor, Edson Potsch Magalhães, a visita do presidente da Fundação ao Brasil e a realização de reuniões nas quais a situação da UFV seria discutida. Esse documento revelava o interesse da Fundação em acompanhar o desenvolvimento da Universidade mesmo após a federalização. Nele, Schuh observava que “a necessidade imediata é fortalecer a capacidade de Viçosa para a formação em pós-graduação e para a pesquisa. Isso exigirá a ampliação das instalações laboratoriais, o fortalecimento do acervo da biblioteca e o apoio à formação avançada de docentes no exterior”.

Em termos contemporâneos, a Fundação Ford continua ativa no Brasil, embora sua atuação não seja mais diretamente reportada nas plataformas públicas de doações com registros oficiais vinculados à Universidade Federal de Viçosa. Hoje, a Fundação Ford se concentra em fortalecer valores democráticos, reduzir desigualdades e promover justiça social. Seu escritório no Brasil, sediado no Rio de Janeiro, apoia iniciativas voltadas à promoção de direitos humanos, justiça racial, direitos de propriedade de terra e outros temas sociais relevantes.

As parcerias de cooperação técnica internacionais evidenciam um movimento conjunto que se traduziu no fomento à pesquisa, na expansão e na qualificação dos espaços físicos da universidade, e no investimento na pós-graduação, por meio de bolsas de pesquisa e programas de intercâmbio, além de outras iniciativas que consolidaram a UFV como centro dinâmico de produção e difusão do conhecimento. Para além dos seus elementos de estruturação interna e de construção da cultura institucional, o diálogo com a comunidade, perpassando as fronteiras da UFV, foi e é uma característica marcante da instituição ao longo do seu centenário, como veremos no próximo capítulo.



Vista paronâmica do campus





A história da relação entre a universidade e a sociedade no Brasil confunde-se, em muitos aspectos, com a própria trajetória da Universidade Federal de Viçosa. Desde suas origens, tal relação na instituição se tornou uma de suas referências mais duradouras, especialmente no campo da extensão rural. A extensão universitária constitui uma das dimensões fundamentais da universidade pública, ao lado do ensino e da pesquisa. Sua trajetória reflete as transformações políticas, sociais e educacionais do País, bem como as diferentes concepções sobre a função social da universidade. Ao longo do tempo, a extensão universitária evoluiu de uma prática assistencial e difusionista para uma concepção dialógica, participativa e transformadora. Essa trajetória reflete a busca contínua por uma universidade pública socialmente comprometida, capaz de dialogar com a sociedade e contribuir para a construção de um desenvolvimento mais justo e democrático. Assim, podemos afirmar que, ao longo dos seus 100 anos, a UFV atuou como laboratório vivo dos avanços da ciência e das transformações da extensão: do modelo difusionista à abordagem dialógica, da centralidade do agricultor à valorização da diversidade social, da transmissão do saber à produção compartilhada do conhecimento.

Como visto no Capítulo 1, desde a fundação da Esav, com a inspiração no modelo dos *land-grant colleges* norte-americanos, Peter Henry Rolfs defendia que a universidade não deveria existir apenas para formar elites técnicas, mas sim para ter o compromisso de servir diretamente à sociedade, em especial aos agricultores, por meio da aplicação prática do conhecimento científico. Ou seja, uma universidade agrária não deveria se fechar em seus laboratórios, mas antes precisava levar a universidade ao campo e trazer o campo à universidade.

Três anos depois de sua fundação, em 1929, essa vocação se materializou de forma emblemática com a realização da primeira Semana do Fazendeiro - um evento que, desde então, atravessa gerações, transformações institucionais e mudanças sociais, mantendo-se vivo como expressão do compromisso social da universidade. Além da Semana do Fazendeiro, a Esav também promovia, desde os seus primórdios, outras ações extensionistas, como exposições temáticas (Semana do Milho, Semana das Flores, Exposição de Citrus), visitas técnicas à escola, edição de boletins informativos e atendimento direto aos produtores por meio de correspondências, práticas típicas do modelo extensionista importado dos Estados Unidos.



Casa Arthur Bernardes

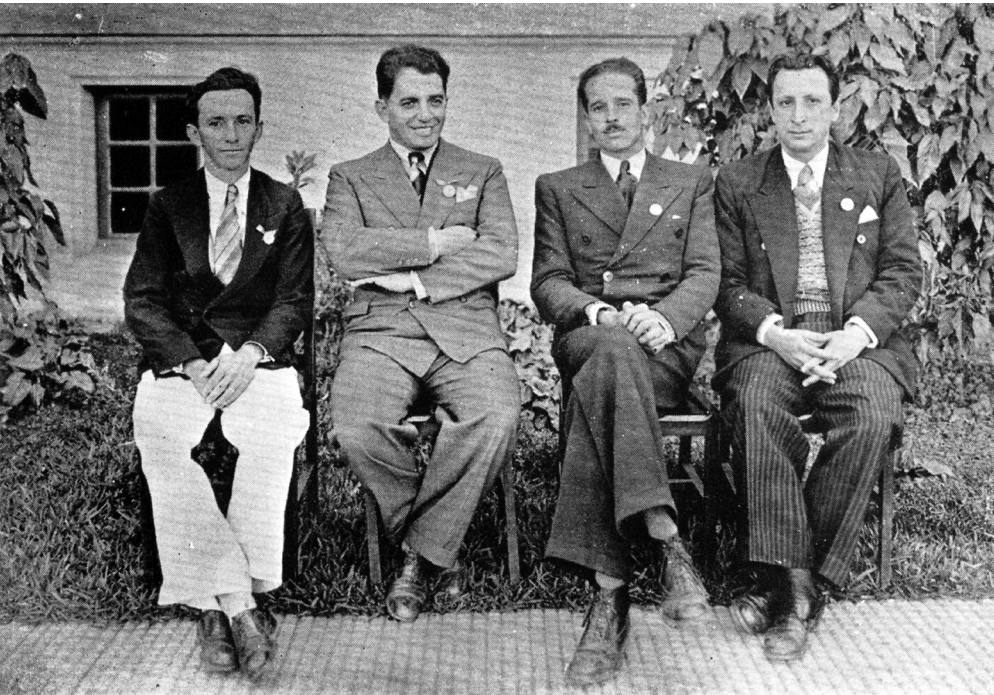
Em 1929, portanto, a Esav abriu suas portas para o público de modo sistemático. A criação da Semana do Fazendeiro representou um marco tanto para a história da Esav quanto para a extensão universitária brasileira. Em um período em que a extensão ainda era incipiente no País, o evento consolidou-se como uma das primeiras experiências sistemáticas de difusão do conhecimento científico para além das Quatro Pilastras, atraindo públicos externos e tornando-se um dos mais antigos eventos de extensão universitária e referência nacional na articulação entre universidade e sociedade rural.

O evento que marcou seu sucesso chega aos dias atuais como a marca mais notável de seu extensionismo. A iniciativa, que começou com o oferecimento de cursos de agricultura e manejo de animais a produtores da Zona da Mata mineira, logo se estendeu a agricultores e a pecuaristas de todo o País. A programação, que incluía a difusão de técnicas de cultivo, sementes, nutrição e manejo, contava com aulas ministradas diretamente nas fazendas de experimentação da Esav. O trabalho, que levava para fora da Escola os resultados de suas pesquisas, atendia também às demandas práticas do produtor. Isso trazia a sociedade para dentro do campus e o campus para perto da sociedade. Diversas pessoas saíam anualmente de diferentes partes de Minas e do Brasil para passar uma temporada em Viçosa. Até hoje é assim.

A idealização do evento teve origem em uma visita realizada em 1928, à Esav, pelo médico e agricultor Jacintho Soares de Souza Lima, acompanhado por um grupo de produtores rurais do município de Ubá (MG). Essa visita evidenciou a demanda dos agricultores por capacitação técnica sistemática, o que levou à estruturação de um evento anual voltado à difusão de conhecimentos agrícolas. Os fundadores da Semana do Fazendeiro foram:

- Jacintho Soares de Souza Lima - médico e produtor rural, liderança política na vizinha cidade de Ubá, principal articulador da aproximação entre a Esav e os agricultores da região;
- João Carlos Bello Lisboa - então diretor da Esav, figura central na institucionalização do evento e responsável pela criação da Secretaria da Semana do Fazendeiro;
- Joaquim Fernandes Braga - professor do Departamento de Zootecnia da Esav, posteriormente primeiro reitor da Uremg;
- José Coelho da Silva - egresso da Esav e professor da instituição.

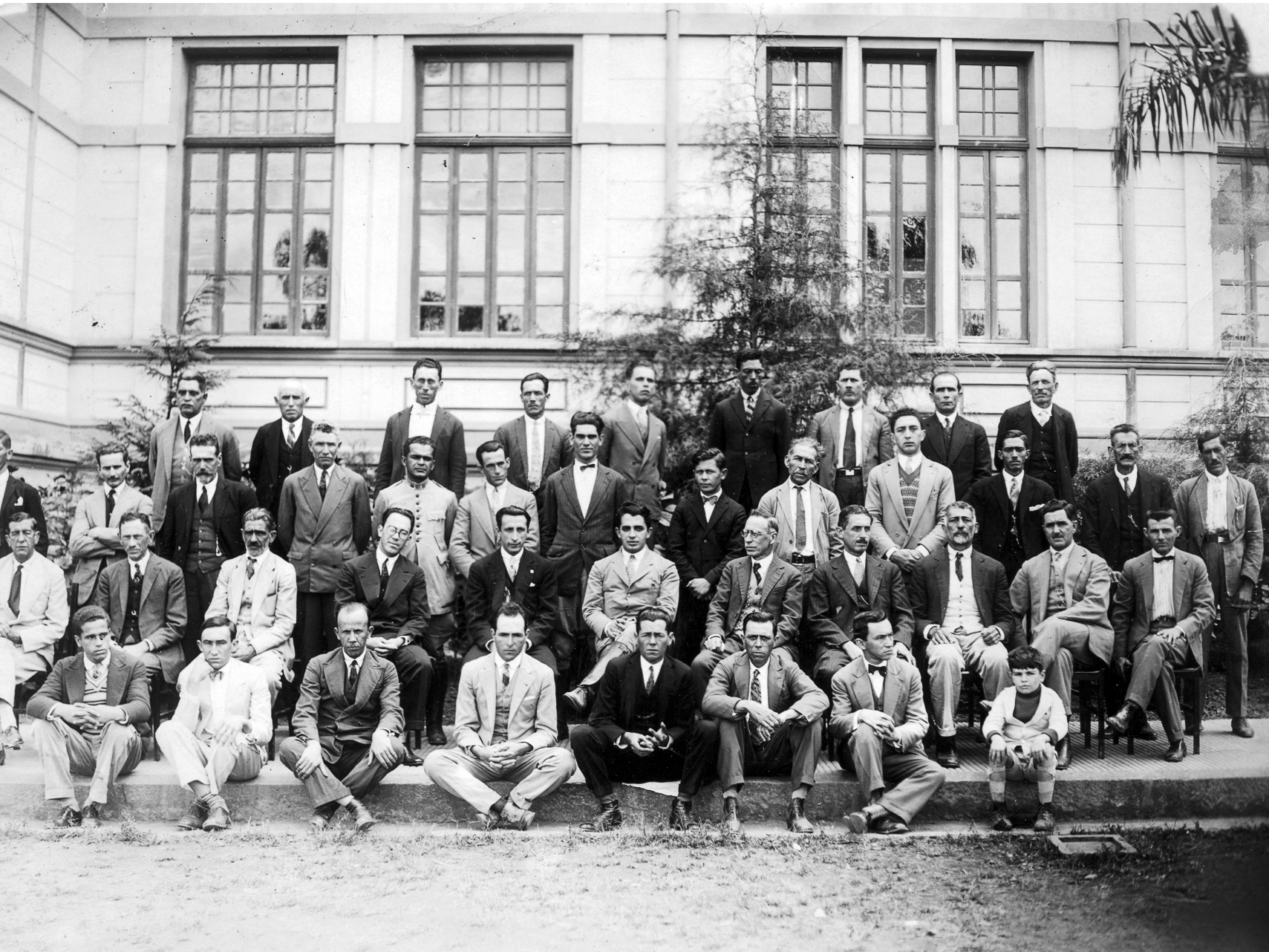
A primeira edição da Semana do Fazendeiro, em 1929, marcou um momento decisivo na relação entre a UFV e a sociedade. Pessoas de fora da universidade passaram a ocupar o espaço acadêmico para aprender, trocar experiências e conhecer novas técnicas de produção, de modo que, em sua estreia, o evento contou com a participação de



Fundadores da Semana do Fazendeiro: José Coelho da Silva, João Carlos Bello Lisboa (Diretor da Escola), Professor Joaquim Fernandes Braga e Drº Jacinto Soares Souza Lima

cerca de 300 agricultores. Tal número era bastante significativo para a época, visto que os deslocamentos eram um desafio hercúleo, feitos, muitas vezes, a cavalo, em estradas precárias, ou por ferrovias rudimentares. O objetivo era simples, mas revolucionário: oferecer cursos práticos de curta duração sobre técnicas de cultivo, manejo de gado e economia doméstica.

Durante a edição inaugural, os participantes tiveram acesso a uma programação pensada para responder às demandas concretas do meio rural: cursos e aulas práticas, palestras técnicas, exposições, atividades culturais, demonstrações de campo e visitas às instalações da escola, abordando temas relacionados à agricultura, à pecuária e à organização das propriedades rurais. Os conteúdos eram apresentados por professores e técnicos da Esav, com foco na aplicação direta no cotidiano do campo. Mais do que um conjunto de atividades formativas, a Semana do Fazendeiro de 1929 consolidou-se como um espaço de convivência e diálogo, fortalecendo os vínculos entre a escola e os produtores rurais. O evento fomentou a criação de uma tradição que ampliou seu alcance regional e passou a receber produtores de diferentes localidades, firmando-se como referência em capacitação agrícola.



Fazendeiros que participaram da “I Semana do Fazendeiro” em frente ao Edifício Principal. Nota-se a presença do Diretor Bello Lisboa ao centro e ao seu lado (direito) o Drº Jacinto Soares Souza Lima (um dos principais fundadores do evento), e os professores Diogo Alves de Mello e Joaquim Fernandes Braga. Entre os Fazendeiros encontram-se: Francisco “Peixoto”; José Inácio De Moura; Sebastião Vieira De Andrade; Joaquim Coelho da Silva; José Coelho Da Silva; Candido Moreira Cadête; Joaquim da Costa Cruz; José Augusto Rezende; Adolpho Peixoto; Joaquim José Inácio de Moura; Antonio De Moura; José Francisco Reis; Hosácio Pereira Pontes e o “Zeca”



Comemoração dos participantes da primeira Semana do Fazendeiro (julho de 1929) ao lado do Diretor Bello Lisboa.

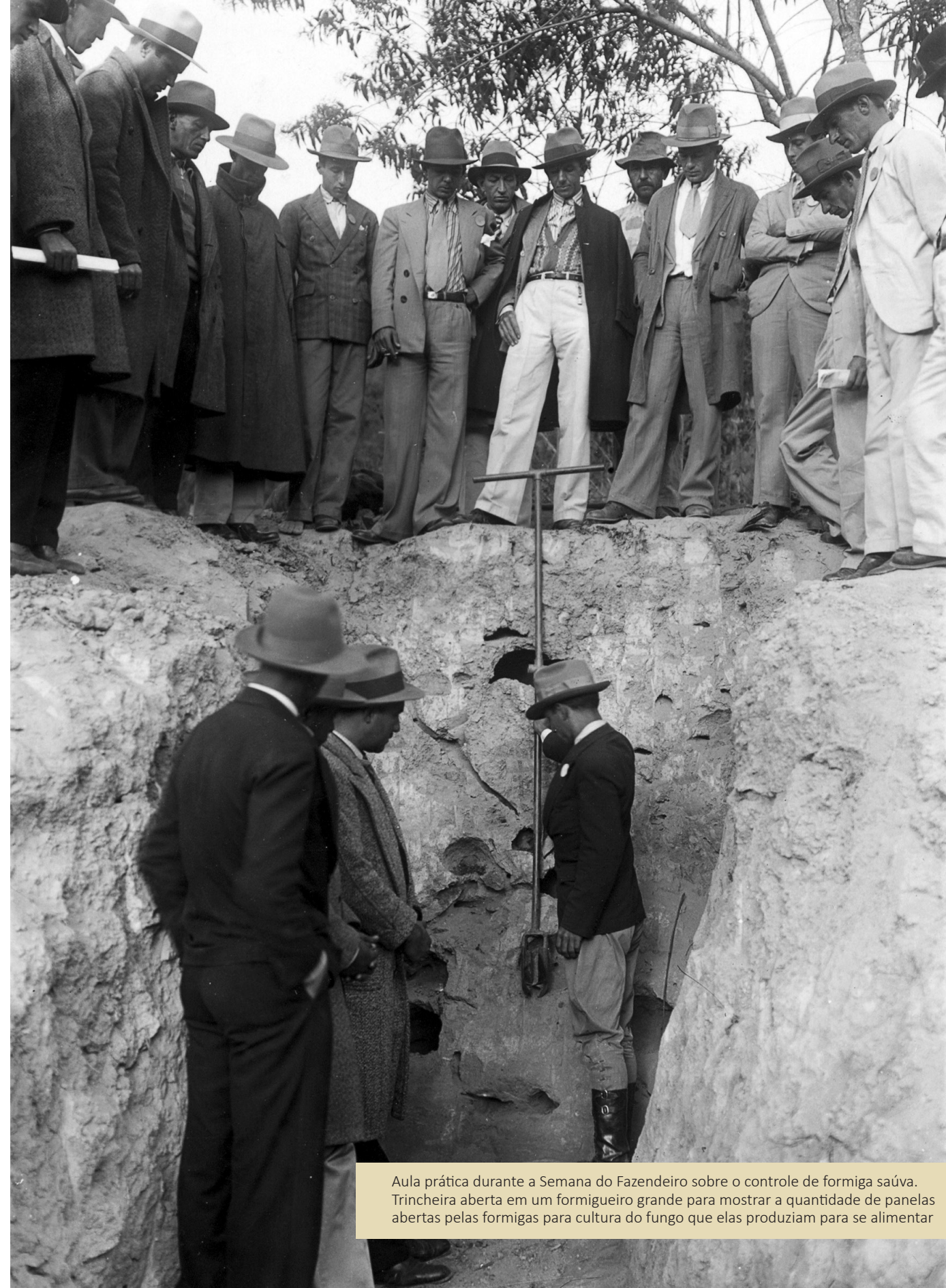


Professores e fazendeiros participantes da Primeira Semana do Fazendeiro. Na segunda fila da esquerda para direita encontram-se: Jacinto Soares Souza Lima (um dos fundadores da Semana do Fazendeiro); Peter Henry Rolfs (como visitante); o professor Diogo Alves de Mello e o Diretor Bello Lisboa. Encontram-se sentados uma família de fazendeiros (avô, pai e filho)

Nos seus primeiros anos, a Semana do Fazendeiro refletia o perfil social e político da agricultura brasileira da época. O público, majoritariamente masculino, era composto por agricultores de maior poder econômico, considerados agentes multiplicadores do conhecimento técnico difundido pela universidade. A presença feminina era praticamente inexistente, sendo registrada de forma pontual apenas a partir da década de 1940, em um contexto institucional ainda marcado por fortes restrições à participação das mulheres nos espaços acadêmicos da Esav.



Fundadores da Semana do Fazendeiro, Diretor Bello Lisboa e o Médico Jacinto Soares, recepcionando participantes ao evento. Foto tirada em frente ao primeiro dormitório da Esav



Aula prática durante a Semana do Fazendeiro sobre o controle de formiga saúva. Trincheira aberta em um formigueiro grande para mostrar a quantidade de painéis abertos pelas formigas para cultura do fungo que elas produzem para se alimentar



Participantes da Semana do Fazendeiro em aula prática nas proximidades da Avenida da Agronomia



Palestra realizada pelo Diretor Bello Lisboa no Vale da Agronomia



Corpo docente, discente e dirigentes da Esav junto aos participantes da Semana do Fazendeiro na escadaria do Prédio Principal

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, a Semana do Fazendeiro consolidou sua tradição. O crescimento da participação do público no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) evidenciava a busca dos produtores por conhecimentos que possibilitassem o aumento da produtividade agrícola, em um cenário de escassez e reorganização da economia global. Nesse período, surgiram iniciativas que ampliaram o alcance social do evento, como o *Mês Feminino*, realizado em 1935 e em 1936, voltado à formação de mulheres do meio rural. Diferentemente da programação tradicional da Semana do Fazendeiro, concentrada em cursos intensivos de curta duração, o *Mês Feminino* ampliava o tempo e o foco das atividades, destinando um mês inteiro à formação das mulheres ligadas às famílias rurais. Durante o evento, eram ofertados cursos sobre gestão do lar, limpeza, horticultura e puericultura. Embora refletisse os valores e limites das questões femininas de seu tempo, representou um reconhecimento da mulher como sujeito da ação extensionista, algo ainda raro no Brasil, bem como antecipou discussões sobre gênero e educação no meio rural e reforçou a ideia de que o desenvolvimento agrícola envolvia também a organização da vida familiar e comunitária. Mesmo inserida em um contexto histórico específico, essa ação revelou a capacidade de o evento dialogar com diferentes públicos e responder às múltiplas dimensões da vida no campo, antecipando debates que se tornariam centrais no futuro.

Desde sua origem, a Semana do Fazendeiro expressava a vocação extensionista que marca a trajetória da UFV. Foi concebida como um espaço privilegiado de socialização



Grupo de mulheres participantes da Semana do Fazendeiro em 1931



Grupo de mulheres, participantes do Mês Feminino. Na imagem vê-se Bello Lisboa ao centro

do conhecimento científico produzido na universidade e das necessidades concretas do meio rural e da sociedade como um todo. Em um contexto marcado pelo empirismo na agricultura e pela escassez de formação técnica no campo, o evento representou uma inovação: agricultores, produtores rurais e suas famílias passaram a ocupar o espaço universitário, em contato direto com docentes, técnicos administrativos, estudantes e uma ampla rede de parceiros internos e externos à Universidade.

Dessa forma, a importância da Semana do Fazendeiro reside, entre outros fatores, em seu papel estruturante na construção da identidade institucional. O evento consolidou a universidade como referência nacional e internacional em agricultura, zootecnia e áreas afins, ao mesmo tempo em que reforçou seu compromisso social com o desenvolvimento rural. Ao longo das décadas, tornou-se um espaço permanente de diálogo com a sociedade, contribuindo para a legitimação pública da universidade e para o fortalecimento de sua função social.

Do ponto de vista da extensão universitária, a Semana do Fazendeiro desempenhou papel pioneiro ao institucionalizar práticas de formação continuada voltadas ao público externo. Cursos de curta duração, palestras, demonstrações práticas, exposições, atendimentos técnicos e diálogo entre os diversos agentes envolvidos constituíram, desde os primeiros anos, ações que aproximavam a universidade das demandas concretas do campo. Essas práticas contribuíram para a difusão de inovações tecnológicas, para a modernização da agricultura e para a melhoria das condições de vida no meio rural, especialmente em Minas Gerais e em regiões vizinhas.

No plano nacional, a Semana do Fazendeiro passou a ser reconhecida como modelo de evento extensionista, destacando-se como espaço de diálogo, troca de experiências e construção de vínculos entre a universidade e a sociedade. Sua longevidade e capacidade de adaptação aos avanços científicos e às transformações sociais, econômicas e políticas do País fizeram com que o evento influenciasse a organização de ações extensionistas em outras instituições de ensino superior espalhadas pelo país. Ao longo de seus quase cem anos de existência, a Semana do Fazendeiro tem contribuído para consolidar a ideia de que a universidade pública deve assumir papel ativo na difusão do conhecimento e no enfrentamento dos desafios do desenvolvimento nacional.

Outro aspecto fundamental de sua importância é a capacidade de adaptação ao longo do tempo. Com a transformação da Esav em Uremg, em 1948, e posteriormente em UFV, em 1969, a Semana do Fazendeiro manteve sua centralidade. Em cada fase institucional, o evento se adaptou às demandas do tempo, acompanhando as políticas públicas de extensão rural, os avanços tecnológicos e as transformações sociais do campo brasileiro. Com a criação da Uremg, a Semana do Fazendeiro ganhou novo impulso institucional, acompanhando a expansão da universidade e reafirmando seu elo entre



Aula prática de apicultura durante a Semana do Fazendeiro com a presença feminina

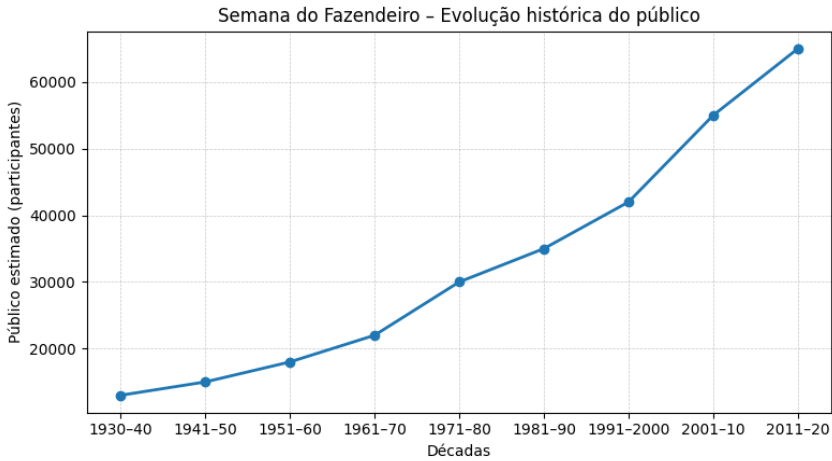


Grupo de mulheres na aula de Transplântio

ensino, pesquisa e sociedade. Em sintonia com o crescimento da Uremg e, posteriormente, da UFV, a Semana do Fazendeiro ampliou seu público, seus temas e sua abrangência. O evento passou a atrair agricultores, técnicos, professores, extensionistas, estudantes e visitantes de diversas regiões do País.

A partir da década de 1960, a extensão universitária no Brasil passou a ser alvo de críticas, sobretudo em relação ao seu caráter vertical e assistencialista. Novas concepções passaram a defender a extensão como processo educativo e dialógico. A Semana do Fazendeiro passou, então, a incorporar gradualmente novas metodologias, ampliando os públicos atendidos e reconhecendo os saberes populares como parte legítima do processo extensionista. Já nos anos 1980-90, entendendo a extensão como processo educativo, a Semana do Fazendeiro incorporou novas abordagens, valorizando a troca de saberes, a participação dos agricultores e a diversidade de públicos, sem perder seu caráter formativo.

A partir dos anos 2000, focando na pluralidade e inovação, o evento ampliou sua programação, incorporando temas como agricultura familiar, sustentabilidade, gênero, juventude rural e inovação tecnológica. A valorização dos saberes populares, a ampliação dos públicos participantes e a inclusão de temáticas sociais, culturais e ambientais demonstraram a capacidade de se reinventar do evento, e de posicionar a universidade em diálogo com as demandas contemporâneas da sociedade brasileira. A Semana do Fazendeiro passou a dialogar com outros eventos extensionistas da UFV, fortalecendo uma rede institucional de extensão. Às vésperas de completar 100 anos, a Semana do Fazendeiro reafirma seu papel como o mais longo e emblemático evento de extensão da UFV. Mantendo viva sua essência, o evento se reinventa para dialogar com os desafios contemporâneos do campo e da sociedade.



Evolução estimada do público da Semana do Fazendeiro, com base em registros institucionais e tendências históricas do evento

Ao longo do tempo, a diversidade temática e a participação de diferentes áreas do conhecimento refletiram a própria pluralidade da UFV. A Semana do Fazendeiro tornou-se um espaço interdisciplinar, onde ciência, cultura, políticas públicas e saberes tradicionais se encontram, reafirmando o papel da universidade enquanto agente de desenvolvimento sustentável e socialmente referenciado. Iniciativas como a Troca de Saberes, a Semana da Mulher Rural e a Semana da Juventude Rural ampliaram o escopo do evento, reforçando seu caráter inclusivo, participativo e socialmente comprometido.

A Troca de Saberes expressa, de maneira viva e concreta, a concepção contemporânea de extensão universitária: o reconhecimento e o respeito à diversidade de saberes produzidos tanto dentro quanto fora dos muros acadêmicos. Inserida na programação da Semana do Fazendeiro e de outros eventos extensionistas da UFV, representa um espaço de encontro entre acadêmicos, agricultores, trabalhadores rurais, povos e comunidades tradicionais, técnicos extensionistas, lideranças e demais interessados em compartilhar experiências, práticas e conhecimentos. Entre suas atividades, encontramos rodas de conversa, oficinas práticas, apresentações de saberes populares, encontros temáticos e vivências que tratam de temas como agricultura sustentável, manejo ambiental, cultura alimentar, práticas agroecológicas, educação popular, artesanato, tradições culturais, gênero e juventude no meio rural, demonstrando a diversidade de experiências que este espaço busca acolher e valorizar. Entre seus objetivos, estão a valorização de experiências vividas pelas pessoas, a construção conjunta de soluções e práticas sustentáveis para desafios locais e regionais, a interação entre diferentes formas de conhecimento, o fortalecimento de redes de cooperação entre universidade e sociedade, a formação de sujeitos críticos e protagonistas de suas realidades. O evento assume uma dimensão democrática, na qual ciência e saberes tradicionais se encontram e se enriquecem mutuamente.

A Semana da Mulher Rural também é um dos eventos extensionistas que integram a Semana do Fazendeiro. A programação inclui atividades variadas, como palestras educativas e motivacionais, oficinas e cursos práticos, momentos de convivência e atividades culturais, exposições e intercâmbios de saberes. Inserida há mais de uma década na programação do evento, a Semana da Mulher Rural tem desempenhado um papel importante na visibilização das mulheres como protagonistas do desenvolvimento rural, gerando impactos que se estendem para além da semana em si, desde a criação de grupos de mulheres empreendedoras até a adoção de práticas sustentáveis nas propriedades e o fortalecimento da participação feminina em organizações comunitárias.

Já a Semana da Juventude Rural revela a ampliação do olhar da universidade sobre os sujeitos do campo e sobre o próprio sentido do desenvolvimento rural. No início do século XXI, a juventude rural passou a ocupar lugar central no debate público nacional. Temas como o êxodo rural juvenil, a sucessão familiar e o acesso à educação e às políticas públicas ganharam visibilidade. A UFV começou a incorporar essas discussões em seus

Realização:

PEC

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

DESDE 1929

Semana do

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Fazendeiro

Promoção:

UFV

1929-2029

96^a Semana do Fazendeiro

Formando pessoas e transformando a agricultura e a pecuária que alimentam o Brasil e o mundo

18 a 26 de julho de 2026

Campus Viçosa - MG

17ª Troca de Saberes
18 a 20 de julho

13ª Semana da Mulher Rural
21 a 22 de julho

17ª Semana da Juventude Rural
23 de julho

www.semanadofazendeiro.ufv.br
(31) 3612-2013 / 3612-2014
semanadofazendeiro@ufv.br

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CURSOS

JUVENTUDE/ MULHER RURAL

CONVERSA COM ESPECIALISTA

ESTANDES DIVERSOS

ATIVIDADES CULTURAIS

TORNEIO LEITEIRO

TROCA DE SABERES

Patrocinadores:

FAEMG SENAR

FUNARBE
Fundação Arthur Bernardes

produtos viçosa

tecnoparq
Parque Tecnológico de Viçosa

Agros
Unidade UFV de Agricultura Social

fundação sif

facev.

SICOOB
UFVCredi

Apoiadores:

PREFEITURA DE VIÇOSA
gestão que transforma

Família da Gente

POPLUSUFV

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

Instituto Mineiro de Agropecuária

Instituto Estadual de Florestas

Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

Instituto Mineiro de Gestão das Águas

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Hortaliças

Cartaz da Semana do Fazendeiro em 2026

126

127

projetos de extensão e na programação da Semana do Fazendeiro, configurando-se como um eixo temático próprio, ainda em construção, mas já reconhecido como estratégico para o futuro do campo e da própria extensão universitária. A partir do final da primeira década dos anos 2000, a Juventude Rural se consolidou de forma mais clara na extensão da UFV, simbolizando o momento em que a universidade ampliou seu olhar, reconhecendo novos sujeitos e reafirmando seu compromisso com a construção coletiva do conhecimento e com o futuro do meio rural brasileiro.

Dentro da Semana do Fazendeiro, surgem encontros, oficinas e programações específicas voltadas aos jovens do meio rural, muitas vezes também articuladas à Troca de Saberes. Rodas de conversa, oficinas participativas, vivências, atividades culturais e espaços de escuta são algumas das atividades oferecidas. Questões como agroecologia, gênero, identidade, cultura, trabalho, sustentabilidade e inovação social integram as discussões. O jovem rural passa a ser reconhecido como sujeito social, portador de saberes, expectativas e projetos de vida diversos, e não apenas como sucessor da propriedade familiar.

A Semana do Fazendeiro tornou-se também um espaço de construção de memórias e identidades. Para milhares de agricultores, estudantes, técnicos e professores, o evento representa um lugar de encontro, aprendizagem e reconhecimento mútuo. A longevidade da Semana do Fazendeiro transformou o evento em um verdadeiro lugar de memória da UFV. Cartazes, fotografias, cadernos de cursos, depoimentos e registros administrativos compõem um acervo que conta não apenas a história do evento, mas da própria universidade e da extensão no Brasil.

Assim, sua importância ultrapassou a dimensão como evento anual: representa uma tradição extensionista viva, que acompanhou as transformações da universidade e da sociedade brasileira ao longo de quase um século. Entre memórias e transformações, o evento segue vivo, reinventando-se a cada edição, sem perder suas raízes, com a certeza de que a ciência, quando compartilhada, transforma realidades - e que a extensão universitária é um dos caminhos mais potentes para essa transformação.

Dentre as suas principais contribuições, podemos citar: difusão de Tecnologia e Inovação, visto que o evento serve para testar e entregar suas pesquisas; desenvolvimento social e qualificação, pois milhares de pequenos e médios produtores encontram no evento a única oportunidade formal de capacitação; fortalecimento da economia regional, movimentando um grande montante de recursos financeiros na Zona da Mata mineira, além da geração de empregos e oportunidades de negócios que sustentam muitas famílias durante todo o ano.

A Semana do Fazendeiro também serviu de inspiração para outras atividades nos demais campi da UFV.

Criada em 1969, a Semana do Produtor Rural do Campus Florestal nasceu em um momento de expansão da Universidade Federal de Viçosa e de fortalecimento das ações de extensão universitária no Brasil. Desde sua origem, o evento esteve fortemente enraizado no território, respondendo às demandas específicas das comunidades locais e regionais, sendo concebido como espaço de aproximação entre a universidade e os produtores rurais da região, oferecendo formação técnica, atualização profissional e troca de experiências.

Nas primeiras décadas, o evento esteve fortemente voltado à difusão de técnicas agropecuárias, com cursos práticos, palestras e demonstrações de campo direcionadas às demandas imediatas do meio rural. A partir dos anos 1980 e 1990, acompanhando as transformações conceituais da extensão universitária, passou por um processo de ampliação temática e metodológica. Novos públicos foram incorporados, incluindo estudantes, técnicos, trabalhadores rurais e agricultores familiares, e temas como sustentabilidade, agroindústria, meio ambiente e organização social integraram-se à programação. No século XXI, a Semana do Produtor Rural consolidou-se como o principal evento extensionista do Campus Florestal, articulando ensino, pesquisa e extensão. A programação tornou-se ainda mais diversificada, com oficinas, cursos, rodas de conversa e atividades interativas, reforçando a extensão como espaço de troca de saberes e formação cidadã.



Semana do Produtor Rural de Florestal

No Campus Rio Paranaíba, o evento extensionista mais importante atualmente é a Semana de Extensão e Aprimoramento Regional (Semear) - uma iniciativa anual, que teve sua primeira edição em 2018 e que reúne variadas ações de extensão voltadas tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade. Entre os seus objetivos principais, destacam-se: fortalecer as atividades de ensino, pesquisa e extensão no Campus Rio Paranaíba; oferecer treinamentos e qualificação profissional em diversas áreas do conhecimento, e proporcionar à comunidade local oportunidades de cultura, lazer e educação continuada.

A Semear tem crescido em abrangência desde sua primeira edição, oferecendo cursos, palestras, oficinas e atividades culturais voltadas a públicos variados - incluindo educação contínua, debates sobre temas contemporâneos, atividades para crianças e ações comunitárias engajadas com a região. Em relatórios institucionais da UFV, a Semana de Extensão e Aprimoramento Regional é destacada como o principal evento extensionista do Campus Rio Paranaíba, realizado de forma contínua com foco na integração entre universidade e sociedade regional.



Atividades da Semear

Além dos eventos acima descritos, as relações entre a UFV e a comunidade podem ser visualizadas em diferentes projetos realizados e implementados ao longo da trajetória da instituição. Um dos espaços representativos na realização desses projetos é a Divisão de Arte e Cultura - DAC, criada em 1976, e vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. A DAC empreende diferentes ações de promoção, preservação e difusão da arte e da cultura dentro e fora do ambiente universitário. Tais ações compreendem as áreas de memória e patrimônio cultural, produção musical, e difusão cultural, no apoio a eventos, grupos artísticos e intercâmbios culturais.

Um local emblemático na história da universidade e da representação da memória e do patrimônio cultural universitário é a Estaçãozinha, ou Estação Cultural da UFV, antiga estação ferroviária, construída nos tempos da Esav para a parada dos trens. Em 1952 a edificação foi ampliada passando a comportar o posto dos Correios e Telégrafos. Até meados da década de 1980 o trem trafegou por Viçosa e, em 1996, com a privatização da concessão ferroviária, o tráfego no trecho foi encerrado. Em 2003, a Estação foi revitalizada e, em 22 de março de 2011 iniciou suas atividades de fomento artístico-cultural no âmbito da UFV, com exposições de natureza histórica, científica e cultural, além de apresentações de shows. Dessas atividades, destaca-se o Projeto Quinta Cultural, que movimenta o Campus Viçosa em horários de almoço ou jantar, com apresentações de artistas locais e regionais na Estaçãozinha, difundindo arte e cultura no ambiente universitário, sendo o evento gratuito e aberto a toda comunidade.



Recepção ao Diretor João Carlos Bello Lisboa após uma viagem à Europa e EUA (década 1930)

Junto a isso, a UFV do centenário conta com 13 espaços de divulgação de ciência e cultura, sendo eles: museus, espaços de ciência e áreas ambientais protegidas dentro do Campus Viçosa. São espaços abertos à visitação, que apresentam uma ampla variedade de temas, acervos, exposições, atividades ao ar livre, caminhadas, dentre outros. Tais espaços estão integrados à Secretaria de Museus e Espaços de Ciência - Semec - da Universidade Federal de Viçosa, criada em 2015, cuja fundação marcou a institucionalização de uma política integrada para museus e espaços de ciência, com o objetivo de preservar e fortalecer a memória institucional. A Semec passou a coordenar ações de divulgação e preservação de acervos, bem como a realização de eventos coletivos, o agendamento de visitas e o apoio à manutenção dos museus e espaços de ciência da universidade. A Secretaria também contribui para a formação de equipes, a captação de recursos e a elaboração de projetos de extensão, consolidando a dimensão museológica como política institucional da universidade.

Um dos espaços de cultura com particular representatividade na relação com a comunidade é a Casa Arthur Bernardes. Situada na região central da cidade de Viçosa, a Casa foi construída entre 1922 e 1926, sendo de propriedade do ex-presidente da República, Arthur da Silva Bernardes. A Casa foi tombada pelo Estado em 1989, pelo Decreto Estadual n. 29.399, de 21 de abril, inscrito no Livro de Tombo n.º II, do tombo de Belas Artes e no Livro de Tombo n.º III, do tombo Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos. Em 26 de agosto de 1996, a Casa foi reinaugurada sob a gestão da Universidade Federal de Viçosa, estando, atualmente, vinculada à DAC. Além da exposição permanente que conta com mobiliários, pertences pessoais e documentos de Arthur Bernardes, a Casa também é um espaço cultural aberto para exposições, eventos institucionais, lançamento de livros, cerimônias de entrega de prêmios, dentre outras atividades com foco na disseminação e no fortalecimento da cultura local.

No interior da UFV, temos o Museu Histórico que foi criado no ano de 1986 e remonta à história da universidade em seus 100 anos. Tendo como missão a reunião, a preservação e a divulgação da memória institucional, o Museu ocupa um papel singular na difusão cultural e na extensão universitária. O acervo abrange elementos das três fases da história da instituição, compreendendo objetos pessoais de João Carlos Bello Lisboa, itens laboratoriais, maquinários utilizados em aulas de campo, equipamentos que fizeram parte das rotinas administrativas da universidade, louças utilizadas nos mais diversos setores da instituição, e mapas dos terrenos e propriedades da UFV. Vinculada à DAC, ocupa o espaço da antiga residência de João Carlos Bello Lisboa, onde também se encontra a Pinacoteca da UFV.

A Pinacoteca, criada em 23 de fevereiro de 1973, apresenta-se como um espaço de promoção de exposições artísticas, tanto de artistas reconhecidos nacionalmente quanto de novos talentos. Trata-se de um espaço democrático de incentivo e valorização da cultura e da expressão artística. Seu acervo conta com mais de 600 obras que são expostas tanto na própria Pinacoteca, quanto em setores e departamentos da UFV.



Casa Arthur Bernardes



Exposição na Pinacoteca



Construída em 1926 como residência do Vice-Diretor, passa ser ocupada pelos diretores a partir da década de 1940. Posteriormente, começa a funcionar como Casa de Hóspedes e, desde 2013, como sede do Museu Histórico e Pinacoteca da UFV

A Universidade Federal de Viçosa, como destacado, abriga também outros espaços museológicos e de preservação ambiental, com acervos voltados para áreas específicas do saber, sendo utilizados para fins de ensino, pesquisa e extensão, e abertos a visitantes. São esses: o Museu de Ciências da Terra Alexis Dorofeef; o Museu de Zoologia João Moojen; a Sala Mendeleev; o Museu da Comunicação; o Herbário VIC; o Horto Botânico; a Mata da Biologia (mais conhecida como Recanto das Cigarras); o Parque Interativo de Botânica; a Mata do Paraíso e o Museu de Entomologia.

No âmbito da memória institucional, o já citado Arquivo Central e Histórico da UFV, vinculado ao Departamento de História, reúne documentos, jornais, fotografias e diversas outras fontes que narram não apenas a trajetória da universidade, mas também a própria história da cidade de Viçosa, contribuindo para a difusão do valor dos documentos na sociedade. Por essa razão, se constitui como importante locus de pesquisa, atraindo pesquisadores de diferentes espaços e interesses, acolhendo visitas de escolas da educação básica e atendendo a estudantes de graduação e pós graduação da UFV na construção de seus trabalhos. O ACH também se configura como espaço de orientação para profissionais



Bromeliário



Museu Alexis Dorofeef



Mata do Paraíso



Horto Botânico

de outras instituições interessados no tratamento de seus acervos, além de funcionar como um laboratório vivo de ensino e pesquisa para diferentes cursos da instituição.

Se falamos de repositório da memória institucional, é importante também citar um marco para a expansão e a divulgação junto à sociedade do conhecimento produzido nos laboratórios e campos de pesquisa da universidade, que foi a criação da Editora UFV em maio de 1996. A Editora, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, reforça a missão de transformar pesquisas e estudos em obras que possam circular, dialogar e manter o saber em movimento para além da vida acadêmica. Para isso, conta com um catálogo que abrange diversas áreas do conhecimento, e fomenta a criação artística através de concursos literários que incentivam novos escritores e revelam talentos ainda em formação. Atenta à mudança do perfil dos leitores e dos avanços tecnológicos, a Editora também atua na elaboração de e-books como uma iniciativa para democratizar o acesso aos títulos publicados, buscando maior diversidade e inclusão.



Editora UFV

Uma outra forma de interação entre a UFV e a sociedade, com um impacto para muito além do campus, é a participação da universidade junto ao Projeto Rondon. O projeto foi criado em 1967, no então Ministério do Interior. O Rondon é uma ação extensionista de abrangência nacional, hoje coordenada pelo Ministério da Defesa. O principal objetivo é o de contribuir com o desenvolvimento da cidadania nos estudantes universitários, por meio da atuação e da vivência em regiões em vulnerabilidade econômica e social, proporcionando a valorização da diversidade cultural, o desenvolvimento sustentável e a formação cidadã dos estudantes e das comunidades participantes dos projetos.

Ao longo dos anos, a UFV participou de diversas “operações”, como são chamadas as imersões proporcionadas pelo projeto, e esteve presente em cidades de todas as regiões do país. Cada operação é nomeada e tem sua identidade baseada em aspectos da cultura

local da região que recebe os chamados Rondonistas. Dentre as operações nas quais a universidade atuou, destaca-se o Projeto Altamira, durante a década de 1970, no qual professores e estudantes integraram o Grupo Tarefa Universitário para atuarem em ações que deram origem ao Campus Avançado de Altamira-PA. Dos objetivos dessa operação, destacava-se a aprendizagem sócio-profissional dos universitários, mediante a participação em trabalhos vinculados às necessidades do país e integrados aos currículos e conteúdos programáticos da instituição. Para tal, foram desenvolvidos projetos em diferentes áreas do conhecimento, passando pelas ciências agrárias, da saúde, sociais e humanas. No ano de 1987, o Campus Avançado passou a ser gerenciado pela Universidade Federal do Pará.

No Campus Viçosa, mais particularmente na Vila Giannetti, na sede da Seção Sindical dos Docentes da UFV (ASPUV), acontece, desde 2016, o evento “Quintal Solidário – Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária”. O Quintal é um espaço que vai muito além da venda de produtos. Surgido da articulação entre a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFV (ITCP-UFV) e a ASPUV, o Quintal tornou-se um ponto de encontro de histórias, saberes e vidas. Dentre os produtos comercializados estão hortaliças, frutas, legumes e temperos frescos, além de artesanatos e alimentos produzidos por expositores locais, em um universo de cooperação e criatividade. Não se trata apenas de uma feira: é um espaço de economia solidária e de aprendizagem, no qual são oferecidas oficinas de agroecologia, rodas de conversa, apresentações culturais e atividades para crianças, unindo produção, cultura, lazer e educação em um mesmo espaço.

Nos campos do desenvolvimento regional e do empreendedorismo, em 2001 foi criado o Parque Tecnológico de Viçosa (tecnoPARQ), em parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais e com a Prefeitura Municipal de Viçosa, a partir do diálogo direto entre a produção científico-tecnológico e as demandas da sociedade e do mercado. Localizado



Participação da UFV no Projeto Rondon



Quintal Solidário

no antigo Patronato Agrícola de Viçosa, inaugurado em 1927, o tecnoPARQ promove a aproximação entre empresas, governo e a Universidade Federal de Viçosa, articulando também outros atores do ecossistema de inovação, com o propósito de impulsionar o desenvolvimento social e econômico da região. Dentre os projetos desenvolvidos, destacam-se iniciativas como a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica, o Núcleo de Desenvolvimento Social e Educacional (tecnoPARQ Social) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Startups. Entretanto, um dos programas de maior expressão institucional da universidade, conduzido pelo tecnoPARQ, é o tecnoPARQ Júnior, que tem como figura principal a Central de Empresas Juniores - Cemp.

A trajetória desse movimento remonta ao ano de 1993, quando surgiram, na universidade, as primeiras Empresas Juniores, vinculadas aos cursos de Engenharia de Alimentos, Engenharia Florestal e Administração. Desde então, essas organizações estudantis têm se consolidado como verdadeiros laboratórios de experimentação e desenvolvimento de soluções, nos quais os estudantes encontram a oportunidade de aplicar, em situações concretas, os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Nesse ambiente, assumem responsabilidades, desenvolvem competências profissionais e contribuem com iniciativas capazes de gerar impactos sociais, ambientais e econômicos.

O tecnoPARQ Júnior, nesse cenário, desempenha um papel fundamental ao oferecer assessoria institucional, suporte técnico, infraestrutura e oportunidades de capacitação. Tais ações permitem que os estudantes se envolvam em projetos reais, promovendo uma integração efetiva entre teoria e prática ainda durante a graduação. A UFV reúne atualmente, nos três campi, 43 Empresas Juniores, que congregam mais de 800



Vista aérea do tecnoPARQ



Fachada do tecnoPARQ



Estudantes de algumas das empresas juniores da UFV durante premiação

estudantes diretamente engajados e impactam, de forma indireta, cerca de 1.500 alunos. A força desse movimento contribuiu para que a instituição conquistasse o reconhecimento de universidade mais empreendedora de Minas Gerais, além de figurar entre as três universidades federais mais empreendedoras do Brasil.

O tecnoPARQ também vem se destacando no processo de internacionalização institucional, consolidando-se como um importante agente de conexão entre o ecossistema de inovação local e o cenário global. Ao apoiar empresas e startups em sua jornada de expansão para além das fronteiras nacionais, contribui para ampliar horizontes e abrir novos mercados, fortalecendo redes de colaboração internacional e projetando a UFV e seu ambiente de inovação em um contexto global. A partir da parceria com hubs de inovação de outros países, como Canadá, Índia, África do Sul e Polônia, o tecnoPARQ se transformou em um dos mais importantes parques tecnológicos do Brasil.

A TV Viçosa (canal 13) teve início em 1992 e a Rádio Universitária entrou no ar na frequência FM 100,7 no ano de 1996 e, por meio de parcerias estabelecidas com a Universidade Federal de Viçosa, ocupam as casas 42 e 43 da Vila Giannetti, de modo que da rádio e da TV também estão localizados dentro dos limites do Campus Viçosa, no local denominado “Morro dos Barbados”, de onde os sinais ultrapassam os muros acadêmicos, fazendo com que o conhecimento produzido pela Universidade alcance toda a comunidade, apoiando iniciativas que valorizam o regionalismo e a cultura local. Tanto a Rádio quanto

a TV têm, dentre suas premissas, estender à comunidade as atividades do ensino e os resultados da pesquisa, promovendo o desenvolvimento das ciências, letras e artes. Os estudantes podem utilizar-se das estruturas da Fundação para a realização de estágios, o que é muito significativo para a formação profissional, uma vez que é possível vivenciar a rotina da redação jornalística e a atuação nos campos da reportagem, da produção, da locução e de outras atividades relacionadas à disseminação da ciência e da cultura.

Uma das formas de se garantir uma universidade inclusiva e acessível é dando visibilidade à própria instituição e a seus cursos de graduação. Nesse campo, os projetos Mostra Universitária (Campus Viçosa) e Mostra de Profissões (campi Rio Paranaíba e Florestal) mobilizam representações estudantis dos cursos da UFV na realização de um dia de exposição dos mesmos a estudantes do Ensino Médio de escolas públicas e privadas. O objetivo dos eventos é o de apresentar a universidade - seus cursos de graduação, sua estrutura, seus projetos de ensino, de pesquisa e de extensão - a estudantes de todo o país, aproximando os futuros universitários do ambiente acadêmico e apresentando as múltiplas possibilidades oferecidas em cada unidade da Universidade Federal de Viçosa. Mais do que divulgar cursos, a Mostra busca orientar os estudantes em suas escolhas profissionais, proporcionando-lhes informações qualificadas que favoreçam decisões mais conscientes, criteriosas e alinhadas às suas vocações e expectativas.

As Mostras mobilizam todas as extensões dos cursos de graduação, como o Movimento Empresa Júnior, os Centros Acadêmicos, as Ligas Acadêmicas e as Atléticas para compor o espaço, apresentando seus trabalhos e caracterizando o perfil de cada curso da UFV. Em todos os campi, a Universidade promove rodas de conversa, oficinas com professores e estudantes, visitas a laboratórios, espaços de pesquisa e ambientes científicos, além da

Uma outra forma de interação entre a UFV e a comunidade manifesta-se por meio da Rádio Universitária e da TV Viçosa, com conteúdos produzidos e veiculados pela Fundação de Rádio e Televisão Educativa e Cultural de Viçosa (Fratevi). Criada em 1990, a Fratevi é uma sociedade privada, sem finalidade lucrativa, que surgiu com a missão de criar e difundir conteúdos educativos, culturais, artísticos e jornalísticos, contribuindo para a integração informativa, cultural, educativa, econômica, social e administrativa da região da Zona da Mata mineira.



Rádio Universitária

apresentação de projetos de extensão e atividades culturais. Essas ações transformam a experiência universitária em algo acessível, permitindo que os visitantes conheçam, de perto, as várias possibilidades de produção acadêmica, científica e cultural da instituição. A Mostra Universitária e a Mostra de Profissões são uma ponte entre a universidade e a sociedade, despertando vocações, ampliando horizontes e incentivando novas gerações a reconhecerem no ensino superior um caminho legítimo de transformação pessoal e social.

Com as atividades aqui descritas e mais outras de diferentes naturezas, a Universidade Federal de Viçosa evidencia e afirma sua vocação para iniciativas que aproximam a universidade da realidade daqueles que se encontram para além das rotinas da academia. Assim, reafirma-se e se fortalece um dos pilares sobre os quais a instituição foi concebida: o compromisso de, por meio da ciência, desenvolver e difundir conhecimentos e soluções capazes de contribuir com a sociedade, alcançando as casas, os espaços de trabalho e também promovendo a circulação de culturas e saberes.



Registros das mostras Universitária e de Profissões nos três campi





A trajetória centenária da Universidade Federal de Viçosa, desde sempre, é profundamente marcada pela presença e atuação de seus estudantes. Desde os primeiros anos de funcionamento da então Esav, posteriormente Uremg, passando pelas transformações que a consolidaram como universidade federal, os estudantes ocuparam lugar central na vida institucional, não apenas como destinatários da formação acadêmica, mas como sujeitos ativos na construção de práticas, valores e formas de convivência que moldaram a identidade da UFV. Ao longo do tempo, sua presença conferiu dinamismo ao cotidiano universitário e contribuiu para que a universidade se constituísse como um espaço vivo de sociabilidade, de debate e de produção coletiva de sentidos.

Conforme estabelece o seu estatuto, a universidade tem como objetivo maior “ministrar, desenvolver e aperfeiçoar a Educação Superior, visando à formação e ao aperfeiçoamento de profissionais de nível universitário, colaborando também com sua formação contínua”. Nesse horizonte, os estudantes revelam-se como a própria razão de ser da instituição, o núcleo vivo em torno do qual se organizam saberes, práticas e aprendizado.

Desde os tempos da Esav, parte importante da construção da identidade de seus estudantes está relacionada às suas formas de organização e de manifestação pública. Assim, o movimento estudantil surgiu concomitante à fundação da Escola, com a organização do Centro de Estudantes. Era preciso unir esforços para promover atividades conjuntas e buscar melhores condições de permanência, enfrentando os desafios dos anos dedicados à formação. Assim, em 1933, turmas dos diferentes cursos elegeram seus representantes e deram origem a uma Comissão Provisória, encarregada de elaborar o plano e lançar as bases fundamentais do Centro dos Estudantes.

A partir desse movimento, em 19 de setembro de 1934, foi eleita a primeira diretoria do “Centro”. Os estudantes então passaram a ocupar, de forma organizada e consciente, lugar ativo na história da instituição, reafirmando que a universidade se construía não apenas por seus edifícios e estatutos, mas, sobretudo, pela voz, pela presença e pela ação daqueles que nela aprendem e vivem. Em 1942, o Centro de Estudantes transformou-se em Diretório Acadêmico e tinha por finalidade organizar eventos acadêmicos, esportivos e culturais. Entre as atividades mais significativas do Centro, estava a oferta de palestras e a integração dos estudantes ingressantes à Escola. As palestras do Centro de Estudantes



Atividade recreativa no Campus

auxiliavam na formação do “espírito esaviano” - elemento central da identidade institucional, sustentado pela atuação da comunidade, bem como por princípios e valores que deveriam ir além do ambiente escolar, constituindo um modo de agir acadêmico e pessoal. Tal espírito tornava-se elemento fundamental tanto ao desenvolvimento dos objetivos da Escola quanto à formação de estudantes imbuídos dos valores cívicos do “bom esaviano”.

Uma das formas mais vivas de expressão e de comunicação entre os estudantes manifestou-se na produção de jornais elaborados por eles próprios. O Centro organizou, em 1940, um periódico discente - a revista *Seiva* - com objetivo de divulgação científica e de notícias de interesse estudantil. A *Seiva* foi uma das publicações estudantis mais importantes e duradouras da instituição, circulando entre 1940 e 1985. Com periodicidade irregular, especialmente em momentos de maior repressão política ou dificuldades financeiras do diretório acadêmico, a revista tornou-se também um veículo importante de expressão estudantil. Mais do que um simples periódico acadêmico, ela se tornou um símbolo da efervescência cultural e política dos estudantes da instituição. A revista, desde sua organização, se destacou por ser um espaço de debate plural, abordando temas que iam muito além das ciências agrárias, foco principal da universidade à época. Publicava crônicas, poesias, ensaios políticos, críticas sociais e atualidades do campus. Durante os anos de ditadura civil-militar, a *Seiva* serviu como um importante veículo de resistência e de manifestação do pensamento crítico dos alunos, o que muitas vezes a colocou na mira da censura.

Além da revista *Seiva*, destacou-se também o jornal *O Bonde*, que iniciou sua trajetória em 1945 e teve seu último exemplar conhecido publicado em 1963. Mais do que um simples informativo, *O Bonde* mantinha os estudantes a par dos acontecimentos sociais da UFV e da cidade de Viçosa, ao mesmo tempo em que abria espaço para o debate de questões ligadas à vida acadêmica e aos atos administrativos da universidade.

Diferente da *Seiva*, *O Bonde* seguia um viés humorístico e anedótico. Com uma linguagem marcada pela ousadia, o jornal fazia uso de caricaturas e comentários afiados e com toques de humor. Dessa forma, *O Bonde* consolidou-se como um instrumento de voz coletiva, revelando a consciência, a irreverência e o espírito participativo dos estudantes de seu tempo. Em seu primeiro número, publicado em 1º de setembro de 1945, trazia, em seu editorial, que as motivações para publicação do semanário eram diversas. Entre elas, que o jornal fosse “tribuna livre para todos os esavianos exporem seus pontos de vista, quaisquer que fossem.” Além disso, a fundação do jornal surgia considerando dois planos da vida estudantil: o “trabalho sério” de segunda a sábado, marcado por uma “cadência quase marcial” e, por outro lado, “preenchido por essa animação característica, de entusiasmo, de vida transbordante e de todo ambiente estudantil. É esse lado expansivo, adubado de humorismo, que vai amenizar aqueloutro de labor e de esforço.” Desejavam publicar “quadros curiosos da vida esaviana - nem sempre ao alcance da vista ou do ouvido de todos - fazendo críticas, contando piadas e os ‘foras’ de particular fertilidade de alguns colegas”.



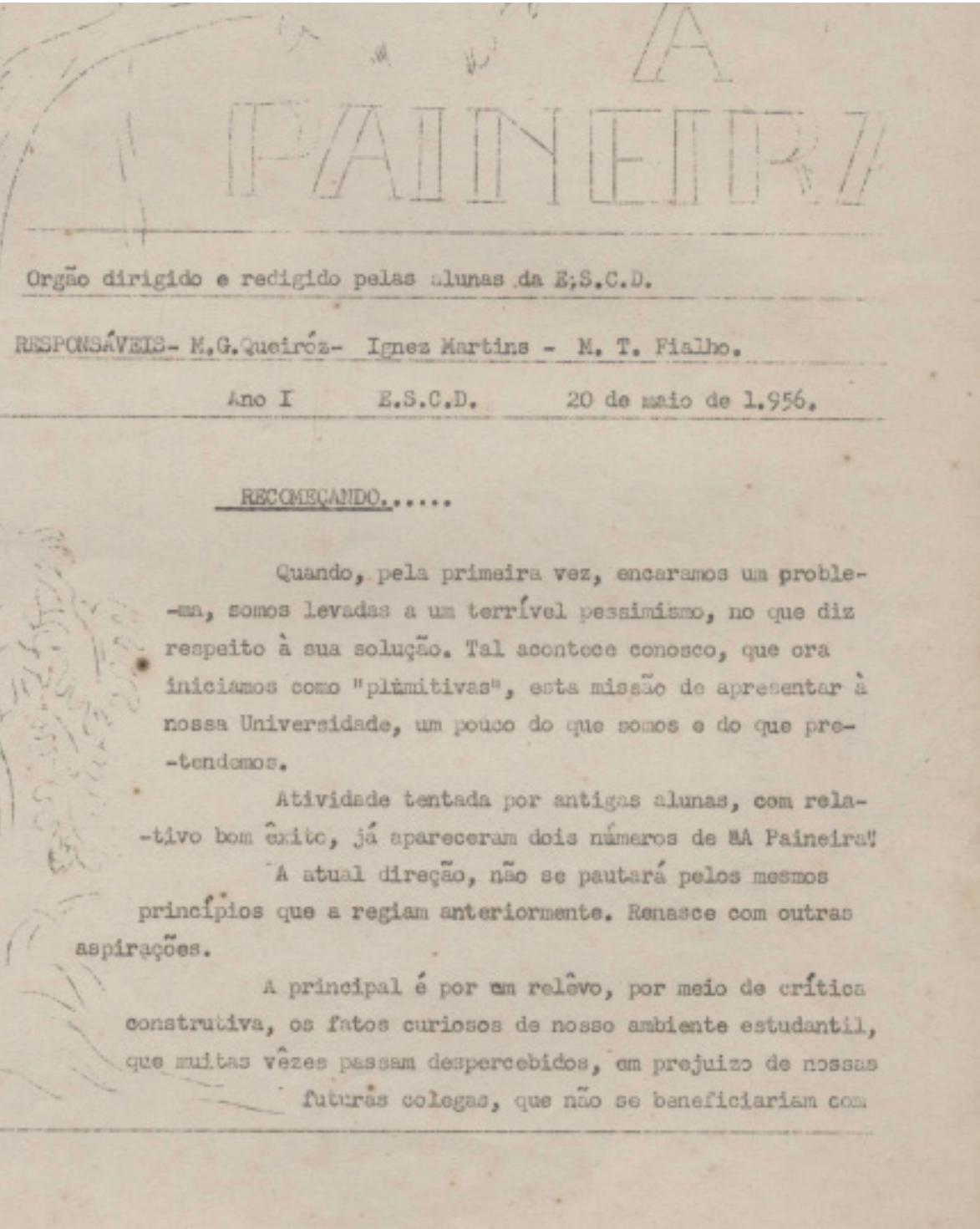
Publicações: Seiva e O Bonde

Além dos jornais acima mencionados, vale registrar que a UFV possui um acervo relevante de jornais universitários produzidos por estudantes ao longo do tempo. Boa parte desse material está preservado no Arquivo Central e Histórico da UFV. Esses periódicos discutiam temas variados da vida universitária e da sociedade, a exemplo de política estudantil, questões sociais e culturais, debates sobre a universidade, temas econômicos, agrícolas e regionais e críticas e reivindicações dos estudantes. Esses jornais são importantes fontes históricas porque mostram como os estudantes se posicionavam diante de acontecimentos acadêmicos, cotidianos, culturais e sócio-políticos. Assim, além da revista *Seiva* e de *O Bonde*, outros jornais publicados por estudantes também se destacaram ao longo da história da universidade, como *A Paineira*, *Autonomia Universitária*, *Bar Brazil*, *Clube Esaviano BH*, *Clube Esaviano RJ*, *Correio Acadêmico*, *Gazeta Universitária*, *Jornal da AEPG/UFV*, *Jornal Para Todos*, *Minifúndio*, *Nossa Voz*, *O Bandeirão*, *O Tagarela*, *O Salada*, *Tribuna Acadêmica*, *Via Láctea*, *Técnico Agrícola* e *Inforvet*.

Também remonta aos tempos da Esav a reunião dos estudantes em torno do esporte, encontrando na prática esportiva um espaço de convivência, de competição e de unidade. Inicialmente, o futebol se destacava de forma mais organizada dentre outras modalidades. No entanto, à medida que os anos avançavam, surgiram associações esportivas que passaram a acolher outras categorias. No ano de 1961, verificou-se a necessidade de reestruturar o setor esportivo da Uremg. Assim, fundou-se a Liga Universitária Viçosense de Esportes, a Luve, que permanece ativa até os dias de hoje. A Luve era responsável pela realização das Olimpíadas internas da Uremg, evento que celebrava a união e o esporte universitário, e contava com as seguintes modalidades: Basquete, Vôlei, Futebol, Futebol de Salão, Polo Aquático, Natação e Atletismo.

Seguindo esse espírito de coletividade e em sintonia com o crescimento da Universidade, o Centro de Estudantes viu-se também diante da necessidade de transformações. No ano de 1972, foi fundado o Diretório Central de Estudantes (DCE), que, dentre os seus princípios fundamentais, estavam: “promover o diálogo entre a Universidade Federal de Viçosa, o movimento estudantil e a comunidade de Viçosa e difundir e fomentar atividades socioculturais, artísticas e políticas que visem uma formação intelectual e crítica entre o corpo discente.”

O DCE ocupa um lugar histórico de destaque como instância de representação, de mobilização e de expressão política do corpo discente. Ao longo de diferentes períodos, foi espaço de organização estudantil, defesa de direitos, promoção de atividades culturais e articulação com movimentos sociais mais amplos. Sua atuação reflete as demandas e inquietações de cada época, evidenciando como os estudantes participaram ativamente dos debates institucionais e sociais, contribuindo para a construção de uma universidade democrática e socialmente comprometida. Atualmente, a gestão do DCE é renovada a cada dois semestres letivos, sendo composta por estudantes da graduação do Campus Viçosa.



Primeira edição do jornal A Paineira



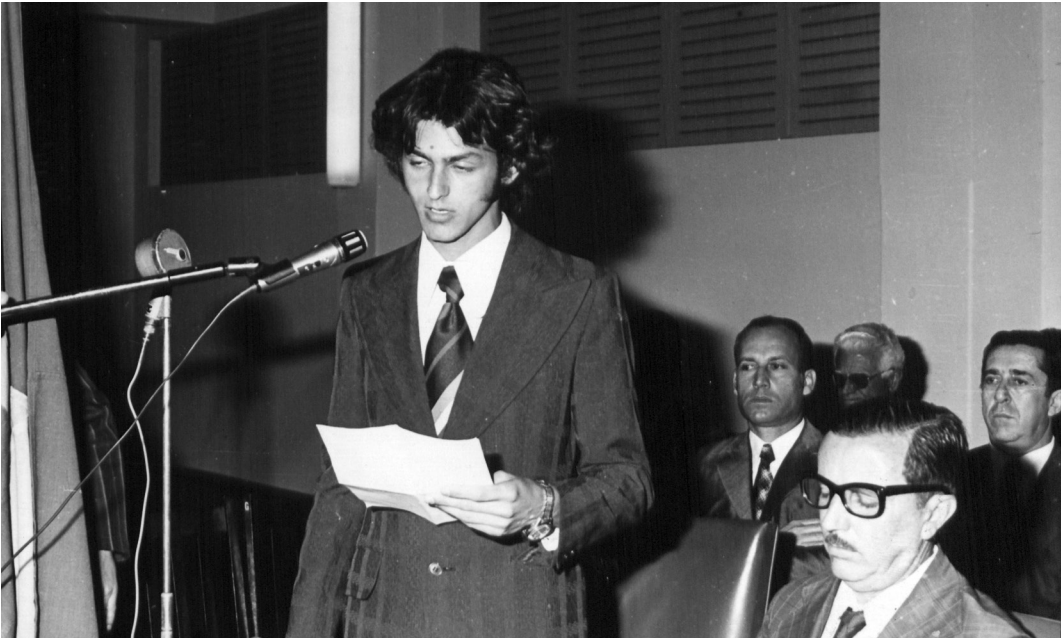
Atletas da Luve e das Atléticas ao longo da história da UFV



Nos campi Florestal e Rio Paranaíba, a representação estudantil também está presente por meio de gestões próprias, compostas pelos estudantes de graduação de cada unidade, preservando a identidade de seus espaços acadêmicos.



Reinauguração da sede do DCE



Discurso de participante do movimento estudantil



Espaço de convivência universitária

A organização estudantil não começa apenas na universidade, se manifestando desde as etapas anteriores da formação. No ensino médio, os estudantes do Colégio de Aplicação (CAp-Coluni) e da Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal (Cedaf) têm, desde a criação dessas instituições, atuado de forma constante na busca por melhores condições de ensino e aprendizagem. Além disso, desempenham um papel importante na promoção da integração e na representação das diferentes turmas.

A vida estudantil, entretanto, ultrapassa os limites da formação acadêmica formal e dos espaços estritamente institucionais. As experiências vividas fora da sala de aula, como, por exemplo, nos espaços de moradia, de convivência, de organização política e de interação com a cidade, desempenham papel fundamental na formação humana, social e cidadã dos estudantes. As moradias estudantis e, especialmente, as repúblicas, configuram-se como espaços privilegiados de sociabilidade, nos quais se constroem laços de solidariedade, de identidades coletivas e de tradições que atravessam gerações. Mais do que soluções habitacionais, esses espaços funcionam como ambientes de aprendizagem cotidiana, nos quais o convívio, a partilha de responsabilidades e a diversidade de experiências contribuem para a formação integral dos estudantes.

Os espaços de convivência dentro e fora dos campi assumem importância central nesta dinâmica. Praças, centros acadêmicos, restaurantes universitários e áreas comuns tornam-se cenários de encontros, debates e manifestações culturais que reforçam o caráter coletivo da vida universitária. Nesses ambientes, os estudantes constroem redes de apoio, trocam saberes e participam ativamente da produção cultural e simbólica da

universidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento à UFV. Nesse sentido, a vida universitária ultrapassa salas de aula, horários e currículos. Ela se constrói no encontro entre estudantes, nas experiências coletivas que marcam gerações e permanecem como memória viva da instituição.

Ao revisitar a história da UFV sob a ótica da presença estudantil, duas experiências complementares podem ser destacadas: a Marcha Nico Lopes, como expressão festiva da sociabilidade estudantil e a Associação de Ex-Alunos, como espaço de continuidade, memória e vínculo institucional. As duas experiências revelam como o cotidiano universitário se transforma em patrimônio simbólico e institucional. Pensar a presença estudantil na história da UFV implica reconhecer a universidade como um espaço de formação acadêmica, social e política. Dessa maneira, a vida universitária deve ser pensada de maneira ampla, como vivência coletiva e memória institucional, na qual o papel dos estudantes na construção histórica da universidade é uma parte relevante e significativa desse processo. Celebrar a trajetória da UFV é, também, celebrar seus estudantes. Suas experiências, lutas, convivências e formas de organização atravessam o tempo e são partes fundamentais da memória da instituição.

Festa, juventude e sociabilidade universitária - a Marcha Nico Lopes

A Marcha Nico Lopes, importante tradição universitária da cidade de Viçosa, é parte da história da UFV desde a sua fundação: nasceram quase juntas, a UFV em 1926 e a Marcha Nico Lopes em 1929. Esta última completa 97 anos com irreverência, tendo fundado uma tradicional festa universitária no interior de Minas Gerais. UFV e Marcha compartilham, dessa maneira, uma experiência comum de transformações e realizações ao longo de um século.

Ao longo do tempo, a Marcha Nico Lopes consolidou-se como uma manifestação estudantil tradicional, configurando-se como um ritual universitário que desempenha papel central na construção da identidade discente na UFV. Mais do que um evento festivo, a Marcha representa um rito coletivo de integração, por meio do qual os estudantes afirmam sua condição universitária, estabelecem vínculos de pertencimento e reconhecem-se como integrantes de uma comunidade acadêmica historicamente constituída. Enquanto evento marcante da vida universitária há quase um século, a Marcha contribuiu para a transmissão de valores, memórias e práticas compartilhadas entre diferentes gerações de estudantes, fortalecendo sentimentos de continuidade, reconhecimento mútuo e identificação com a instituição. Dessa forma, a tradição da Marcha Nico Lopes não apenas celebra a juventude universitária, mas também inscreve os estudantes na história da universidade, reafirmando sua presença ativa na produção da vida acadêmica e cultural.

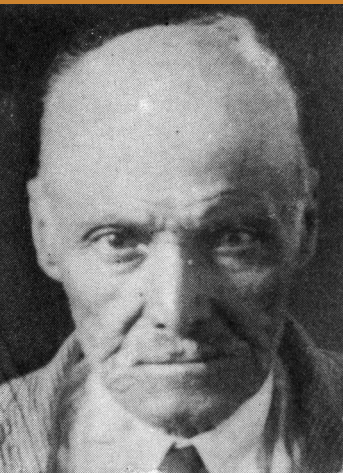
A festa ocupa um lugar singular na experiência da juventude universitária, constituindo-se como uma linguagem própria por meio da qual os estudantes expressam identidades, afetos, pertencimentos, formas de resistências, diferenças e discordâncias. Longe de se restringir ao entretenimento, a festa revela modos específicos de viver a universidade, funcionando como espaço de sociabilidade, criação cultural e construção coletiva de sentidos. No contexto universitário, celebrar é também comunicar, ocupar espaços e produzir memórias.

Logo após a inauguração da Esav, Antônio Secundino de São José (1910-1986), estudante de Agronomia, organizou, pela primeira vez, uma passeata, com o intuito de apresentar os calouros à cidade. Tal evento funcionou como uma espécie de rito de passagem, pois, com o fim da Marcha, terminava o período de trote e os estudantes ingressantes - “calouros” - tornavam-se veteranos. De acordo com registros memoriais e livros, a Esav possuía, à época, cinquenta estudantes e a Marcha tinha como finalidade promover a integração entre os mesmos.

De acordo com relatos, os estudantes organizaram uma fila indiana, e Secundino ia à frente da Marcha, com uma das pernas das calças levantadas, tocando uma sanfona. Assim, seguiram até o centro de Viçosa, chegaram ao jardim (atual Praça Silviano Brandão), deram uma volta, fizeram um discurso e foram, de bar em bar, fazendo brincadeiras e chacotas com todos. O nome da Marcha foi uma homenagem a Antônio Lopes Faria Sobrinho, o “Nico Lopes”, dono de um bar – próximo à esquina do que hoje é o Calçadão com Calçadinho, no coração da cidade – que mantinha boas relações com os estudantes. O bar, considerado como um ambiente agradável, era frequentado pelos estudantes para se encontrarem e festejarem. Descrito como muito simpático, Nico Lopes tornou-se uma figura especial e querida para os estudantes. Foi ideia de Secundino, no segundo ano do festejo, dar à Marcha o nome de Nico Lopes.



Antônio Secundino de São José



Antônio Lopes Faria Sobrinho, o “Nico Lopes”

Em seu sentido mais comum e simples, “marcha” designa a ação ou o ato de marchar. A Nico Lopes, enquanto manifestação organizada no formato de passeata ou cortejo, pode remeter tanto às marchas militares - caracterizadas por um deslocamento organizado, uniforme, constante e ritmado -, quanto aos préstitos carnavalescos que, reelaborando antigas práticas festivas, evocavam a ideia de desfile e de cortejo coletivo. Esses préstitos constituíram-se como uma forma de organização festiva bastante difundida no Brasil durante o carnaval, sobretudo entre o final do século XIX e o início do século XX. Com o passar do tempo, o significado das marchas ampliou-se, passando a abranger manifestações de caráter tanto festivo quanto político, frequentemente marcadas por protestos e críticas a determinadas situações sociais, assumindo um tom reivindicatório e uma linguagem crítica. É nessa perspectiva que a Marcha Nico Lopes pode ser compreendida, ao articular, em sua trajetória, dimensões festivas e, posteriormente, políticas.

A Marcha, às vezes chamada de “trote dos calouros”, foi se transformando, adotando fantasias criativas e irreverentes, ganhando um sentido de sátira e de crítica tanto ao contexto universitário quanto ao brasileiro. Aos poucos, a Marcha ganhou importância e organização, estabelecendo um tema ou lema como foco da manifestação, incluindo desde alegorias, discurso do calouro e críticas ao sistema, aos professores e à escola. Uma das primeiras imagens registrando a Marcha é de 1936, na qual é possível observar os estudantes em fila e alguns fantasiados. Na foto, aparece também, à frente, uma faixa escrita “Marcha Nico Lopes 1936”; atrás, uma segunda faixa, talvez com o lema do ano; e, ao centro, um estudante a cavalo. Ao redor, nota-se homens, mulheres, crianças e moradores da cidade acompanhando o desfile. Em diversas fotografias que registram a Marcha, nota-se os estudantes organizados em passeata, preparando-se para o desfile ou desfilando pelas ruas da cidade, com fantasias que remeteriam a temáticas diversas: homens caracterizados como mulheres, críticas à condição econômica e política brasileira e, também, preconceitos da época. Em 1942, talvez em função da Segunda Guerra Mundial e do contexto histórico, o tema da Marcha foi a nacionalidade brasileira. Com os calouros à frente, puxando os desfiles, elementos da cultura nacional, como aviação brasileira, unidade social brasileira, pan-americanismo e jangadeiros, foram temas apresentados no desfile.



Registros da Marcha Nico Lopes

De acordo com o jornal *O Bonde*, publicado em 1946, a Marcha Nico Lopes era a maior das tradições estudantis. O texto do jornal indicava que nas passeatas, logo de início, havia uma grande tabuleta na qual se lia “Marcha Nico Lopes”; e, atrás, via-se críticas, blocos, dísticos, carros alegóricos, decorações, atualidades e muitas outras coisas. Segundo o jornal, o cortejo não obedecia a um plano pré-estabelecido, não apresentava uma sequência e era díspar, ou seja, marcado por sua insensatez ou despropósito. Segundo o jornal, estas eram suas principais características, pois, justamente, no contraste vibrante dos blocos, nas pilhérias e brincadeiras, residia a importância da Marcha. Segundo o jornal *Inforvet*, publicado em 1981, a Marcha era o ponto alto do trote, ritual este que, inicialmente, durava quarenta dias, terminando por volta do sábado de aleluia com a Marcha Nico Lopes e com o Baile do Calouro. Ambos, Marcha e Baile, integravam, juntos, a “Festa do Calouro”.

O BONDE

Órgão Informativo, Cultural, Crítico, Humorístico dos Alunos da ESAV

Ano I ————— ESAV, 27 de Abril de 1946 ————— Número 19

Director - Nemésio J. Sirio
Redactor-chefe — José Farah
Gerente — Mangueira
Secretário — Rebelo

MARCHA «NICO LOPES»

△ A. Dias Lopes

Amigos, companheiros, visitantes da Escola, leitor que por ventura eu tenha, quem me acompanhar por instantes? Então fechem os ouvidos aos chamados e voltemos a alguns anos atrás na vida da Escola, onde encontramos a origem do título que encima esta crônica.

Em todas as cidades, sempre encontramos esses tipos característicos de rua, homens entregues ao convívio público, de uma excentricidade tão pronunciada que os transforma rapidamente em um elemento conhecido de todos.

Nico Lopes era assim. Logo que a Escola começou a funcionar, Nico Lopes, ora improvisando anedotas, ora remontando pilhérias de sua vida boêmia, prendeu a atenção dos primeiros alunos, que não se cansavam em tê-lo em seus passeios e distrações. Quando se via uma rodinha em volta de um poste ou de um banco do jardim, podia-se contar como certo que era Nico Lopes distraído principalmente os alunos. Mas não demorou ele se foi para o derivado sono, deixando um entorpecimento em todos os corações. Principalmente dos alunos acostumados a ouvir horas a fio, a se divertirem com as suas galhofalices. Foi-se e quando todos pensavam que Nico Lopes tinha desaparecido com a sua conseqüente morte, deu-se justamente o contrário. Os alunos estavam naquele velho de fisionomia desengrada e o tempo, uma imagem que não podia desaparecer do nosso meio justamente quando a Escola começava a surgir. Tratava-se de quem primeiro havia compreendido a alma entusiasmado, mas muito, porque moço da Escola. E então, movidos por um desejo geral

nome à marcha de confraternização entre calouros e veteranos.

E agora, leitor, olhe à frente que não demorará o desfile dos calouros. Uma grande tabuleta chama-lhe atenção: «Marcha Nico Lopes». E atrás o que virá? Crônicas, blocos, dísticos, carros alegóricos, decorações, atualidades, enfim, uma porção de cousas que o leitor dirá: o que é isso? E com serenidade, orgulho e altivez, nós, veteranos. Lhe diremos: é a maior das nossas tradições. Se não obedece a um plano pré-estabelecido, se não representa a sequência de fatos capazes de esclarecer, a priori, ao visitante a sua finalidade, é porque a sua característica é esta. E é justamente na disparidade das apresentações, nos contrastes berrantes dos blocos, nas pilhérias e brincadeiras do nosso meio, que reside a importância dessa marcha. Porque dela parece estarmos ouvindo ainda, as poucas coisas, o escrivão antigo, pessoal ou coletivamente, ensinando ao calouro as nossas canções, as nossas saudações, o nosso hino, enfim, familiarizando-o com tudo que é nosso e que também é dele.

E quando, leitor, desaparecer o último calouro do desfile, atente bem para a sua vista porque com ele se poderá identificar a imagem do velho Nico Lopes sempre alegre e apresentando jovialidade...

E' o compromisso do calouro com o veterano de zelar pelas nossas tradições e pelos nossos ideais, dentro da camaradagem, unido e com o entendimento mútuo, só do entendimento mútuo, da união e da camaradagem

José Farah

A ESAV amanheceu em festa. Há como que em toda a Natureza um murmúrio diferente e singular, enquanto os corações esavianos vibram de alegria e de entusiasmo. Isto porque, se acham entre nós, como nossos convidados de honra, os verdadeiros revolucionários da reportagem brasileira.

Nasser e Manzoni, representam sem dúvida, qualquer coisa de extraordinário — sensação eloquente das mais fundas emoções jornalísticas. Nada lhes é estranho no mundo da arte literária-fotográfica: e essas experiências compactas da profissão se tornam mais eficientes, se considerarmos a diversidade e o brilho de suas qualidades pessoais. Não conhecem a fadiga, a estagnação — inteligências que se não conformam, não se imobilizam, procurando sempre e sempre se ultrapassarem a si mesmas.

«Por isso, porque representam uma fase brilhantíssima, revolucionária, da nossa reportagem, o trabalho dos autores de «Mergulho na Aventura» merece subsistir e ficar como um padrão para aqueles que desejam tirar dele exemplo, lição, ou simples prazer.

Sejam, pois, bem-vindos à nossa Escola, que os recebe de braços abertos, no seio desta mocidade, que é símbolo de uma raça que não se abate, nem se corrompe, que é a criadora de grandes movimentos nacionais e a portadora de um ideal nobre de trabalho e de ordem, enfim, que é



Imagens da Marcha Nico Lopes

Em alguns momentos, foram registrados tensões e afastamentos entre calouros e veteranos, em função de discordâncias sobre comportamentos dos calouros considerados inconvenientes e em desacordo com o “espírito esaviano”, particularmente pelo uso de álcool, como expõe *O Bonde* em 1957. Frente às formalidades exigidas dos alunos, em função das normas estabelecidas de comportamento, a Marcha Nico Lopes pode ser compreendida, de certa maneira, como um momento de tensionamento às regras e de subversão do cotidiano regido por muitas normas disciplinares. Ao longo do tempo, por outro lado, o festejo foi se tornando uma comemoração de todos os estudantes, da qual participavam veteranos e calouros, difundindo-se a ideia de que o festejo se constituía em uma tradição verdadeira da Escola e, depois, da Universidade.

Dessa época, há pouca ou quase nenhuma menção à participação feminina na Marcha Nico Lopes - e, normalmente, atribui-se a entrada das mulheres na comemoração à fundação da Escola Superior de Ciências Domésticas, em 1952. No entanto, no acervo fotográfico disponível no Arquivo Central e Histórico da UFV, que integra a Coleção de Fotografias José Marcondes Borges, localiza-se três imagens que registram o carro da Rainha da Marcha Nico Lopes, da qual a primeira é de 1947. No centro, em uma espécie de carro alegórico, vê-se uma mulher, Heloísa, que sorri e olha diretamente para o fotógrafo. Na segunda imagem, de 1956, registrada em frente ao Edifício Arthur Bernardes, vê-se,



Marcha Nico Lopes



Marcha Nico Lopes

em primeiro plano, três pessoas - um homem e duas mulheres; uma delas está sorridente, sentada em uma espécie de “biga romana” e segurando um objeto longo que se assemelha a um ramo ou a um bastão decorativo; atrás, uma placa, sendo possível ler a palavra “rainha”. Ao lado do carro, outra jovem, de chinelos, utilizando uma saia rodada e blusa escura, segura a lateral do carro. E, por fim, em uma terceira imagem, sem data, também registrada em frente ao Edifício Arthur Bernardes, vê-se, ao centro, um carro alegórico, decorado com elementos naturais, como folhas de palmeiras secas, galhos e flores. O carro parece ser puxado por bois, visíveis à direita da imagem, indicando um meio de transporte rural inserido em um contexto urbano. Sobre o carro, uma mulher sentada em uma espécie de trono e, ao seu redor, seis homens com corpos pintados e segurando o que parecia ser algumas folhas de palmeiras.

Foi assim que a Marcha Nico Lopes se popularizou, sendo uma atração tanto para os estudantes quanto para a população de Viçosa que participava do festejo como observadora - de modo que o evento manteve suas características iniciais até o final da década de 1960. Neste período, contudo, em função do contexto histórico vivido pelo Brasil da ditadura civil-militar (1964-1985), a Marcha, sem abandonar a perspectiva de ser uma festa de recepção dos calouros e de conagração entre estudantes, ampliou sua

dimensão política. Após 1964, as críticas à ditadura e à Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) tornaram-se foco das manifestações estudantis e das Marchas Nico Lopes, levando, muitas vezes, ao enfrentamento entre polícia e estudantes, como ocorrido nos anos 1966 e 1967, nas dependências da Uremg.

A edição de 1966 da Nico Lopes evidenciava de forma clara as tensões entre o movimento estudantil e os mecanismos de controle político impostos pela ditadura. Naquele ano, embora a Marcha tenha reunido centenas de estudantes, sua realização esteve condicionada à autorização da polícia local, que exigiu a prévia inspeção dos cartazes produzidos pelos manifestantes. O objetivo explícito dessa medida era evitar conteúdos considerados contrários à “autoridade” e aos princípios da chamada “revolução”. Como resultado, parte significativa dos cartazes elaborados pelos estudantes foi censurada por ser classificada como inconveniente ou subversiva, revelando o clima imposto de cerceamento à liberdade de expressão. Apesar das tentativas de negociação, a autorização do evento ficou condicionada à retirada de quarenta dos cento e cinquenta cartazes confeccionados. Diante da situação, os estudantes se dividiram entre acatar a decisão policial ou manter os materiais censurados. A participação de representantes estudantis de Belo Horizonte ligados ao movimento estudantil estadual e nacional contribuiu para radicalizar o posicionamento de parte do grupo, incentivando a realização da Marcha com os cartazes proibidos. A estratégia adotada pelos estudantes buscava, em certa medida, expor publicamente a repressão policial, o que se refletiu na atenção da imprensa e no



Marcha Nico Lopes



aumento da tensão no dia do evento, quando um grande número de participantes, incluindo calouros, tomou as ruas da cidade. Os estudantes responsáveis pela Marcha foram fichados pelo Dops - Departamento de Ordem Política e Social - e foram responsabilizados pelo teor dos cartazes, considerados subversivos.

Em 1967, ocorreu a última Marcha Nico Lopes da década. Segundo relatos da polícia militar, o evento passou a ser visto como mais abertamente crítico ao governo estadual e federal, além de associado, na narrativa oficial, a comportamentos considerados moralmente inadequados. Essa interpretação reforçava a visão das autoridades de que o movimento estudantil estava ligado a ideias de esquerda e à contestação política, elementos percebidos como ameaças à ordem vigente. Naquele ano, a Marcha Nico Lopes tornou-se espaço de manifestação contra a ditadura, com protestos contra o caráter autoritário do regime e pautas que defendiam a reforma universitária, o fim do acordo MEC-Usaid e a resolução da questão dos excedentes, ou seja, a solução ao problema dos estudantes excedentes no ensino superior: jovens que atingiam a nota mínima nos vestibulares, mas não conseguiam vaga nas universidades por falta de lugares disponíveis. Neste contexto, a Marcha manifestava seu apoio às pautas e ao movimento estudantil. Assim, a trajetória da Marcha Nico Lopes, ao longo dos anos 1960, revela não apenas a mobilização dos estudantes, mas também o progressivo endurecimento da repressão política e moral durante a ditadura.

Após ter sido proibida em 1968 pelo Decreto nº 477, que tinha como objetivo reprimir a organização política e as manifestações estudantis e acadêmicas dentro das universidades, e em meio à repressão do regime militar, a Marcha Nico Lopes ressurgiu no final dos anos 1970, em 1979, num contexto político de críticas aos governos militares, de reivindicações pelo retorno democrático ao Brasil e de abertura política. Naquele ano, ocorreu grande mobilização do movimento estudantil, com organização de greves, ocupações da reitoria, reorganização da Marcha Nico Lopes e manifestações contra a ditadura.

Em um momento político nacional diferente, no qual a oposição aos governos militares aumentava, a ideia de transição democrática e de abertura política se difundiam, e os estudantes, mesmo com temor da repressão, decidiram realizar a Marcha, resgatada naquela ocasião como tradição da UFV e da população de Viçosa. O DCE decidiu retomá-la mantendo o tom de crítica e de sátira. Ainda mais politizada, teve como questão central o posicionamento contra a posse do presidente João Batista Figueiredo, último presidente militar. Durante o período militar, estudantes e professores não podiam se manifestar ou fazer greves, mas, de acordo com a memória estudantil, os alunos não se intimidavam. Os estudantes faziam protestos em busca de melhores condições de ensino, de expansão das vagas nas moradias estudantis, contra os reajustes dos valores do restaurante universitário, dentre outras razões.

Em 1979, as Quatro Pilastras se tornaram palco do enfrentamento entre estudantes e os soldados do 9º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, vindos de Barbacena, que cercaram a universidade com a finalidade de impedir que os estudantes saíssem da instituição e “marchassem” até a cidade. Mas, com astúcia, os estudantes correram e passaram pela rua dos Estudantes, localizada próxima à saída, e foram até a Praça Silviano Brandão. O Batalhão seguiu os estudantes com intuito de impedir o discurso político e houve embate com lançamento de bombas. Esse evento tornou-se um marco na história da universidade e da Marcha Nico Lopes, símbolo da capacidade de organização, de expressão política e de manifestação dos estudantes. O ano de 1979 ficou marcado na memória como um momento em prol da redemocratização e da afirmação do movimento estudantil brasileiro e mineiro. Dessa maneira, a Marcha pautava-se, na visão dos universitários e da comunidade universitária e viçosense, por uma marcada postura política.

A partir de sua retomada, a Marcha foi realizada anualmente como evento tradicional da Universidade Federal de Viçosa e da cidade de Viçosa, com participação de estudantes e população local. A partir de então, o evento passou a contar, em sua programação, com oficinas, debates e temáticas socioculturais, além da tradicional marcha pelas ruas da cidade de Viçosa.



Marcha Nico Lopes 1979



Ao longo da década de 1980, a Marcha foi retomada com espírito de defesa do processo de redemocratização. Nesse período, a festa assumiu fortemente um caráter político-cultural, combinando crítica social e política com humor, por meio de música, fantasias e consumo de bebidas. Em 1980, a título de exemplo, o tema foi: “Ué, cadê a abertura?”. A partir de então, as Marchas dos anos 1980 foram marcadas por palavras de ordem, cartazes irônicos e sátiras direcionadas ao Governo Federal, à ditadura, ao sistema educacional, ao Restaurante Universitário e à situação econômica do País, ao mesmo tempo em que os eventos se configuravam como uma espécie de “carnaval temporário”, nas ruas de Viçosa.

Nesse período, a Marcha Nico Lopes destacou-se pela grande participação popular, pela organização de blocos temáticos e pelo uso de carros de som e batuques. A Praça Silviano Brandão tornou-se espaço central da festa, sendo ocupada pelos estudantes conforme a Marcha se deslocava do campus para a cidade. Entre os slogans e cartazes registrados no ano de 1984, por exemplo, destacam-se: “Mamãe, eu quero estudar! Não me dá, meu filho, não tenho dinheiro para você bandejar”; “Diretas já”; “Diretas na primavera”; “Queremos estudar e o povo quer votar”; “Cai na real, a UFV está mal”; “Chova ou faça sol, diretas é legal”; “Não tenho e estômago para estudar”; “Somos pagos pela ditadura para enganar o povo” (Bloco da Rede Globo); “Ester ouviu o Delfim, agora vai nos ouvir”.





Marcha Nico Lopes

Em 1988, o jornal *Folha da Mata* registrou que a Marcha Nico Lopes completava 60 anos com uma festa na Praça Silviano Brandão, com participação de cerca de duas mil pessoas e mais de vinte blocos inscritos, sob organização da gestão do DCE e acompanhada de muitas pessoas que, das calçadas, dançavam com músicas de dois carros de som. Segundo o jornal, a Nico Lopes: “Mudou de horário, o tipo de sátira e a própria organização, mas ficou a tradição e o nome do inspirador. No último dia 18 [1988] a marcha completou seus sessenta anos, quem sabe no caminho de se tornar cada vez mais uma grande festa de Viçosa, de muito caminhão, bom humor e irreverência, e também político-culturalmente avançada, aberta à participação de todos.”

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a Marcha passou por transformações. Embora tenha mantido o espírito festivo, irreverente e carnavalesco, observou-se uma redução gradual da intensidade política, dando-se maior ênfase à confraternização, às fantasias, às músicas e ao consumo de álcool. A organização tornou-se mais institucionalizada, mantendo-se sob responsabilidade do DCE, com concursos de blocos, premiações e maior preocupação com logística e segurança da passeata. Em 1989, por exemplo, o jornal *Folha da Mata* registrou que a Marcha Nico Lopes ocorreu em clima festivo e reuniu centenas de participantes ao longo da Avenida P. H. Rolfs. Nesta edição, a manifestação abordou temas como a Amazônia e o Plano Verão, contando tanto com blocos organizados quanto com participantes individuais ou em pequenos grupos. A animação foi conduzida por uma aparelhagem sonora simples e pelo canto coletivo dos presentes. Por volta das 22 horas, a Marcha chegou à Praça Silviano Brandão, onde um trio elétrico, patrocinado por uma marca conhecida de cerveja, manteve o público mobilizado até a madrugada. A organização do evento coube ao DCE, cujo empenho resultou em ampla participação e no sucesso da Marcha.

Ao mesmo tempo, começaram a surgir críticas internas, provenientes de parte dos estudantes, sobre a perda do conteúdo político original, o uso de bebidas alcoólicas, os excessos variados e os comportamentos considerados incompatíveis com o engajamento político esperado. No começo da década de 1990, a Marcha Nico Lopes passou a ser realizada no sábado, diferentemente dos anos anteriores, quando ocorria na sexta-feira. Em 1991, com concentração às 14 horas em frente à sede do DCE e com saída prevista para às 21 horas, a Marcha contou com a participação de blocos e com um Trio Elétrico Mecânico, montado pela Audiofly Publicidades, que “puxou” a Marcha até a praça Silviano Brandão, onde foram feitas as críticas e os discursos costumeiros; além disso, a Marcha foi seguida por um show com rock, samba e lambada. Com a utilização dos trios elétricos, sobretudo nos anos de 1991 a 1994, houve críticas de que a Marcha teria se transformado em uma espécie de micareta (nome comum para festas de Carnaval fora de época). A partir de 1995, os trios foram substituídos por atividades artísticas e culturais diversas, quadro que se mantém até a atualidade.

A partir dos anos 2000, o caráter político e irreverente, ligado à crítica social e ao encerramento do trote, ainda estava presente, embora com participação crescente de atividades artísticas e culturais na programação do evento. Em 2003, a Marcha Nico Lopes contou com os shows nacionalmente reconhecidos do grupo Cordel do Fogo Encantado e do artista Casaca, além de também contar com palestras de personalidades ligadas à área cultural. Naquele ano, estima-se a participação de cinquenta mil pessoas no evento. Entre 2000 e 2010, as edições combinavam debates, festividades e presença de blocos e trios elétricos, tendência retomada dos eventos de meados dos anos 1990.

Os anos de 2006 a 2009, em particular, foram marcados por divergências entre as gestões do DCE, relativas às escolhas sobre quais feições seriam impressas à Marcha Nico Lopes. Particularmente em 2009, momento em que se comemorou os 80 anos da Marcha, além das atividades culturais, do Festival de Bandas e do Concurso de Blocos, ocorreu um grande show que tinha como finalidade marcar simbolicamente o momento e congregar milhares de pessoas. No entanto, o uso novamente de um trio elétrico foi foco de muitas críticas, especialmente por parte de grupos que faziam oposição à gestão do DCE daquele ano, acusando a Marcha de retornar ao formato de micareta, gesto este que implicava em uma mercantilização da comemoração.

A partir desse momento, instalou-se uma tensão: a de que a Nico Lopes não era apenas uma festa, mas um evento marcado por irreverência estudantil, protesto e crítica política, e portanto deveria buscar seu objetivo principal e sua tradição. Diferente dos anos anteriores, em que as Marchas Nico Lopes foram consideradas muito políticas, a de 2009 fora marcada, de acordo com relatos e registros, mais pela diversão do que pela contestação social. Embora considerada menos politizada, o slogan da Marcha daquele ano foi “O Pré-Sal é Nosso!”.

Em algumas edições, a Marcha foi puxada por grupos tradicionais brasileiros, como no ano de 2013, que teve a presença de uma bateria de escola de samba, bem como do grupo de maracatu O Bloco, além de ter contado com shows e festival de bandas. Nota-se que ocorreu uma consolidação da crítica social, da programação cultural e da festa estudantil, respeitando tradições antigas, mas, ao mesmo tempo, ressignificando-se, a partir da incorporação de debates contemporâneos e de novas formas de manifestação. Em 2013, cabe também destacar que se manteve o debate sobre a caracterização do festejo - se força política e de contestação ou se, simplesmente, uma festa com muita bebida e que transcorre na avenida principal da universidade, transbordando para as ruas da cidade.

Nos anos de 2015 a 2025, a Marcha reforçou a identidade cultural, a crítica social e a integração com a comunidade viçosense, com ampla programação cultural e debates contemporâneos, expressando as transformações contínuas em relação aos interesses e desafios socioculturais dos estudantes e dos moradores da cidade. A Marcha de 2017, por exemplo, teve como tema “Se o presente é de luta, o futuro nos pertence!”.

Momento singular e excepcional ocorreu durante o período de 2020 a 2022, no qual a pandemia de covid-19 impediu a realização presencial da Marcha Nico Lopes. Em 2020, com o tema “Na Sala de Aula que se Muda uma Nação”, a comemoração se deu de maneira *on-line*, sendo transmitida pelo Canal DCE UFV do YouTube. Em 2022, a Marcha Nico Lopes voltou às ruas com o tema “No porão vive a história: para amanhecer um novo dia”, movimentando a cidade com blocos, diversão e caráter contestatório e político. Naquele ano, a Marcha Nico Lopes foi declarada Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Viçosa, por meio da Lei 2989/22, a partir da proposição e do projeto de lei de autoria do vereador Bartolomeu Amâncio da Silva e da vereadora Mylena de Freitas Gomes. A partir de então, a Nico Lopes foi incluída no calendário oficial dos eventos culturais de Viçosa. Esse reconhecimento formaliza e vocaliza seu valor simbólico e cultural para a cidade.

As últimas edições do evento contaram com programação diversa, desde exposições e oficinas, até o tradicional desfile no Campus Viçosa e na cidade. A 94ª edição, em novembro de 2024, incluiu debates sobre temas como racismo estrutural, saúde mental e assédio, além de apresentações artísticas e marchas com blocos estudantis. A última edição, ocorrida nos dias 27 e 28 de novembro de 2025, com o tema “Nosso palco é a rua”, incluiu debates, oficinas, festivais de arte e cultura, batalhas de MCs e competições de bandas, com a Marcha principal ocorrendo no sábado, reunindo blocos e estudantes por determinadas ruas da cidade. Diferente de outros momentos, em que a Nico Lopes se deslocava até a Praça Silviano Brandão, o deslocamento, na última edição, ocorreu em direção ao Espaço Aberto de Eventos da UFV. A festividade integrou a programação oficial do VII Festival Universitário de Cultura e Arte (Fuca), sendo organizada pelo DCE.

Embora tenha passado por diversas transformações ao longo do tempo, a Marcha Nico Lopes conserva, na memória de seus participantes, uma dupla dimensão. De um lado, é evocada como festa — um carnaval fora de época, marcado por blocos estudantis, música e expressões culturais. De outro, permanece associada ao seu conteúdo político, à resistência estudantil e à celebração de uma tradição que atravessa gerações, continuamente ressignificada. No presente, essa dimensão festiva e política não se limita à lembrança, mas se atualiza a cada edição, reafirmando a Marcha como prática viva da cultura estudantil e espaço ativo de produção de sentidos.

Ao longo dos anos, marcou diferentes gerações de estudantes, consolidando-se como uma importante tradição e, ao mesmo tempo, incorporando novos significados que reafirmam seu papel como patrimônio cultural da universidade e da cidade de Viçosa. Nesse sentido, a festa ultrapassa o caráter efêmero do evento e se estabelece como elemento fundamental da identidade institucional. A experiência vivida permanece nas lembranças de estudantes e ex-estudantes, evidenciando que a Marcha constitui um espaço em que distintas temporalidades se entrelaçam. Entre tradição e reinvenção, passado, presente e projeções de futuro, a Marcha mistura tempos e gerações, renovando-se a cada edição.

Como uma expressão de todo o movimento estudantil, a Marcha Nico Lopes emerge como uma das ações mais significativas dessa presença ativa. Ao longo de quase um século, a Marcha articulou festa e política, irreverência e crítica social, tradição e reinvenção, sendo uma síntese das dinâmicas de relações dos estudantes. Sua permanência no tempo demonstra que a vida universitária não se restringe às salas de aula, mas se constrói também nos rituais coletivos que produzem pertencimento e memória. Ao atualizar-se a cada edição, incorporando novas pautas e linguagens, a Marcha reafirma a vitalidade do movimento estudantil e sua capacidade de dialogar com os desafios de cada época, mantendo-se como patrimônio cultural e símbolo da identidade discente da UFV.

A Associação dos Ex-Alunos da UFV e a Universidade: vínculos que atravessam o tempo

Assim como o início de uma jornada acadêmica exige adaptação e coragem, a partida também demanda desprendimento. Deixar a casa da família para enfrentar uma nova realidade profissional assemelha-se à saída de um ambiente controlado, rumo a um mundo de incertezas e possibilidades, no qual os aprendizados construídos na Universidade passam a orientar novos percursos. A formatura configura-se como um momento de definições e transições, tão desafiador quanto o primeiro passo dado ao ingressar em uma instituição de ensino superior.

Essa nova identidade, a de ex-aluno, carrega consigo as longas caminhadas pela reta, os almoços compartilhados no RU, as horas de estudo (e até de cochilos) na biblioteca, os jogos de cartas e conversas pelos corredores e lanchonetes e as angústias de provas e aulas intermináveis nos pavilhões de aulas, quando se tinha uma festa programada com os amigos. Para muitos, traz também a lembrança de dias e noites inteiros vividos dentro do campus, na companhia de parceiras e parceiros de moradia estudantil, com quem a convivência diária, não raro, se tornava mais intensa do que aquela mantida com a própria família.



Atividades de lazer

São laços que se constroem e, por vezes, se desfazem ao longo dos anos, tecidos pela relação intensa entre estudantes e Universidade. Dessa vivência contínua, nascem histórias que atravessam gerações: não é raro encontrar famílias formadas nos campi da UFV e que retornam trazendo filhos e netos, para que também eles compartilhem da mesma experiência e deem continuidade a essa memória coletiva.

O legado da UFV vai além da formação profissional. Ele se inscreve como uma identidade viva, reconhecida em inúmeros espaços, capaz de unir pessoas de diferentes idades e de distintos tempos de permanência na universidade. É uma rede silenciosa e poderosa: profissionais que alcançam seus caminhos por meio de outros ex-alunos; o compartilhamento de notícias sobre a instituição, seus docentes e discentes; histórias de pessoas que, muitas vezes, sequer conhecemos, mas que sentimos como nossas. Tudo isso nasce do mesmo sentimento profundo de pertencimento: o de ser UFV.

Essa construção identitária não se estabelece apenas de sentimentos e memórias, mas também da participação ativa da própria universidade. Parte expressiva do corpo técnico e docente da UFV é formada por ex-alunos, sejam oriundos da graduação ou da pós-graduação, que retornam não apenas para contribuir com a manutenção e o desenvolvimento da instituição, mas para preservar e fortalecer os vínculos criados por todos aqueles que por ela passaram.

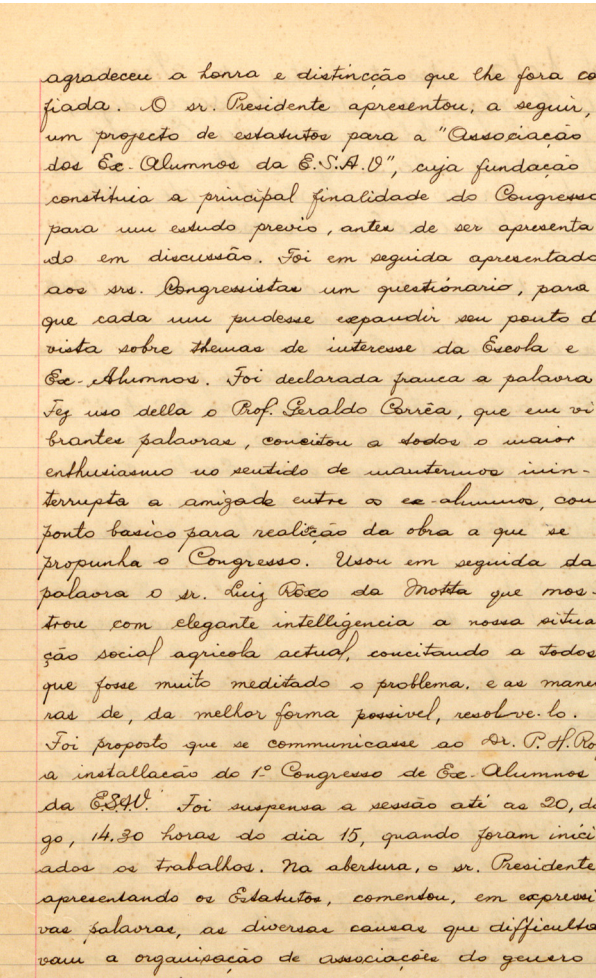
Entre as estruturas que sustentam essa identidade coletiva, destaca-se a Associação de Ex-Alunos, que ocupa atualmente uma das casas da Vila Giannetti. Por meio das Reuniões Anuais, a associação mantém vivo o propósito que orientou sua criação: estreitar laços, cultivar pertencimentos e reforçar, de forma contínua, a relação entre a Universidade e aqueles que fazem dela uma parte permanente de sua história.

A Associação de Ex-Alunos nasceu em 1935, ainda na Esav. Seu surgimento foi marcado pela realização de um Congresso que reuniu antigos estudantes movidos pelo desejo de transformar lembranças compartilhadas em laços duradouros. Dali, surgiu a ideia de criar uma associação que preservasse, para além do tempo, o vínculo pessoal entre os ex-alunos e a instituição que os formou. No documento que oficializou a decisão de fundar a Associação, consta a seguinte fala de um de seus membros fundadores: “em vibrantes palavras, concitou a todos o maior entusiasmo no sentido de mantermos ininterrupta a amizade entre os ex-alunos”.

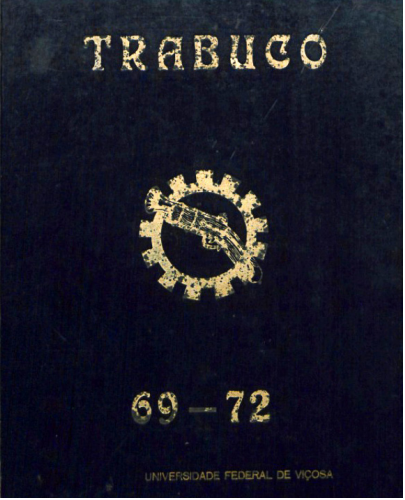
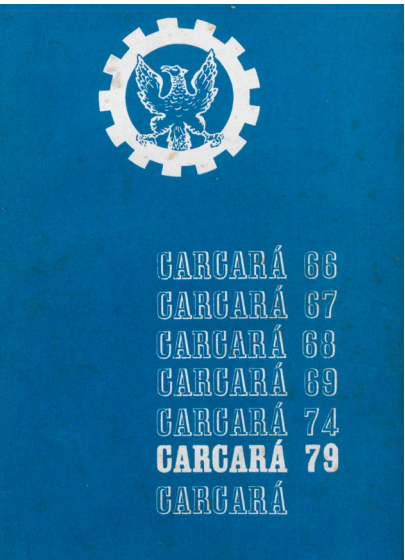
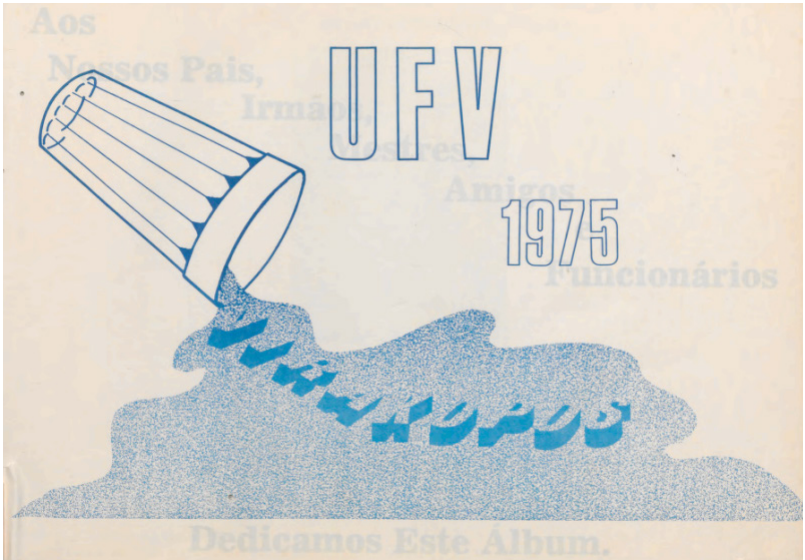
Ao longo do tempo, a Associação caminhou lado a lado com as transformações da própria instituição, atravessando as fases da Esav, da Uremg e da UFV. Ainda que os nomes e as estruturas se modificassem, permaneceu intacto o seu propósito maior: fortalecer vínculos, preservar tradições e manter os egressos sempre próximos da Universidade que os formou. A identidade de seus membros foi sendo tecida também pela linguagem, por meio de termos que evocavam os diferentes momentos da história institucional. Assim surgiram os *Esavianos*, herdeiros do espírito pioneiro da Esav, e os *Ufevianos*, expressão do pertencimento à UFV. Com isso, também surgiram nomes de turmas e de clubes, dentre outras palavras que carregam memória, afeto e continuidade.

Nessa trajetória, o envolvimento da comunidade acadêmica sempre ocupou lugar central na relação com os egressos. Em 1945, o jornal *O Bonde* registrou com clareza esse elo vivo, destacando que os eventos da Associação se realizavam para manter desperto o espírito de cooperação e combatividade, tão característico dos *Esavianos*, ao mesmo tempo em que possibilitavam aos ex-alunos permanecerem em contato com a Escola.

A integração dos ex-alunos não se manifesta apenas nos limites das Quatro Pilastras da Universidade, mas também na cidade de Viçosa, que reconhece, no encontro anual, um acontecimento já inscrito em seu calendário afetivo e cultural. Esse reencontro



Livro de Atas da Associação de Ex-Alunos



Turmas de formandos



se desdobra em momentos distintos, cada qual carregado de significados próprios. O coquetel de recepção funciona como ponto de (re)encontro. É quando os ex-alunos chegam vestindo as camisas de suas turmas, exibindo símbolos de clubes e outros objetos repletos de memórias e marcas visíveis de histórias compartilhadas e identidades preservadas. Acontecem também os ritos centrais da celebração: a reunião anual da Associação, a cerimônia de homenagens àqueles que celebram seus quinquênios de formatura, culminando no tradicional Baile de Ex-Alunos. Por fim, a despedida, sempre provisória, acontece no almoço de encerramento das festividades. Assim, ano após ano, o encontro dos ex-alunos se consolida como um evento que transcende a Universidade, reafirmando laços que resistem ao tempo.

A Associação cumpre o papel de guardiã da memória e do afeto que unem os ex-alunos à universidade. Atua como um elo vivo entre passado e presente, promovendo projetos que preservam histórias, celebram trajetórias e fortalecem os vínculos tecidos ao longo dos anos, tanto nos caminhos do campus, quanto nas relações que floresceram após a formatura.



Monumento AEA

Outro projeto de grande significado é o Projeto Árvores, dedicado ao mapeamento das árvores de formatura, tradição que atravessa gerações e permanece viva até hoje. Durante as celebrações da formatura, cada turma realiza o plantio de sua árvore, identificada por uma placa que registra a espécie da árvore, o ano e o nome da turma daqueles que ali se formaram. Esse rito simbólico assinala a passagem do estudante à condição de ex-aluno e sugere, em um gesto simples e profundo, que as raízes lançadas ao solo da UFV representam o laço duradouro entre a instituição e todos que por ela passaram, mesmo quando o tempo e a vida os conduzem por outros caminhos.

Confirmando o vínculo que se estende no tempo e na memória da UFV em todos os seus espaços, em abril de 2020, surgiram os primeiros movimentos para a criação da Associação dos Ex-Alunos do Campus Rio Paranaíba, com o objetivo de, conforme descrito em seu estatuto “congregar os ex-alunos da UFV, procurando manter seu espírito e suas tradições, robustecendo os vínculos entre seus ex alunos e a Universidade.”. Esta iniciativa logo floresceu com a eleição de sua primeira diretoria, em maio do mesmo ano.



Arvore da turma de formandos de 1936/II. Pau-brasil *Caesalpinia echinata*

Os ex-alunos tornam-se, assim, parte essencial da representação da universidade; são eles que levam consigo o nome, os valores e o espírito da instituição, projetando-a para além de seus campi e reafirmando sua presença no tempo presente. Um exemplo concreto dessa atuação viva, que ultrapassa as festividades, é o Projeto Empresa-Filha. Por meio dele, a UFV acolhe e incentiva iniciativas empreendedoras fundadas por pessoas que possuem ou possuíram vínculo com a universidade. Essas empresas recebem reconhecimento institucional por meio do selo Empresa-Filha UFV, além de apoio no registro de marcas e patentes e oportunidades de conexão com talentos qualificados. O programa também amplia a visibilidade dessas iniciativas, promovendo-as em eventos, premiações e ações de divulgação, fortalecendo o diálogo entre a universidade e a sociedade.

Formadores de caminhos e agentes permanentes no desenvolvimento da instituição, os ex-alunos contribuem com a universidade em todas as suas fases: primeiro

como estudantes, depois como egressos que mantêm viva a essência universitária. São eles que asseguram a continuidade do espírito, das tradições e das finalidades da UFV, renovando, a cada geração, o sentido de pertencimento e de compromisso com a história que ajudaram a construir.

A Associação de Ex-Alunos revela que a experiência universitária não se encerra com a formatura. Ao preservar vínculos, organizar reencontros e promover iniciativas que mantêm viva a memória institucional, a Associação transforma a lembrança em pertencimento contínuo. Os ex-alunos tornam-se, assim, agentes de continuidade histórica, levando consigo o nome, os valores e o espírito da universidade.

Assim, tanto a Marcha Nico Lopes quanto a Associação de Ex-Alunos podem ser compreendidas como expressões complementares de uma mesma dinâmica: a construção da UFV como comunidade viva, tecida por experiências coletivas que atravessam gerações. Entre vivência e memória, celebração e compromisso, passado e projeção de futuro, estudantes e ex-estudantes constituem parte essencial da identidade centenária da universidade. Celebrar a trajetória da UFV é, portanto, reconhecer que sua história é, em grande medida, a história daqueles que nela estudaram, viveram, lutaram e continuam, de diferentes maneiras, a fazê-la existir.



Solenidade durante o encontro anual de ex-alunos





A UFV do centenário

Ao chegar à contagem centenária, a UFV segue se transformando, oferecendo educação pública, gratuita, inclusiva, de qualidade e comprometida com a sociedade brasileira. Trata-se de um compromisso sempre renovado com a construção ampla do conhecimento, em todos os âmbitos. A amplitude de tal compromisso pode ser observada na estatura dos números que representam os contornos atuais da instituição.

A UFV possui atualmente 78 cursos de graduação presenciais, distribuídos em seus três campi. No ano de 2026, a Universidade abriu, a partir do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do Ministério da Educação, 3.360 vagas para o ingresso de estudantes, oferecendo, inclusive, novos cursos, cuja criação indica sintonia da instituição com os desafios do tempo presente: Ciência de Dados e Inteligência Artificial (Campus Rio Paranaíba); Ciência de Dados e Engenharia de Robôs (Campus Viçosa); Matemática Aplicada e Computacional e Engenharia Ambiental e Sanitária (Campus Florestal). E, além desses, foi aprovado também em 2026, o curso de Medicina no Campus Rio Paranaíba, que terá início em 2027.

Se em seu nascimento houve grande destaque para as Ciências Agrárias, hoje a Universidade comporta cursos de todas as áreas de formação, possibilitando avanços científicos e formulação de políticas públicas relacionadas às mais diversas questões, atraindo estudantes e pesquisadores, não apenas do Brasil, mas também de todo o mundo. Trata-se de uma estrutura que conta com 1.295 servidores docentes e 1.793 servidores técnico-administrativos, distribuídos nos três campi, que atuam diariamente sob o compromisso de ensinar, dialogar e construir conhecimento de qualidade, de forma que os anseios da sociedade brasileira sejam atendidos.

Continuamente, a UFV comprova sua excelência coletivamente construída a partir dos resultados em diferentes avaliações nacionais e internacionais. No caso das avaliações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ligado ao Ministério da Educação, especialmente a partir do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), a instituição tem mantido nota máxima (5) no Índice Geral de Cursos (IGC), estando entre as cinco melhores universidades públicas do país. Dentre os muitos exemplos do alto desempenho dos estudantes, representando a qualidade do ensino na UFV, temos o curso de Medicina, avaliado em 2026 como quarto



Edifício Arthur Bernardes, o “Bernardão”, e o “Alojamento Velho”

melhor do País a partir do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed); o curso de Direito, na divulgação do Enade em 2025, com o primeiro lugar na classificação geral, considerado o melhor do país na área.

Além das avaliações nacionais oficiais, a Universidade é também frequente entre as instituições de ensino consideradas entre as melhores do mundo, em diferentes *rankings* nacionais e internacionais. No Ranking Universitário Folha (RUF), divulgado em 2025, a UFV foi classificada entre as 20 melhores instituições do País, considerando a avaliação de 204 instituições. Já em relação aos *rankings* internacionais, a UFV foi três vezes classificada pelo *QS World University Rankings* entre as 100 melhores instituições de ensino superior do mundo na área das Ciências Agrárias e Florestais. Já a *Times Higher Education* e o *Brics & Emerging Economies* indicam que a instituição se destaca internacionalmente quanto ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), metas globais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente nos seguintes quesitos: Meta 02 - Fome Zero e Agricultura Sustentável (77ª); Meta 03 - Saúde e Bem-estar (401-600ª); Meta 4 - Educação de Qualidade (401-600ª); Meta 6 -Água Potável e Saneamento (301-400ª); Meta 7 - Energia Acessível e Limpa (101-200ª).

Em relação à pós-graduação, a UFV é uma das instituições pioneiras na oferta de programas. No ano do centenário, a Universidade conta com 10 cursos de *Lato Sensu* (especialização), oferecidos em modalidade presencial e à distância; e 53 cursos *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado). Conforme divulgado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Avaliação Quadrienal 2021-2024 indicou a ampliação da qualidade dos cursos oferecidos pela UFV, com número expressivo de notas de excelência, especialmente do grau máximo (nota 7), alcançado por 10 cursos. Esse resultado colocou a Universidade na sétima posição entre as instituições de ensino superior brasileiras com maior concentração de cursos de mestrado e doutorado nota 7, destacando a UFV como um dos mais importantes centros de aperfeiçoamento e pesquisa científica do Brasil.

Mas não apenas do ensino superior é feita a UFV. A Universidade também desenvolve ações de ensino na educação básica, especificamente na educação infantil e no ensino médio e técnico.

A educação infantil está presente a partir do Laboratório de Desenvolvimento Infantil (LDI) e do Laboratório de Desenvolvimento Humano (LDH), vinculados ao Departamento de Educação Infantil. Os laboratórios contribuem para a formação prática dos estudantes da Universidade, por meio da educação de crianças, atendendo gratuitamente à comunidade da cidade de Viçosa e região, sendo que as vagas são preenchidas, desde 2016, a partir de sorteio público, dividido entre ampla concorrência e reserva de vagas para crianças com deficiência. Uma vez contemplada em sorteio, a criança garante sua vaga nos laboratórios até o fim da educação infantil.



Laboratório de Desenvolvimento Humano

Já o Colégio de Aplicação (CAp-Coluni), também em Viçosa, oferece Ensino Médio. Criado nos tempos de Uremg, como Colégio Universitário, recebeu os primeiros estudantes em 1966, tendo nascido com o objetivo de prepará-los gratuitamente para o vestibular da UFV, oferecendo apenas o último ano do que era chamado de “ensino secundário”. A partir de 1981, as três séries passaram a ser atendidas. Com sua conversão em Colégio de Aplicação, a partir de 2001, o CAp-Coluni teve agregada, à missão de ensino, a função de espaço privilegiado de formação de futuros professores, funcionando como laboratório de ensino para estudantes das licenciaturas da UFV, presentes a partir de estágios, monitorias e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

Anualmente, via exame de seleção, oferece 150 vagas para a primeira série do ensino médio, contando com política de reserva de 50% (cinquenta por cento) das vagas para estudantes oriundos de escola pública, autodeclarados negros (pardos e pretos), indígenas, quilombolas e PCDs. Em média, dos 480 estudantes matriculados, 70% são provenientes de outras regiões de Minas Gerais ou mesmo de outros Estados do Brasil. As atividades no Colégio se desdobram a partir da oferta de disciplinas práticas e complementares, projetos de ensino, projetos de iniciação científica, participação em olimpíadas do conhecimento, dentre outras ações oferecidas por todas as áreas do conhecimento. Tal panorama colabora



Comemoração 60 anos do CAP-Coluni

diretamente para que haja um índice de reprovação de apenas 3% entre as séries, o que se reverte no fato de o CAP-Coluni ter sido, por oito anos seguidos, a melhor escola pública brasileira, a partir do desempenho de seus estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

No Campus Florestal, a Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal (Cedaf), oferece seis cursos técnicos, que podem ser cursados concomitante ou posterior ao ensino médio: Agropecuária, Alimentos, Eletrônica, Eletrotécnica, Hospedagem e Informática. O ingresso se dá por processo seletivo anual, que oferece 350 vagas, sendo que 50% são reservadas para candidatos oriundos de escola pública, autodeclarados negros (pardos e pretos), indígenas, quilombolas e PCDs.

O ensino à distância é uma realidade na UFV desde a criação da Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância (Cead), no ano de 2001. A Cead tem como missão a coordenação, a supervisão, a assessoria e o suporte técnico às atividades realizadas nas áreas de ensino da UFV, utilizando as mais modernas tecnologias de comunicação, como



Campus Florestal

o Portal de EAD próprio. Em 2026, a partir da Cead, têm sido oferecidos 11 cursos de capacitação para servidores da UFV, 55 cursos de extensão e 22 cursos de especialização.

À medida que a universidade expandiu seus horizontes, alargando saberes e multiplicando vozes, houve a necessidade de novos caminhos para sustentar e fomentar a pesquisa. Foi preciso buscar outras formas de financiamento, capazes de amparar estudos cada vez mais específicos e inovadores. Nesse fluxo de crescimento, a universidade estendeu pontes à comunidade, às empresas e a outras instituições, firmando parcerias nas quais ideias e recursos se encontravam para dar forma a soluções concretas. Contudo, essa rede de cooperação exigia organização, transparência e equilíbrio. Assim, surgiram instituições de apoio, como estruturas criadas para acolher e gerir os recursos financeiros, assegurar a lisura dos convênios e preservar a isonomia nos acordos firmados.

Dentre as instituições que surgiram ao longo dos anos e perduram até hoje no apoio à UFV, a mais antiga é a Sociedade de Investigações Florestais – SIF. Criada em 15 de fevereiro de 1974, nasceu com o objetivo de promover o desenvolvimento tecnológico

sustentável do setor florestal por meio da pesquisa científica, integrando recursos e necessidades da Universidade, empresas e outras organizações, em benefício da sociedade. No ano de 2023, passou a ter o estatuto de Fundação. Em sua trajetória, a SIF desenvolveu projetos e firmou convênios com diferentes entidades e órgãos governamentais e não governamentais.

Já no ano de 1979, foi instituída pela UFV a Fundação Arthur Bernardes (Funarbe), como Fundação de Apoio à Universidade, com o objetivo de apoiar atividades de ensino, pesquisa e extensão e agilizar a gestão de recursos e assessoria, em busca de parcerias entre a UFV e Órgão Públicos ou Empresas Privadas; e desenvolver a industrialização e a comercialização de bens, com base na difusão da tecnologia gerada na Universidade. Para cumprir esses propósitos, foram criados diferentes setores, dentre eles o Laticínio Escola – Produtos Viçosa e o Supermercado Escola. Como os próprios nomes já indicam, ambos têm papel de formação, através de estágios a estudantes da UFV e apoio em aulas práticas e pesquisas. No Laticínio são produzidos diferentes produtos com a marca Viçosa, comercializados nacionalmente. Entre esses produtos, está o premiado Doce de Leite Viçosa, memória representativa da cidade e da UFV, além de lembrança obrigatória aos que passam pela cidade.

Outro setor de destaque foi a parceria para a revitalização da Usina Hidrelétrica da Casquinha, na cidade de Canaã, que foi construída em 1960 e estava inativa desde 2007. O termo foi assinado em 2022, com inauguração das novas instalações no ano de 2025. A Usina suprirá a demanda de energia elétrica da Funarbe e o recurso excedente será cedido para a UFV, funcionando ainda como laboratório para estudos acadêmicos. A iniciativa reforça o compromisso da UFV com a preservação do meio ambiente e com ações de sustentabilidade.

Em tempos mais recentes, a Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa (Facev), criada em 9 de março de 1998, surgiu como mais um braço de sustentação dos projetos vinculados à UFV. Nascida com o propósito de amparar a gestão administrativa e financeira de projetos, a Fundação passou a contribuir para o fortalecimento institucional, garantindo que ideias, pesquisas e iniciativas encontrassem estrutura e continuidade.

Uma outra ação movimentada, desta vez orientada para os servidores da UFV, foi a criação do Instituto UFV de Seguridade Social - Agros. Aprovado em reunião do Conselho Diretor, em 1979, como entidade fechada de previdência privada, foi constituído sob a forma de sociedade civil pela UFV para suplementar as prestações asseguradas pela previdência oficial aos grupos familiares dos empregados e patrocinadores, além de promover o bem-estar social dos seus destinatários. Nos anos 1990, teve início o PAS/UFV, um plano de saúde com convênios em Viçosa e cidades da região, e também com outras operadoras de planos de saúde, atendendo associados fora do Campus Viçosa.



Usina da Casquinha



Ao alcançar a marca de um século de existência, a UFV permanece fiel à sua vocação primeira: produzir conhecimento. As pesquisas transformaram-se e multiplicaram-se em temas, métodos e horizontes. A diversidade de assuntos e de trabalhos passou a desenhar um vasto mosaico de saberes. Entretanto, por trás dessa pluralidade, existe a proximidade entre áreas distintas e o espírito colaborativo de seus pesquisadores. Ideias compartilhadas por departamentos, laboratórios e campos experimentais tecem uma rede de relacionamento e cooperação, fortalecendo estudos e ampliando suas possibilidades. Para dar forma e solidez a esses encontros, surgiram os Institutos de Pesquisa, instâncias concebidas para unir essa cadeia de pesquisadores e de trabalhos afins. Mais do que estruturas administrativas, tornaram-se espaços de convergência, onde esforços se alinham e avançam em conjunto.

Dos Institutos atualmente em atividade, o Bioagro, que surgiu em 1988 como um Núcleo de Biotecnologia Aplicado à Agropecuária, reuniu vários grupos de pesquisadores que trabalhavam em diversos projetos biotecnológicos. Dentre as atividades do Bioagro, estão manter a infraestrutura de laboratórios; coordenar ações de formação e capacitação técnico-científica de recursos humanos voltados para a área de biotecnologia agropecuária; promover eventos a exemplo de cursos de curta duração, seminários, workshops e simpósios; apoiar a execução de projetos de pesquisa vinculados ao Instituto; e, também, fornecer

apoio técnico e administrativo às pesquisas em andamento. Atualmente, o Bioagro abriga ainda uma unidade do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), que compõe a rede de cooperativas nacionais dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), uma iniciativa do CNPq/MCTI para fortalecer redes de excelência no Brasil.

O Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS) foi instituído em 2010 pelo Conselho Universitário da UFV, por meio de uma iniciativa conjunta dos Programas de Pós-Graduação em Administração, Economia, Economia Doméstica e Economia Aplicada. Com uma abordagem interdisciplinar, o Instituto tem como objetivo promover um Programa Institucional de Desenvolvimento de Investigação, Formação, Extensão e Prestação de Serviços em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas com ênfase em Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável, integrando diversas áreas do conhecimento.

No ano de 2020, a UFV celebrou uma conquista significativa no vasto território da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação: a instalação de uma unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial. A Embrapii - Fibras Florestais, vinculada ao Departamento de Engenharia Florestal, é uma iniciativa que, por meio das pesquisas sobre fibras florestais, entrelaça técnica e natureza, ciência e inovação. Em 2025, teve seu desempenho reconhecido, sendo referenciada como unidade Diamante na Embrapii.



Cead



IPPDS



Idata



Bioagro

Nos caminhos das novas tecnologias e demandas sociais, em 2022 foi inaugurado o Instituto de Inteligência Artificial e Computacional da UFV - IDATA. Com a missão de realizar gestão e análise de dados e metadados, o Instituto conta com diversos laboratórios e setores da universidade associados, integrando competências para promoção de desenvolvimento científico e social. Nessas ações, a UFV reafirma sua vocação de dialogar com os desafios contemporâneos, convertendo conhecimento em desenvolvimento.

Chegar, permanecer e construir o conhecimento

Os cursos de graduação reuniram, no início do ano do centenário, um total de 13.401 estudantes, sendo 10.760 no Campus Viçosa; 1.203 no Campus Florestal e 1.438 no Campus Rio Paranaíba. Na pós-graduação, são 1.155 pessoas matriculadas no primeiro semestre de 2026, considerando os cursos de mestrado (acadêmico e profissional), doutorado e estágios de pós-doutoramento.

A Universidade atrai ainda um enorme número de estudantes estrangeiros, em diferentes níveis de ensino. De acordo com dados da Diretoria de Relações Internacionais (DRI), ao longo de seus 100 anos a instituição acolheu 5.272 pessoas, de 115 países. Vindos de todos os cantos do mundo, há destaque para a maciça presença de estudantes sul-americanos (2.361), tendo o continente africano o segundo maior contingente (1.370), vindo, em sequência, Europa (512), América do Norte (404), América Central (339), Ásia (155), Caribe (45) e Oceania (37). Em relação à nacionalidade, a maior presença é de estudantes



Campus Viçosa



Estudantes de Timor-Leste são recepcionados no campus Viçosa

colombianos (1.129), seguida de nigerianos (594), peruanos (292), estadunidenses (243) e chilenos (218). Já em relação ao corpo docente, são 57 pessoas de 22 nacionalidades diferentes, com destaque para Peru (14), Colômbia (09) e Argentina (06).

Ao chegarem à UFV, os estudantes se encontram com um novo universo de oportunidades, construindo, para além do conhecimento, afetos e múltiplas memórias. Nesse sentido, a partir do compromisso com a garantia do direito à educação, a instituição vem aperfeiçoando políticas que visam fomentar a permanência dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Como vimos no primeiro capítulo, as políticas de assistência estudantil existem desde 1928, quando da construção da primeira moradia para estudantes. No correr do tempo, a assistência estudantil passou por importantes processos de ampliação, da mesma forma que a instituição também crescia em oferta de cursos, na busca de garantir o direito de permanência dos estudantes.

O desafio da permanência motivou a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD), que substituiu a antiga Diretoria de Assistência, em 1978. De lá até o ano do centenário, as políticas de assistência foram ampliadas, aperfeiçoadas e diversificadas, para muito além da oferta de moradia. De maneira ampla, a PCD se encarrega pelo funcionamento das políticas (incluindo as nacionais), de programas e de projetos destinados à assistência, à saúde e à qualidade de vida da comunidade universitária, o que inclui tanto estudantes, quanto também servidores docentes e técnico-administrativos.

No Campus Viçosa, as unidades de moradia estudantil iniciaram o ano do centenário atendendo a 1.260 estudantes. A gestão das unidades é realizada a partir da Divisão de Moradia Estudantil (DVM), setor que cuida da manutenção dos prédios em diálogo com os estudantes atendidos, seja a partir da Comissão das Moradias Estudantis (CME), seja por meio de projetos como o “Escuta e Acolhimento”, que visa o atendimento das diversas demandas dos moradores, especialmente aquelas relacionadas à saúde mental. Também há, no Campus Florestal, uma moradia estudantil destinada a estudantes de cursos técnicos presenciais, sob a responsabilidade da Diretoria de Assuntos Comunitários do referido campus.

Ampliando o compromisso com a permanência dos estudantes, em 2026 foi reinaugurado o “Alojamento Velho”, prédio construído em 1928, que estava desativado desde 2018. Além das moradias estudantis do Campus Viçosa e do Campus Florestal, a PCD ainda garante o auxílio, nos três campi da UFV, para o custeio de moradia por meio de bolsas, contemplando, no início de 2026, 757 estudantes de todos os campi.

Junto à Pró-Reitoria, o Serviço de Alimentação atua para atender a comunidade nos três campi, contando com cinco RUs, sendo dois destes em Viçosa. Em 2026, os



Alojamento “velho”

números apontam que, no programa de subsídio à alimentação, 2.527 estudantes estão contemplados com 100% do valor das refeições, 610 com 75% e os demais estudantes do ensino médio e graduação contam com 56% de subsídio. Entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026, foram servidas 1.156.121 refeições, considerando café da manhã, almoço e jantar, atendendo 10.975 estudantes de graduação, pós-graduação, ensino médio e técnico.

Outros auxílios complementares são articulados pela PCD, observando as singularidades apresentadas pelos estudantes em vulnerabilidade, especificamente aqueles matriculados na graduação:

Auxílio-alimentação: Recurso financeiro destinado a contribuir com a compra de alimentos para estudantes que apresentem laudos e/ou exames médicos, documentos estes que comprovem uma situação de saúde que os impeçam de consumir os alimentos oferecidos nos restaurantes universitários.

Auxílio parentalidade: Recurso financeiro destinado a estudantes pais ou mães, com filhos de até 5 anos, 11 meses e 29 dias de idade.

Bolsa de Aprendizagem e Aprimoramento Profissional (Baap): Recurso financeiro concedido para a realização de atividades nos diversos setores acadêmicos e/ou administrativos da instituição, desde que suas atividades estejam vinculadas ao interesse e à área de formação do aluno. Alcançou 293 pessoas nos três campi, no início de 2026.

Auxílio-emergencial: Recurso financeiro dirigido a estudantes que apresentem dificuldades socioeconômicas emergenciais, e/ou eventuais e/ou momentâneas, que comprometam o desenvolvimento de atividades acadêmicas.

No ano de 2025, 1.726 estudantes foram atendidos a partir de auxílios concedidos pela PCD, sendo 1.088 no Campus Viçosa, 323 no Campus Rio Paranaíba e 315 no Campus Florestal. Com isso, considerando apenas os auxílios, foram investidos R\$4.976.164,90 para a permanência de estudantes em vulnerabilidade na instituição. Os números reforçam o papel de referência da UFV entre as instituições federais de ensino superior na área de Assistência Estudantil.

Há ainda políticas de bem-estar, relacionadas à atenção à saúde e a atividades esportivas e culturais. A Divisão de Saúde (DSA) desenvolve ações de prevenção e promoção à saúde da comunidade universitária, oferecendo diferentes serviços: assistência de enfermagem, médica, odontológica, nutricional, fisioterápica e fonoaudiológica, além de um Laboratório de Análises Clínicas e de um ambulatório especializado em tratamento de lesões. A Divisão Psicossocial (DVP) atua especialmente no campo da promoção da saúde mental, contando com profissionais de psicologia, psiquiatria e serviço social, atendendo às demandas da comunidade universitária.



Confraternização da Assistência Estudantil

Já a Divisão de Esportes e Lazer (DLZ) é responsável pela promoção de ações voltadas à prática de atividades físicas, esportivas (competitivas e recreativas), de saúde e de lazer para toda a comunidade universitária. Dentre as ações coordenadas pela DLZ destacam-se o Programa de Esportes e Lazer na UFV (Pelu), criado em 2017, que oferece atividades gratuitas - natação, dança, treinamento funcional, tênis, lutas, defesa pessoal, vôlei, peteca, corrida, caminhada e futebol *society*, que colaboram para o bem-estar da comunidade.

As sociabilidades estudantis pulsam a partir de atividades coordenadas pela Associação Atlética Acadêmica (Luve), fundada em 1962 como Liga Universitária Viçosense de Esportes, sendo o principal órgão representativo estudantil relacionado às atividades esportivas nos três campi, contando com apoio institucional da PCD. Há ainda as diferentes Associações Atléticas de cursos ou áreas do conhecimento, reunidas na Liga das Associações Atléticas da UFV.

Depois de alguns anos fechada para reforma, a piscina anexa à sede cultural do DCE, construída em 1976, foi reinaugurada em março de 2025, com estrutura completamente renovada, contando ainda com a construção de vestiários acessíveis e com uma quadra de peteca, apresentando-se como importante espaço de sociabilidade estudantil.



Reinauguração da piscina estudantil do campus Viçosa



Vista aérea do campus Viçosa

Paisagens de múltiplas memórias e culturas

Nos primeiros anos, se a linha férrea era a principal via de chegadas e partidas da centenária UFV, hoje, são variados os caminhos que levam até os portais das Quatro Pilastras. No Campus Viçosa, a estrada de ferro cedeu espaço para o asfalto que pavimenta a Avenida P. H. Rolfs. Mais que a principal via do Campus, também carinhosamente chamada de Reta da UFV, a avenida tem seu começo fora da Universidade, se iniciando no coração da cidade, literalmente atravessando o território universitário, passando pelos prédios centrais até seus limites, tendo, mais recentemente, se estendido sob a denominação Nova P. H. Rolfs, como via que liga a instituição e o município de Viçosa a outras cidades.

A Reta, ladeada pelas magnólias, lagoas, matas e prédios, representa uma paisagem que não é composta apenas por elementos arquitetônicos e naturais. Trata-se de um caminho literalmente livre, aberto 24h por dia, como um convite vivo e visível ao conhecimento e

aos afetos. Em seu centenário, a UFV insiste eticamente em se manter aberta à sociedade brasileira. Assim, nos três campi, a paisagem se constitui como um conjunto complexo de elementos, muitos deles invisíveis, como é o caso das múltiplas memórias (re)construídas ao longo de uma centena de anos, como narrativa tecida a muitas mãos, por trabalhadores e trabalhadoras, estudantes, pessoas vindas de outros cantos do Brasil e do mundo que participaram e participam da construção material e simbólica da instituição.

À beira da Reta, há inumeráveis lugares de memória, que se constituem como um patrimônio atravessado por diferentes sentidos. É o caso, por exemplo, do famoso Bernardão. De um lado, o edifício abriga parte considerável dos órgãos que mantêm a Universidade em funcionamento, sendo um signo em pedra e cal do próprio nascimento da instituição. Por outro ângulo, porém, o prédio simboliza um lugar de memória das primeiras turmas, que ocupam seus corredores com quadros de formandos compostos por fotografias em preto e branco, pouco matizadas, reflexo de um tempo ainda escasso de diversidade, que hoje, democraticamente, se faz presente, ocupando todo o campus, incluindo as escadarias externas do mencionado para fotos recheadas de múltiplos e coloridos sonhos, de todas as gentes, ao fim de cada ciclo de formatura, como tradição construída e renovada.

Ao longo do tempo, as memórias, cada vez mais plurais, foram reconstruindo a paisagem, de formas igualmente diversas. Nesse sentido, houve a construção de um patrimônio cultural complexo. Nesse patrimônio, memórias, saberes, práticas, expressões e rituais constituem diferentes identidades, repassados ou mesmo ressignificados

geracionalmente, consolidando o que se entende por patrimônio imaterial. Assim, mesmo espaços físicos, como os emblemáticos Barzinho do DCE, local de sociabilidades dos estudantes e da comunidade, ou o Porão do Centro de Vivência, espaço de referência do movimento estudantil, com os Centros Acadêmicos e o Cine Carcará, têm suas estruturas impregnadas de imaterialidades relacionadas às vivências, lutas e conquistas estudantis ao longo do tempo.

Há ainda outros tantos signos desse patrimônio espalhados pelo campus Viçosa, como as inúmeras árvores que foram plantadas em contextos comemorativos, tais como formaturas, encontros de ex-alunos e celebrações institucionais. Essas árvores denotam uma paisagem viva de memórias. Não são apenas elementos ornamentais, funcionam como marcos afetivos para ex-estudantes que retornam a elas, reconhecem-nas como testemunhas de um tempo vivido, como extensão biográfica de sua passagem pela instituição.

Desse modo, o campus Viçosa se tornou um espaço de memórias que se articulam aos patrimônios material e paisagístico, a partir de um jogo de rituais, sociabilidades e vivências diversas, de docentes, estudantes, técnicos-administrativos e de pessoas que vivem na cidade e frequentam esse espaço. Assim, edifícios, monumentos, marcos simbólicos e mesmo a natureza presente na universidade deixam de ser elementos estáticos para se constituírem como paisagem viva, como suportes de memórias, identidades e projetos institucionais em permanente diálogo com a sociedade.

A Reta nos leva então a diferentes lugares da memória. O campus sempre está povoado por pessoas trabalhando, estudando, pesquisando, caminhando, correndo, brincando, amando, chegando ou se despedindo. Nos fins de semana ou nos dias chamados de úteis, há sempre movimento, com os gramados ocupados como cenário para fotos de casamento, piqueniques, atividades físicas e, claro, atividades acadêmicas.

Há inúmeros espaços de respiro, como é o caso do Horto Botânico, criado em 1938 por Otávio Drummond, localizado próximo às Quatro Pilastras em uma área de 9.556 metros quadrados, recheado de plantas da Mata Atlântica e de outros lugares do mundo, com a possibilidade de visitas guiadas. Outro espaço de encontro com a natureza dentro do campus é o Recanto das Cigarras, também conhecido como Mata da Biologia. Nos primeiros anos de Esav a área serviu como lavoura de café e de cana-de-açúcar, tendo essa finalidade posteriormente sido abandonada para que fosse possível sua regeneração natural, como fragmento da Mata Atlântica, o que levou à restrição de seu uso, favorecendo sua reocupação em termos da flora e da fauna. Ao mesmo tempo, a área foi ainda redesenhada para também propiciar seu uso para atividades de lazer, o que possibilitou tornar-se um dos mais emblemáticos espaços de visita no campus, não apenas pelo contato com a natureza, mas por ser espaço propício a diferentes experiências.



Campus Viçosa



Árvore de 1969

Como seu nome indica, o Recanto se tornou um lugar de memórias tão vivas quanto a mata que o compõe. Ele é o cenário de tranquilidade para caminhadas, trilhas, corridas de orientação ou piqueniques, mas também para alegria altamente efusiva, como é o caso dos tradicionais churrascos de formatura, da gincana de confraternização do CAp-Coluni e de outros eventos institucionais. Continua sendo palco para eventos maiores – como foi o caso da lendária apresentação do grupo Paralamas do Sucesso, ocorrida na década de 1990 –, promovidos por eventos como o *ViJazz e Blues Festival*, que conta com a presença de artistas nacionais e internacionais, com uma programação que inclui shows de jazz, blues, MPB e música instrumental, sendo um dos maiores do gênero no país.



Recanto das Cigarras

Toda essa paisagem é também entrecortada por atividades esportivas, como é o caso do Festival Meia Maratona da UFV, que teve sua primeira edição no Campus Viçosa em 2023, sendo o maior evento do gênero na região. A edição de 2025 contou com a participação de 1.500 corredores, vindos de 127 cidades de sete Estados do Brasil, que participaram do evento em diferentes distâncias (5, 10 e 21 km) e em diferentes categorias etárias (60+, 50 a 59, 40 a 49, 30 a 39 e 14 a 29 anos). No ano do centenário, o Festival contará com 3 mil participantes. Além da corrida, o evento oferece uma série de outras atividades esportivas e culturais, contando ainda com um espaço para crianças de quatro a 13 anos, que puderam brincar em corridas de 200, 400, 800 e 1.200 metros. No ano do centenário, o evento compõe as comemorações institucionais da universidade.

Também no Campus Rio Paranaíba, há uma iniciativa de movimentar a paisagem a partir do evento Corrida de Rua UFV-CRP, esta que no ano do centenário, estará em sua nona edição. A prova conta com percursos de 5 Km para atletas acima de 16 anos, 10 Km para atletas acima de 18 anos, além de espaço para a participação de crianças, com percurso de 50 metros para menores de 7 anos, 100 metros para idades entre 7 e 9 anos e 500 metros entre 10 e 15 anos.

Os campi da UFV são atravessados por um conjunto de atividades culturais, desenvolvidas especialmente a partir de projetos de extensão, conjunto esse articulado em Viçosa pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PCD), e pelas diretorias de Extensão e Cultura em Florestal e em Rio Paranaíba.



Intervalo Cultural no CAF



8ª Corrida de Rua no CRP



Festival Meia Maratona no CAV

Há projetos veteranos, como o Cineclube Carcará, fundado em 1969, nome que faz referência à canção “Carcará”, de João do Vale, que compunha o espetáculo *Opinião*, criado por Augusto Boal em 1964. Com a homenagem, os fundadores do Cineclube – estudantes ligados ao DCE – decidiram se unir à resistência contra a ditadura civil-militar, que se encontrava em sua fase mais violenta, exibindo obras censuradas pelo regime de exceção. Nascido da luta pela democracia, o Carcará continua suas atividades, organizando a exibição gratuita de filmes e promovendo discussões em sua sede, completamente reformada em 2023, no Porão do Centro de Vivência, no coração do Campus Viçosa.

A sétima arte também é promovida pelo projeto de extensão Cinecom, criado pelo Departamento de Comunicação Social em 2012, tendo como objetivo a exibição gratuita de filmes para a população de Viçosa. As exhibições ocorrem em diferentes espaços do Campus, com destaque para aquelas realizadas no gramado próximo às Quatro Pilastras, um espaço aberto, lúdico e democrático. Em Rio Paranaíba, o projeto *Cine de Quinta* também exhibe filmes e promove debates abertos a toda a comunidade.

A belíssima moldura do Campus Viçosa também é utilizada pelo Projeto Quinta Cultural, organizado pela Divisão de Arte e Cultura (DAC). Todas as quintas-feiras, de forma gratuita, na icônica Estaçãozinha, edificação remanescente da antiga Ferrovia Leopoldina Railway, inaugurada no mesmo ano de fundação da Esav (1926) e localizada bem em frente à Biblioteca Central, ocorrem apresentações culturais variadas.



Integrantes do Cineclube Carcará



Sessão do Cinecom

Os espaços e iniciativas culturais são múltiplos, constituindo-se como oportunidades de construção do conhecimento de forma democrática e sensível, em diálogo com a diversidade das comunidades universitária e local. Nesse sentido, a DAC articula ações como o Teatro Universitário, que oferece oficinas gratuitas de teatro à comunidade universitária. Já a Casa da Música, localizada na Casa 2 da Vila Giannetti, é a sede dos grupos musicais da UFV, reunindo: Coral Nossa Voz, Coral da UFV, Madrigal da UFV e Orquestra Sol do Amanhã. Todos os últimos anos tem contado com apresentações relacionadas aos projetos da Casa da Música, como é o caso da Cantata de Natal, evento que, em sua edição de 2025, congregou a Orquestra Sol do Amanhã e os Corais da UFV e Nossa Voz, contando ainda com a participação do Teatro Universitário e de músicos convidados.

Docentes e Técnicos-Administrativos em Educação também participam ativamente das atividades culturais, bem como se organizam, para além das obrigações funcionais, em seções sindicais e associações que objetivam lutar pelos direitos de cada categoria, quais sejam: Aspuv, Asav Sindical, Sinsuv e Atens-UFV, referenciadas no capítulo 1. Em um conjunto indissociável, estudantes, docentes e técnicos seguem juntos construindo a UFV, em sintonia com as demandas da sociedade brasileira, em defesa da democracia e da justiça social, a partir de uma educação de excelência.



Coral da UFV



Cantata de Natal 2025

Compromisso com a sociedade a partir do reconhecimento da diversidade

Tendo atravessado um século de existência, a UFV continua se transformando, não apenas sendo espelho das modificações do mundo, mas em diálogo com a sociedade brasileira. Sua comunidade se transformou no tempo, aproximando-se cada vez mais da diversidade que compõe o País, como matéria básica da democracia, junto à busca incessante de uma realidade justa e fraterna, para todas as pessoas. As Quatro Pilastras, e cada um dos lemas nelas estampados, são um convite à construção do futuro.

A maturidade dos 100 anos ensina que o processo de construção do conhecimento, em sua excelência, só é possível a partir do compromisso com o bem-estar coletivo e com o próprio respeito do direito ao saber. Nesse sentido, a UFV do centenário reforça seu compromisso com o País, dando abrigo à diversidade e se comprometendo com um contínuo aperfeiçoamento das políticas equitativas de ingresso e permanência. Tal compromisso pode ser verificado não apenas no aprimoramento de suas políticas de assistência, mas, acima de tudo, tanto na construção de políticas de inclusão, quanto na prevenção e no combate ao assédio e a violações aos direitos humanos.

Em relação às políticas de inclusão, foi criada, no ano de 2015, a Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas (UPI), cujos objetivos primordiais são apoiar e orientar a comunidade universitária sobre a inclusão de estudantes com necessidades educacionais, em toda sua diversidade. Nesse sentido, a UPI desenvolve ações que visam a eliminação de barreiras dificultadoras da permanência de estudantes com deficiência no ensino médio, técnico e superior, tais como a ausência de acessibilidades arquitetônica, pedagógica e de comunicação, como também em relação à necessidade de criação de novas atitudes cotidianas. A Unidade desenvolve tecnologias assistivas e material pedagógico adaptado, possibilitando a garantia dos direitos à aprendizagem, materializando oportunidades que transformam vidas. Além de materiais didáticos adequados à realidade de cada estudante, são disponibilizados pela UPI serviços de atendimento e acompanhamento individualizado como tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa, aplicação de provas em horários e locais separados, tempo ampliado para a realização de atividades e adequação de espaço físico e mobiliário.

Buscando tornar a universidade um espaço verdadeiramente inclusivo, que ultrapasse os limites da sala de aula, a UPI promove cursos de formação, oficinas e palestras destinados a toda a comunidade acadêmica. Para além das ações formativas, a UPI também promove atividades culturais e esportivas que ampliam as possibilidades de participação e convivência no ambiente universitário. Entre essas iniciativas, destacam-se visitas guiadas a museus, trilhas adaptadas e outras experiências que buscam garantir que o acesso à cultura, ao lazer e ao conhecimento seja compartilhado por todos. Dessa forma, a UFV

reafirma seu compromisso com uma universidade mais acessível, plural e acolhedora, na qual a inclusão se manifesta em suas múltiplas dimensões.

O acolhimento das diferenças e a garantia de direitos se materializam, ainda, a partir da prevenção e do combate ao assédio e às violações aos direitos humanos. Assim, a UFV tem sistematicamente trabalhado para proteger sua comunidade a partir de ações que contam não apenas com a sua estrutura institucional, mas também com o envolvimento de servidores e estudantes. Alinhada à Política Nacional de Direitos Humanos, a Ouvidoria da instituição lançou a campanha *UFV contra o assédio*, objetivando o combate a práticas abusivas, tais como violência, assédio e discriminação. A partir de denúncias apresentadas à Ouvidoria, com absoluto sigilo, são realizados procedimentos de apuração que envolvem outros órgãos internos, como a Unidade Seccional de Correição (USC).

A UFV conta também com uma Comissão de Ética instituída por meio da Resolução nº 11/2016 do Conselho Universitário. Sua criação respondeu à necessidade de cultivar, no cotidiano institucional, um compromisso permanente com os princípios que orientam a conduta no serviço público. Dentre seus objetivos estão os de aconselhar e de orientar os servidores da UFV quanto ao respeito ao código de ética profissional, bem como os de oferecer direcionamento em situações de possíveis violações de conduta que firam os direitos dos servidores, sobretudo nas relações interpessoais no ambiente de trabalho e na responsabilidade da gestão do patrimônio público. Das competências do Comitê de Ética, destaca-se sua atuação como instância consultiva, para o esclarecimento de dúvidas, a apuração de denúncias e a aplicação de sanções éticas quando necessário. Sua atuação tem se destacado em ações de orientação e de conscientização, ações estas que reforçam a importância de uma postura ético-profissional no exercício das funções públicas, contribuindo para que os agentes públicos, ao desempenharem suas atividades, possam resguardar-se de eventuais transgressões e das consequências delas decorrentes, promovendo o fortalecimento de uma cultura ética que permeia toda a instituição.

Considerando a importância de se combater as opressões de forma coletiva, foi criada, em 2024, a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Combate às Opressões (CPDHO). Formada por representantes de todos os segmentos da comunidade universitária, a Comissão atua na prevenção e no combate às opressões e violações aos direitos humanos a partir de ações de acolhimento, registro e encaminhamento de denúncias relacionadas a assédio moral e sexual, violência de gênero, preconceito por raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, idade, deficiência ou classe social.

O presente que desenha o futuro

Em cada um desses 100 anos, as Quatro Pilastras, símbolos da UFV em seus três campi, foram testemunhas de chegadas e partidas. Diferentes gerações de estudantes, docentes e técnicos construíram uma paisagem que se transformou no tempo, ganhando, para além dos prédios e da beleza cênica dos campi, uma presença cada vez mais diversa, como é a própria sociedade brasileira.

O centenário é de memórias diversas, é de gerações que viveram sonhos, desafios e conquistas edificadas com esforço, vontade, acolhimento e afeto. Em referência ao nosso presente imediato, as turmas que concluirão suas jornadas em 2026 representam tanto as transformações da UFV no tempo, quanto, igualmente, seu compromisso com a construção do futuro.

Em relação ao já findado primeiro semestre do ano do centenário, a diversidade traduz as turmas de formandos de janeiro de 2026. Nelas, somaram-se, juntos, 1.260 sonhos e realizações que se materializaram em novos profissionais formados para servir o País. As cerimônias de formatura, carregadas de emoção incontida, simbolizam a continuação renovada dos ideais que deram origem à UFV.

Ao caminharem pela última vez pelos campi, após as cerimônias de formatura, os já ex-alunos atravessam as emblemáticas Quatro Pilastras levando ao mundo o que, de melhor, a educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade oferece ao País. Ao cruzarem essa passagem, oferecem, ao mesmo tempo, um convite para que outras pessoas venham sonhar e construir o futuro que todas e todos merecem, indistintamente.

Que venham mais 100 anos!

Um salve à Universidade Federal de Viçosa!



Cerimônias de Colação de Grau





Bibliografia

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes; SILVA, Jamila Lúcia da. **Tensões em festa**: a dinâmica social em jogo durante a festividade da Marcha Nico Lopes. Relatório Final de Iniciação Científica, Edital CNPq 2024-2025. Viçosa: UFV, 2025.

BERNARDES, Arthur da Silva. **[Correspondência]** Destinatário: José Januário Carneiro. Belo Horizonte: Gabinete do Presidente do Estado de Minas Gerais, 12 abr. 1921. 1 carta de papel timbrado. Acervo Professor José do Carmo de Araújo.

BORGES, José Marcondes; SABIONE, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. 2. ed. rev. amp. - Viçosa: Editora UFV, 2006.

BORGES, José Marcondes, SABIONE, Gustavo Soares. **Legislação de importância histórica**: Escola Superior de Agricultura e Veterinária – Esav – 1926-1948, Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG – 1948-1969, Universidade Federal de Viçosa – UFV – 1969. Viçosa: Editora UFV, 2010.

BOTELHO, Cristiane Roque Pereira. **Assistência estudantil na Universidade Federal de Viçosa**: composições e tensões no/com o movimento estudantil. 2016. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (orgs.). **Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil**: uma parceria para a mudança social = The Ford Foundation’s 40 Years in Brazil: a partnership for social change. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Fundação Ford, 2002.

CAPDEVILLE, Guy. **O ensino superior agrícola no Brasil**. Viçosa: UFV, Imprensa Universitária, 1991.

CAL, Thaís; PENEDO, Elidia; AGUIAR, Marcela; FONTES, Larissa; BARRETO, Stefhany. **Nico Lopes** - origens e tradições. Produção em Áudio. Edição: Emily Christine e Sara Lopes. - Curso de Jornalismo da UFV. 13 fev. 2023. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2e8LPOcbqXsyaSWP5kRsdT> . Acesso em: 23 de janeiro de 2026.

COELHO, Dayana Debossan. **Pode instalar a escola em qualquer lugar do Brasil, desde que seja em Viçosa**: o processo de escolha da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, Minas Gerais (1920-1926). 2023. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

COVRE, Elilson Pedro Marquez; SILVA, Jamila Lúcia da; GODOI, Sthefany Martins. Nos bastidores da festa: estrutura, cotidiano, contextos e suas influências nas transformações festivas da Marcha Nico Lopes. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE ESPACIALIDADES E TEMPORALIDADES DE PATRIMÔNIOS E FESTAS, São Cristóvão, Sergipe 2025. **Anais [...]**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2025.

CUETO, Marcos (ed.). **Missionaries of science**: The Rockefeller Foundation and Latin America. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

DEL GIÚDICE, Júnia Zacour Azevedo. **Programa de assistência estudantil da Universidade Federal de Viçosa/MG**: repercussões nos indicadores acadêmicos e na vida pessoal, familiar e social dos beneficiários. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

FERNANDEZ, Adriela. **The Purdue-Viçosa Project**: a case study in institution building. 1991. 214 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de Purdue, Lafayette.

FERRARI, Amílcar Figueira. **José Pelúcio Ferreira e a pós-graduação no Brasil**. Brasília: Paralelo 15, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2001.

FORD FOUNDATION. História da Fundação Ford no Brasil. **Ford Foundation**. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/our-work-around-the-world/brazil-pt/historia/>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2026.

LAM-SANCHEZ, Alfredo. **A UFV nos tempos da Escola Superior de Agricultura** - UREMG - Viçosa, MG: Editora UFV, 2006.

LIMA, Antônio L. **Da Acar à Emater-MG**: análise crítica da dinâmica de um sistema de extensão.1985. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

LISBOA, João Carlos Bello. **Relatório de Construção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais – ESAV (1929)**. Viçosa: ESAV, 1929.

LOPES, Eduardo Simonini. **Praticantes de mundos**: a invenção de cotidianos discentes em uma universidade. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LOPES, Fátima. **O Sorriso da Paineira**: construção de gênero em uma universidade rural. Rio de Janeiro, 1995. 298 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro.

PAULA, Nanci Fernandes de. **Acesso, sistematização e preservação dos documentos referentes à trajetória da pesquisa e pós-graduação na Universidade Federal de Viçosa (1926-2020)**. 2022. 320 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

PALMER, Steven. **Gênese da saúde global**: a Fundação Rockefeller no Caribe e na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

PENA, Djenane Ferreira. **Documento, história e memória**: a importância da preservação do patrimônio documental dos alunos egressos da Universidade Federal de Viçosa (1926 a 1969). 2023. 166 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

PEREIRA, Cláudio Manuel; VECCHIO, Daniel; LEITE, Jonas; SACODA, Gustavo; MARTINS, Silva Sarah. Memória dos “Avós” de Viçosa: os locais de convívio social em Viçosa. **Revista de História Contemporânea**, n. 2, mai-out de 2008.

RAMOS, Melissa Pereira. **O papel do Movimento Estudantil na Universidade Federal de Viçosa a partir da década de 1960**. 2014. 98 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

RIBEIRO, Maria das Graças Martins. A USAID e o ensino agrônômico brasileiro: o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. **Boletim de Ciências Humanas - Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 4, n. 3, p. 453-463, dez. 2009.

SABIONI, Gustavo Soares; BORGES, José Marcondes, MOTA, José Batista. **90 anos UFV (1926-2016)**: Uma viagem pela história da Instituição. Viçosa: Editora UFV, 2016.

SANTOS, Vanda do Carmo Lucas dos. **Narrativas obliteradas**: Das Memórias dos operários, trabalhadores da construção e manutenção do Campus da Esav e UREMG no período de 1922-1969. 2022. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

SILVA, Uiara Maria da. **Extensão Universitária**: a interação do conhecimento na Semana do Fazendeiro – UFV. 1995. 199 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

SANTOS, Carlos Pacheco. **Para além da sala de aula**: a extensão na UFV e a Semana do Fazendeiro, entre memórias e transformações (2009-2019). 2023.175 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

SANTOS, Vanda do Carmo Lucas dos; ASSIS, Angelo Adriano Faria de. Movimentos de reivindicação de memórias como espaços de ressignificação de identidades: Análise da organização e resistência operária em uma Universidade Pública de MG. **Conectadas - Revista Interdisciplinar de Extensão e Cultura da UFABC**, v. 7, p. 182-191, 2023.

SILVA, Gustavo Bianchi. O convênio Purdue-Uremg/UFV em tempos de ditadura: um ponto de interlocução. **Revista Ciência & Educação**, Americana, ano XXI, n. 43, p. 97-118, jan./jun. 2019.

SILVA, Gustavo Bianchi. **A Uremg/UFV e suas relações com o poder**: modernização, ditadura e convênios internacionais (1952-1979). 2019. 303 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

TV VIÇOSA. 89 anos da Marcha Nico Lopes. **Viçosa Notícias**. Viçosa, 23 nov. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=O7_aThL5tIM&t=259s. Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

VIEIRA, Alba; MANEZENCO, Ranah; SANTOS, Adriane dos; EDMARQUES COSTA, Luciana Naves; MIRANDA, Michelle. Marcha Nico Lopes. *In*: IX ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER – ENAREL, Belo Horizonte, 1997. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 1997.



Referência fotográfica

Foram envidados todos os esforços para identificar os autores das imagens reproduzidas nesta obra. Embora grande parte delas pertença ao acervo da Universidade Federal de Viçosa, algumas fotografias possuem autoria não identificada. Nesses casos, registramos que os respectivos direitos permanecem reservados aos seus autores.

Cabe destacar que o vasto acervo fotográfico da UFV é coordenado pelos servidores do Arquivo Central e Histórico (ACH) - vinculado ao Departamento de História (DHI) - e da Diretoria de Comunicação Institucional da Universidade. O trabalho criterioso desenvolvido por esses setores é fundamental para a preservação, organização e valorização da memória institucional da UFV.

Autores:

André Berlinck - página 177

Camila Rodrigues - 193

Daniel Sotto Maior - páginas 7, 8, 60, 61, 62, 64, 66, 70, 71, 106,107, 137, 140, 141, 143, 153, 154, 155, 176, 179, 180, 181, 185, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 218

Emily Christine da Silva - página 205

Maria Fernanda Neves - página 192

Raoni Garcia - página 168

Profissionais que atuaram como fotógrafos na Instituição e podem ser autores de algumas imagens:

David Monducci

José Gomes da Silva

José Paulo Martins

José Marcondes Borges

Vicenzo Dantonino

Acervos:

Diretoria de Extensão e Cultural do campus Florestal - página 203

Perfil da Corrida de Rua do CRP no Instagram - página 203

Mapa da Cultura - página 204

Centro de Documentação e Memória Política Sérgio Buarque de Holanda/Fundação Perseu Abramo - páginas 166 e 167

Outras imagens da UFV estão disponíveis em atom.ufv.br, locus.ufv.br e [flickr.com/galeriaufv](https://www.flickr.com/photos/galeriaufv/).

Agradecimentos

Nossos mais profundos agradecimentos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, tornaram possível a construção deste livro.

Aos servidores técnicos administrativos que, ao longo destes cem anos, dedicaram sua trajetória à Universidade, deixando impressas em suas ações as marcas de um tempo vivo e em permanente transformação, fazendo dela não apenas uma instituição, mas um espaço de beleza, cuidado e permanência.

Aos servidores docentes, cuja dedicação à ciência e ao ensino não apenas edificou saberes e formou pessoas, mas também projetou a Universidade Federal de Viçosa para além de suas fronteiras, alcançando o Brasil e o mundo.

Aos alunos e ex-alunos que, por meio de suas pesquisas e olhares sensíveis, ajudaram a preservar e a reavivar a memória da Instituição em suas múltiplas dimensões e significados.

E à Administração da UFV, pela confiança depositada em nós para a missão de registrar e eternizar parte de sua história, que honra o passado, ilumina o presente e inspira o futuro.

Ao completar um século de existência, a Universidade Federal de Viçosa celebra uma trajetória marcada pelo compromisso com o conhecimento, a formação humana e a transformação da sociedade.

Ao longo desses 100 anos, milhares de estudantes passaram por suas salas de aula, laboratórios, bibliotecas e espaços de convivência, levando consigo não apenas uma formação acadêmica, mas também valores e experiências que ajudaram a moldar diferentes gerações. Este livro reúne registros de momentos que contam a história de uma instituição que cresceu junto à sua comunidade, enfrentou desafios e acompanhou as mudanças do mundo. Cada capítulo representa uma parte do legado construído por técnicos, professores, estudantes e parceiros que fizeram da UFV uma referência em ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica.

Celebrar 100 anos é reconhecer a força de nossa história e honrar aqueles que fizeram parte dessa caminhada. É também tempo de renovar o compromisso com os próximos desafios, com a certeza de que o conhecimento continuará sendo o caminho para transformar vidas e construir um futuro ainda mais promissor.

Universidade Federal de Viçosa: há 100 anos gerando conhecimento que forma e transforma o país